

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



O pensamento social e democrático de Anísio Teixeira para a sociedade industrial brasileira (1930-1961): uma abordagem educacional, histórica e filosófica

Lisandro Mattos de Sousa

Pelotas, 2023.

Lisandro Mattos de Sousa

O pensamento social e democrático de Anísio Teixeira para a sociedade industrial brasileira (1930 – 1961): uma abordagem educacional, histórica e filosófica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de mestrado.

Orientador: Jovino Pizzi

Coorientador: Fernando Ripe

Pelotas, 2023.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

S725p Sousa, Lisandro Mattos de

O pensamento social e democrático de Anísio Teixeira para a sociedade industrial brasileira (1930-1961) [recurso eletrônico] : uma abordagem educacional, histórica e filosófica. / Lisandro Mattos de Sousa ; Jovino Pizzi, orientador ; Fernando Cezar Ripe da Cruz, coorientador. — Pelotas, 2023.
115 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Educação. 2. Industrialização. 3. Escola. 4. Democracia. 5. Laica. I. Pizzi, Jovino, orient. II. Cruz, Fernando Cezar Ripe da, coorient. III. Título.

CDD 370

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

Lisandro Mattos de Sousa

O pensamento social e democrático de Anísio Teixeira para a sociedade industrial brasileira (1930-1961): uma abordagem educacional, histórica e filosófica

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre(a) em **Educação**, Programa de Pós-Graduação em **Educação**, Faculdade de **Educação**, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 14 de dezembro de 2023

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jovino Pizzi (Orientador)

Doutor em Ética y Democracia pela Universitat Jaume I, Espanha

Prof. Dr. Fernando Ripe (Coorientador)

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Eduardo Arriada

Doutor em Educação pela Universidade PUC/RS

Prof^a. Dr^a. Adriana Duarte Leon

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais

Agradecimentos

Quero agradecer primeiramente ao meu coorientador Fernando Ripe, que entrou no processo da construção desta dissertação na sua reta final e fez um trabalho ímpar nas suas orientações. Tenho a plena certeza que foi seu apoio pedagógico e disposição, de entender o objeto de pesquisa, que essa dissertação se concretizou e criou forma.

Quero agradecer todo apoio materno que tive da minha biológica, Carmen Lúcia Mattos, que nos momentos de crises, ansiedade, depressões e raiva me conduziu ao atendimento especializado para que eu pudesse realizar a minha dissertação. Te amo.

Agradeço a minha família materna e paterna. Principalmente a dois entes queridos que se encontram in memoriam, mas nunca longe do meu coração e pensamentos: Eni e Sérgio. A saudade é eterna. Choro escondido por vezes, mas nunca falo para ninguém sobre a falta que fazem, e como é difícil hoje em dia frequentar suas antigas residências e não ter a presença física de vocês.

Agradecimentos também vai, a querida mãe de santo, Andréa Kruger, pelo todo apoio espiritual que necessitei ter nessa caminhada. E aos meus irmãos de religião. Principalmente Lia e tio Jacques. Enfim, agradeço à toda família religiosa.

Agradeço, a uma amiga que não pude comparecer nos 15 anos de sua filha, mas fazendo as contas aqui, acho que já são quase vinte anos de amizade. Paula Moraes. É uma amizade distante, mas não tem como não te destacar aqui, pois mesmo distantes, você nunca deixou de emanar energias positivas para minha pessoa.

Agradeço todos meus amigos, que não vou citar nome por nome, para não dar problema. Mas destaco: Matheus Amaro, Mauren Motta, Siane Abreu e Thiago Abreu. Os três que mais vivenciaram toda a minha frustração nos períodos mais difíceis.

Renira, uma colega e amiga de trabalho ímpar, que ajudou a cuidar dos meus felinos, devido as minhas longas horas de estrada. Você é o ser mais perfeito que já conheci. Digo e repito isso sempre. Te amo mesmo.

As minhas amadas professoras do magistério: Ana Elisa, Valesca e Simone.

E agradeço a maior, a suprema, que é meu universo: Eparrey, Oyá.

Em derradeira análise, educação é o processo por que a vida social se perpetua.

A circunstância de estarmos condenados a um constante renascimento da vida pelo nascimento e morte cria-nos a necessidade de uma contínua transmissão de valores sociais e morais a que se chama educação.

Anísio Teixeira (1900 – 1971)

RESUMO

SOUSA, Lisandro M. **O pensamento social e democrático de Anísio Teixeira para a sociedade industrial brasileira (1930-1961): uma abordagem educacional, histórica e filosófica.** Orientador Jovino Pizzi. Coorientador Fernando Ripe. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UFPel, 2023.

O objetivo desta pesquisa é analisar a forma que Anísio Teixeira conceitua os fundamentos democráticos da educação para uma sociedade industrial. O trabalho aborda as questões socioeconômicas do Brasil dentro do período colonial até o início da República, antes de adotar a industrialização como nova forma de produção na sociedade contemporânea. Anísio Teixeira promoveu uma filosofia educacional extremamente ligada com a filosofia de vida. E isto significa pensar na escola para todos, como princípio fundamental de um Estado democrático. O educador baiano, travou inúmeras ações em torno da educação, de proporcionar a cada indivíduo condições de participar e cooperar nas decisões políticas, sociais, econômicas e educacionais, em torno da sua sociedade. Todos deveriam ter direito a educação, sem serem excluídos por causa da estratificação social, econômica e psicológica. Para Anísio Teixeira antes de reorganizar todo o sistema educacional, da infância até a universidade, era necessário expandir a educação primária de qualidade, dinâmica a todos os cidadãos. Pois em sua época era um pequeno número de escolas que atendia poucos, pois os governos não tinham pretensão, mesmo a expansão educacional ser um dos fatores com a entrada da República. Anísio Teixeira tinha em mente que todas as estruturas da sociedade tinham função educativa. A educação não era de origem escolar, porém de cunho social. Que se opera constantemente, ao todo, nas mais diferentes sociedades. A escola é o lugar onde se estrutura, de forma orgânica, todo um planejamento com intuito de educar. E as outras estruturas não têm um plano definido, intencional. A escola tradicional não era recomendada pelo educador por causa do seu viés sectário, que não atendia as individualidades dos diferentes sujeitos. A escola necessária deveria ser uma que promovesse a integração, a socialização, ou seja, a unidade dos diversos sujeitos que compõem a sociedade. Anísio Teixeira também fez severos apontamentos sobre a inutilidade de se manter o ensino religioso nos estabelecimentos escolares. A Igreja não tinha como função promover os indivíduos a uma vida social livre e oportunidades iguais. Essa dissertação trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em torno de Anísio Teixeira, educador brasileiro que promoveu reformas em torno da educação e diversos debates em torno de questões sociais, econômicas e políticas.

Palavras-chaves: Educação – industrialização – política – social – escola – laica – democracia – igreja – Estado – sociedade

ABSTRACT

SOUSA, Lisandro M. **The social and democratic thought of Anísio Teixeira for Brazilian industrial society (1930-1961): an educational, historical and philosophical approach.** Advisor Jovino Pizzi. Co-advisor Fernando Ripe. Masters dissertation. Education University. UFPel, 2023.

The objective of this research is to analyze the way Anísio Teixeira conceptualizes the democratic foundations of education for an industrial society. The work addresses socioeconomic issues in Brazil from the colonial period until the beginning of the Republic, before adopting industrialization as a new form of production in contemporary society. Anísio Teixeira promoted an educational philosophy extremely linked to the philosophy of life. And this means thinking about school for everyone, as a fundamental principle of a democratic State. The Bahian educator took countless actions around education, to provide each individual with conditions to participate and cooperate in political, social, economic and educational decisions, around their society. Everyone should have the right to education, without being excluded because of social, economic and psychological stratification. For Anísio Teixeira, before reorganizing the entire educational system, from childhood to university, it was necessary to expand quality, dynamic primary education to all citizens. Because in its time there were a small number of schools that served few people, as the governments had no intention, even though educational expansion was one of the factors with the entry of the Republic. Anísio Teixeira had in mind that all structures in society had an educational function. Education was not of school origin, but of a social nature. Which operates constantly, in total, in the most different societies. The school is the place where all planning is structured organically with the aim of educating. And the other structures do not have a defined, intentional plan. The traditional school was not recommended by the educator because of its sectarian bias, which did not take into account the individualities of the different subjects. The necessary school should be one that promotes integration, socialization, that is, the unity of the different subjects that make up society. Anísio Teixeira also made severe remarks about the futility of maintaining religious education in school establishments. The Church's function was not to promote individuals to a free social life and equal opportunities. This dissertation is a bibliographical research, a prosopography around Anísio Teixeira, a Brazilian educator who promoted reforms around education and various debates around social, economic and political issues.

Keywords: Education – industrialization – politics – social – school – secular – democracy – church – State – society

Sumário

Introdução	10
 1. Anísio Teixeira (1900-1971): vida e obra	14
1.1. Da vocação leolana à administração educacional baiana	21
1.2. John Dewey: educação democrática e experiência	37
 2. Sistema educacional brasileiro: colônia ao início do período ansiano	40
2.1. Distrito Federal e Manifesto dos Pioneiros da Educação (1931 – 1932)	55
2.2. Escola Progressiva	69
2.3. A questão da universidade: UDF	76
 3. Outros lugares administrativos	83
3.1. Escola Parque	94
3.2. CAPES e INEP	97
3.3. LDB e Outro Manifesto.....	100
 4. Considerações Finais.....	105
Referências	109

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como premissa analisar a forma que Anísio Teixeira conceituou os fundamentos democráticos da educação, diante das transformações sociais, econômicas e políticas na sociedade brasileira, com o advento da industrialização. Tem como justificava o recente contexto educacional brasileiro, que recentemente teve cortes orçamentários na educação, a interferência problemática de grupos religiosos em diversas questões na esfera educacional e política. E junto a isso um movimento de negação a ciência que se estendeu diante de uma crise sanitária no país, a pandemia COVID-19. Anísio Teixeira foi um dos educadores que se mostrou durante sua trajetória contra a intervenção da igreja na esfera política e educacional. Foi defensor dos investimentos necessários para os mais variados níveis de ensino e o fomento à pesquisa e o fortalecimento do desenvolvimento científico.

Anísio Teixeira promoveu uma filosofia educacional extremamente ligada com a filosofia de vida. A educação escolar não podia estar dissociada da vida social. E junto a isso isto defendia que a educação para todos, como princípio fundamental de um Estado democrático. É possível encontrar em todos os seus escritos, sejam eles artigos, pronunciamentos em eventos, a intrínseca relação entre educação e vida. Uma das premissas defendidas pelo seu orientador John Dewey sobre a reconstrução da filosofia educacional. Uma filosofia que esteja de acordo com a sociedade moderna, sendo essa dentro da era da revolução tecnológica e industrial. Oriundas da experimentação científica. E principalmente respeitando a individualidade dos indivíduos. Não uma individualidade competitiva, mas entendendo as diferenças que cada sujeito possui em questão psicológica, social e educacional.

O educador baiano promoveu inúmeras ações em torno da educação, de proporcionar a cada indivíduo condições de participar e cooperar nas decisões políticas, sociais, econômicas e educacionais, em torno da sua sociedade. Todos deveriam ter direito a educação, sem serem excluídos por causa da estratificação social, econômica e psicológica. O educador atendeu aos anseios da sociedade que ia se instalava vagarosamente, a industrial. Com sua tecnologia e sua cientificidade.

E para isso se empenhou em reorganizar os sistemas educacionais, nos quais esteve à frente. O sistema que idealizou era que permitisse a todos cidadãos tivessem acesso a todos os níveis de ensino. Com o objetivo de garantir sua formação social.

Para Anísio Teixeira antes de reorganizar todo o sistema educacional, da infância até a universidade, era necessário expandir a educação primária de qualidade, dinâmica a todos os cidadãos. Anísio entrou no contexto educacional num regime novo de gestão, a República. A República tinha como premissa a democracia, e isso significava a participação de todos os cidadãos, porém não houve muita mudança no cenário político e educacional. As escolas representavam ainda uma tímida parcela de prédios, ou seja, mantinha-se uma educação para poucos. Foi nesse sistema que lutou para expandir seus prédios, melhorar seu aparelho pedagógico. Foi uma de suas premissas de fundamentação que defendeu como política educacional. Que tinha como objetivo a emancipação educacional democrática brasileira. E para isso o Estado tinha o dever estabelecer diretrizes para educação, sua estrutura e funcionamento, mas não de forma centralizada e sim promover debates e sugestões.

Anísio Teixeira tinha em mente que todas as estruturas da sociedade tinham função educativa. A educação não era de origem escolar, porém de cunho social. Que se opera constantemente, ao todo, nas mais diferentes sociedades. A escola é o lugar onde se estrutura, de forma orgânica, todo um planejamento com intuito de educar. E as outras estruturas não têm um plano definido, intencional. A educação formal, não é a imposição de uma filosofia política, para se entender melhor o ato de educar, mas sim uma função educativa que tem como objetivo emancipar o educando dentro da sua sociedade, objetivo principal do Estado democrático.

Para o educador a escola, com objetivo de educar, de forma crítica, e esclarecer as complexidades das dinâmicas políticas, sociais e econômicas, não podia estar alicerçada dentro de uma pedagogia tradicional. De estrutura fechada e com vários conceitos dogmáticos. A escola tradicional não era recomendada pelo educador por causa do seu viés sectário, que não atendia as individualidades dos diferentes sujeitos. A escola necessária deveria ser uma que promovesse a integração, a socialização, ou seja, a unidade dos diversos sujeitos que compõem a sociedade.

Anísio Teixeira também fez severos apontamentos sobre a inutilidade de se manter o ensino religioso nos estabelecimentos escolares. Pois a Igreja não tinha como função promover os indivíduos a uma vida social livre e de oportunidades iguais. Aliás tinha, mas apenas para aqueles que comungavam com sua doutrina. E isso decorria do fato do culto a homogeneidade eclesiástica e não uma unidade nacional, de cooperação com as diferenças, sejam elas também religiosas. A escola para Anísio Teixeira deveria ser a instituição que acolhesse todos os sujeitos, onde formas de segregação não possuíssem morada.

Essa dissertação trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em torno de Anísio Teixeira, educador brasileiro que promoveu reformas em torno da educação e diversos debates em torno de questões sociais, econômicas e políticas. Para compor esta pesquisa fez-se um levantamento das obras do educador, de bibliografias já escritas em torno da sua teoria e prática educacional. Além de fazer um profundo estudo sobre a historiografia do Brasil para elucidar de forma melhor o posicionamento do educador.

E dentro dessas principais colocações, do educador baiano, que dão uma breve introdução sobre o que foi analisado nesta dissertação, dividida em três capítulos, que são congruentes entre si sobre a vida educacional de Anísio Teixeira.

O primeiro capítulo trata sobre os caminhos que levaram Anísio Teixeira a administração educacional do seu município. Relata sobre os aspectos da cidade do interior da Bahia, Caetité cidade natal do educador baiano. Seus primeiros anos escolares, sua formação na carreira jurídica, suas primeiras viagens pedagógicas, sua ruptura com a vocação inaciana e ensino escolástico. Mostra as comemorações em torno do centenário do seu nascimento, que vai dar considerações propedêuticas em torno do seu fazer pedagógico, político e democrático. Detalha brevemente sobre o filósofo norte-americano John Dewey, que é o fator principal da mudança do seu olhar em torno da educação pública, de qualidade, universal e laica.

O segundo capítulo relata sobre a transformação radical da sua administração educacional, sai da Bahia e vai para o Rio de Janeiro ser secretário da educação municipal no antigo Distrito Federal. Sua mudança de regiões opostas, e inserida em outro contexto cultural, é caracterizado as transformações do ensino no Brasil. Da colônia até o surgimento de Anísio Teixeira no cenário educacional, que começa na década de 1920, época de grandes transformações culturais, marcada

pela Semana da Arte Moderna, que faz um prelúdio sobre a futura revolução de 1930. Resquícios sobre a economia em virtude do findar da Primeira Guerra Mundial, a crise do modelo agroexportador e as tentativas da burguesia industrial em participar das decisões políticas. Dentro deste capítulo mostra também a Revolução de 1930 que ocasionou mudanças políticas, econômicas, sociais e educacionais. O Manifesto dos Pioneiros é conceituado para dar entendimento sobre a Escola Progressiva, que deve estar anexada a transformação do modelo pedagógico para atender as demandas da nova sociedade que emerge. Baseada na experimentação científica, industrialização e democracia.

O terceiro capítulo se detém a mostrar sobre o período da redemocratização do Estado Brasileiro que passa por um período ditatorial, que é bem exemplificado no segundo capítulo. Conta também com a segunda administração educacional de Anísio Teixeira no Estado da Bahia. Onde se deparou novamente diante da precariedade dos prédios e da administração educacional. Depois dessa sua segunda estadia a frente da pasta da educação baiana, Anísio retorna para o Distrito Federal, impulsionando novos projetos dentro da CAPES e do INEP. Sendo mais uma vez um dos líderes do novo Manifesto dos Educadores e seus debates em torno da LDB/1961, um dos fatores primordiais para garantir a redemocratização do país.

1. ANÍSIO TEIXEIRA (1900-1971): VIDA E OBRA

As teses que o Anísio defendia [...]de que a educação não é privilégio, educação para democracia, são teses ainda atuais. Retomando os textos de Anísio é que podemos nos inspirar para saber... É uma coisa que sempre cogito, que sempre estou me perguntando, como é que o Brasil conseguiu ser tão ruim em educação e continua sendo tão ruim em educação? A única explicação que tenho é que é um defeito da nossa classe dominante. A nossa sociedade é uma sociedade enferma de desigualdades, suponho que a causa básica está em que somos descendentes dos senhores escravos, fomos o último país do mundo, nós e Cuba, a acabar com a escravidão e a escravidão cria um tipo de senhoriaisidade que se auto dignifica, que se acha branca, bonita, civilizada, como bem, é requintada, mas que tem ódio do povo como carvão para queimar. Então, na realidade, é uma classe dominante de filhos de senhores de escravos que vê o povo como a coisa mais reles, não tem interesse em educar o povo e também não tem interesse em que o povo coma.”

Darcy Ribeiro (1922 -1997)¹

Este capítulo retrata os primeiros passos de Anísio Teixeira² na sua trajetória como administrador do sistema educacional brasileiro, em nível municipal. Analisa-se seu anseio pelo sacerdócio até sua ruptura com este, quando entra em contato com a filosofia de John Dewey em sua viagem aos Estados Unidos da América.

Nas palavras de Freitas (2021, p. 141): “O pensamento de Anísio [...] tem uma característica peculiar: o absoluto foco na educação. [...] se debruça sobre as

¹ Depoimento de Darcy Ribeiro no livro **Anísio em Movimento** (2002), organizado por João Augusto de Lima Rocha.

² A historiografia educacional brasileira ressalta a figura de Anísio Teixeira como a de um grande inovador do sistema escolar. Sua presença na luta pela institucionalização de um projeto nacional de Educação deu lugar a muitos escritos e polêmicas, em especial voltados aos aspectos técnicos, administrativos e de políticas públicas em sua carreira. Ele esteve comprometido, entre outras, com a reorganização e desenvolvimento do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP –; com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e seus Centros Regionais; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Superior – CAPES –; da Universidade de Brasília, sendo o criador desta; e signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na década de 1930. Uma série de documentos com registros de suas viagens internacionais abre margem para rever os momentos-chave de suas primeiras coletas de informações sobre o tema e o uso que fez dos seus contatos com intelectuais e políticos em instituições de ponta na Europa e Estados Unidos, visando o desenho de um projeto brasileiro de Educação num momento de transição política, ou seja, o período 1925 a 1934. Trata-se de um período em que as críticas às instituições brasileiras se tornaram violentas e culminaram no golpe de Estado de 1930, conhecido na história oficial como Revolução de 30. Os primeiros anos dessa década assinalam uma série de inovações no país, que partem do Executivo, entre elas a criação do Ministério da Educação e Saúde. Com ênfase nos encontros de Anísio Teixeira com intelectuais fascistas na Itália e França e com os proponentes da educação democrática nos Estados Unidos, o artigo está voltado para mostrar também como essas viagens permitiram a redefinição da carreira em função de bloqueio dado pela revolução ao destino que sua educação familiar lhe projetara. [...] A trajetória intelectual e social do educador Anísio Teixeira é extremamente relevante, porque suas origens geográficas na Bahia – estado politicamente periférico em relação a outros da federação brasileira situados no sudeste e sul –, bem como suas origens sociais, não o predestinavam a jogar um papel de primeiro plano na cena nacional, muito menos antes de completar 40 anos. (BITTENCOURT, 2009, p. 101)

condições necessárias para garantir a escolarização universal, laica e gratuita” (Freitas, 2021, p. 141). Mas até chegar nesse processo, o educador baiano precisa de uma latente ruptura: a sua origem escolástica.

O polêmico³ Anísio Spínola Teixeira, tem como slogan cada vez que é mencionado em diversas pesquisas: sujeito que participou do movimento da Escola Nova (Manifesto dos Pioneiros da Educação)⁴. Porém, o educador baiano vai muito mais além disso; aliás começou sua trajetória educacional em prol de um sistema educacional de qualidade inclusivo a todos foi no Estado da Bahia. Anísio Teixeira assumiu uma grande responsabilidade no seu fazer pedagógico e político: a defesa de uma instrução pública de qualidade e laica, de acesso universal a todos. Muitos são os debates em torno dele. Por uns é classificado como progressistas, por outros como comunista, liberal no sentido econômico⁵, que não se descarta essa hipótese, porém em outros momentos o liberalismo dele é classificado por ir contra ao ensino católico dentro das escolas. E as classificações não se estagnam apenas nestas, também é classificado como tecnocrata⁶, porém algo que não se ausenta no teor das obras de Anísio é o olhar humano ao próximo.

Anísio Teixeira é, seguramente, uma das figuras mais polêmicas da história recente da evolução da educação brasileira. Realizar um estudo sobre a sua obra é uma tarefa temerária porque já se consolidou uma determinada imagem, diga-se de passagem bastante admirada, a seu respeito, particularmente entre aqueles que com ele conviveram. (GANDINI, 2011, p. 11)

Gandini (1980) demonstrou na sua tese uma certa rejeição as classificações positivas, na qual Anísio Teixeira foi galardoado pela sua trajetória na administração educacional na sociedade brasileira. Porém é impossível tirar determinados adjetivos a figura do educador baiano. Anísio Teixeira com seus acertos e erros trabalhou para “reformular a educação pública, sobretudo a primária, em vista da modernização e desenvolvimento social e econômico no Brasil” (Santos, 2016, p. 12).

³ VIANA FILHO, Luis. (1908 – 1990). **Anísio Teixeira: a polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

⁴ LIMA, Francisco Lopes de. **Educar para democracia como fundamento da educação no Brasil do século XX: a contribuição de Anísio Teixeira**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 225-239, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

⁵ SANTOS, Wilson da Silva. **O liberalismo em Anísio Teixeira: os fundamentos para uma educação pública**. Campinas, SP. Tese de doutorado. 2016.

⁶ GANDINI, Raquel P. Chainho. **Tecnocracia, Capitalismo e Educação em Anísio Teixeira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

O trabalho do educador baiano para reformar o sistema educacional brasileiro fundamentou-se nas seguintes premissas:

1. [...] contra educação como processo exclusivo de formação de uma elite, mantendo a grande maioria da população em estado de analfabetismo e ignorância.
2. [...] a falta de consciência pública para situação tão fundamentalmente grave na formação nacional e o desembaraço com que os poderes públicos menosprezam a instituição básica de educação do povo, que é a escola primária.
3. [...] o desbarato dos recursos públicos para educação, dispersos em subvenções de toda a natureza a atividades educacionais, sem nexos nem ordem puramente paternalistas ou francamente eleitoreiras.⁷

Anísio Teixeira traçou um plano para reformar a educação primária⁸, de forma organizada, que fosse comum a todos os cidadãos brasileiros. E não deixou de fora a questão do ensino médio, que também defendia o acesso universal, mas com o seguinte viés: “mais preparatória para vida do que simplesmente propedêutica aos estudos superiores, organizada em torno de um currículo mais simples e verdadeiramente brasileiro” (Teixeira, 1958, p. 139). Tinha como premissas fundamentais a língua territorial, a civilização brasileira junto com a ciência “os verdadeiros instrumentos de cultura do aluno” (Teixeira, 1958, p. 140)⁹.

O educador defendia o investimento de recursos, de forma sagrada, e assegurados pela constituição. “Assegurar a cada brasileiro o mínimo fundamental de educação gratuita” (Teixeira, 1958, p. 140). A educação tinha que estar fundamento para o desenvolvimento humano e econômico, dando consciência “para as tarefas materiais e morais do fortalecimento e construção da civilização brasileira” (Teixeira, 1958, p. 141).

Anísio Teixeira com todos seus feitos, na esfera educacional brasileira, sofre de forma bastante acentuada um apagamento¹⁰, um esquecimento, e notoriamente uma rejeição. Um dos motivos é por seu viés pedagógico estar assentado no

⁷ TEIXEIRA, Anísio. **Por uma escola primária organizada e séria para formação básica do povo brasileiro**. *Educação e Ciências Sociais*. v.3, n.8, 1958. p.139-141.

⁸ ASSUNÇÃO, K. R. dos S. **As contribuições do educador Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico da educação brasileira**. Travessias, Cascavel, v. 8, n. 1, 2014.

⁹ É notável que em várias pesquisas, de críticas pessimistas, mostra um Anísio com um trabalho puramente norte-americano. Mas ao ler as próprias publicações do educador é notável a sua defesa em prol da Língua Portuguesa e Cultura brasileira como verdadeiros dispositivos da cultura dos educandos.

¹⁰ MENDONÇA, Ana Waleska, BRANDÃO, Zaia (Org.). **Por que não lemos Anísio Teixeira? Uma tradição esquecida**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

pragmatismo norte-americano de John Dewey¹¹. O filósofo norte-americano “foi professor e orientador de Anísio Teixeira no Teachers College da Universidade de Columbia, no auge de sua presença e influência na educação norte-americana” (Rocha, 2014, p. 35). Mais adiante será feito exposto um breve esboço da filosofia educacional deweyana, que serviu de alicerce para Anísio Teixeira elaborar seu pensamento pedagógico brasileiro.

É diante deste apagamento que se faz necessário a construção sobre a vida de Anísio Teixeira, um defensor da democracia, laicidade e educação universal. O levamento de dados para a construção desta pesquisa ocorre em pleno século XXI, século que no seu prelúdio comemora o centenário do intelectual, professor e filósofo nordestino. Natural do interior baiano, de “família autêntica” (Geribello, 1977, p 18).

Nessa análise inicial, antes de expor de forma um pouco mais abrangente a atuação de Anísio, expõe-se a seguinte imagem de uma notícia, de um dos meios de comunicações digitais, sobre Anísio Teixeira. A notícia trata no seu teor sobre o motivo de produzir um espetáculo teatral em torno da vida de Anísio Teixeira, confirmando mais uma vez sobre a importância de avivar sua trajetória pedagógica no território brasileiro. Título da imagem: *Anísio e a devorada de Livros*.



FONTE da imagem: Jornal "O globo"

A imagem se refere a divulgação de uma peça teatral feita no ano de 2022, que acontece em meio a construção desta dissertação de mestrado. Obra teatral criada com intuito de homenagear o educador baiano Anísio Teixeira. O enredo da história segue de maneira fiel a vida literária do educador, sendo intitulada como: “Anísio e a devorada de livros”. O espetáculo tem como um dos objetivos resgatar

¹¹ John Dewey nasceu em Burlington, Vermont, nos Estados Unidos da América do Norte, em 21 de outubro de 1859, e faleceu em 2 de junho de 1952. [...] se ocupava com estudos de política e filosofia moral e social. (SILVA; Gasparin, 2020)

a história educacional de Anísio Teixeira, que como uma das criadoras da peça, Leila Meirelles, relata: *“Anísio Teixeira não é tão lembrado quanto Paulo Freire ou Darcy Ribeiro, por exemplo. A peça vem, então, fazer esse resgate, homenageando e apresentando esta figura de um jeito lúdico e delicado.”*¹²

O jornal “O Globo” publicou, no de 2000, uma matéria, com o título *O homem que quis educar todo o Brasil* que abordou o mesmo teor desta pesquisa que é sobre a luta pela educação pública de acesso a todos cidadãos brasileiros que travou durante sua trajetória terrena.



FONTE: Jornal "O globo"¹³

A reportagem faz um resgate sobre as ações de Anísio Teixeira feitas no século XX. Relembra sua trajetória com o pragmatismo norte-americano, onde se deu abertura para um novo olhar pedagógico dissociado da Igreja. Ilustra sua amizade com outras figuras atuantes dentro do contexto histórico brasileiro do século XX, que também contribuíram para determinadas mudanças. Sejam elas no jeito de pensar, ver, agir e falar. Entre os amigos de destaque se encontram na matéria do caderno Prosa e Verso: Gilberto Freyre, destacando o convite de Anísio a este para assumir uma vaga na UDF; Monteiro Lobato, com quem teve seu primeiro

¹² Depoimento retirado da reportagem do jornal O globo via: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/tijuca-e-zona-norte/noticia/2022/09/espetaculo-infantil-homenageia-o-educador-anisio-teixeira.ghtml>. Acessado no dia: 04/10/2023

¹³ Acervo do Jornal “O globo”. Acessado dia 01/10/2023. Via: <https://oglobo.globo.com/acervo/?busca=an%C3%ADsio+teixeira+>

contato na sua viagem aos Estados Unidos da América, e Darcy Ribeiro, um de seus discípulos, e junto a este idealizou a Universidade de Brasília.

A reportagem também trata sobre o empenho de Anísio em deixar um sistema educacional voltando a cientificidade e a tecnologia. “Anísio foi um dos pioneiros no Brasil do conceito de universidade não somente como lugar de ensino, mas de criação intelectual em todas as áreas.”¹⁴ Também aponta sobre sua perspicácia em debater assuntos e colocá-los em prática. A matéria ainda expõe outras personalidades como Getúlio Vargas e Capanema. Sua filha que tinha como projeto a revitalização da Fundação Anísio Teixeira, e ressuscita uma imagem do educador baiano em uma de suas famosas criações, a Escola Parque.

Ainda em comemoração ao centenário de Anísio Teixeira a editora Autores Associados lança, através da organização de Smolka & Menezes (2000), o livro *Anísio Teixeira (1900 – 2000): Provocações em Educação*, e tem como justificativa “Em favor da Memória Educacional Brasileira”¹⁵, “o que moveu a todos na ocasião foi [...] render homenagem a um intelectual, no seu mais completo sentido [...] criou e administrou instituições [...] e viveu em constante estado de reflexão [...] sobre a educação brasileira” (Smolka; Menezes, 2000).

As organizadoras, Smolka & Menezes (2000), ainda complementam que Anísio “nunca deixou de perturbar, provocar e inspirar as pessoas, foi, e continua sendo, uma figura-chave no panorama intelectual e cultural brasileiro, e é preciso conferir o devido valor a seu pensamento” (Smolka & Menezes, 2000). Este livro foi edificado com os mais variados artigos sobre Anísio Teixeira, e tem como objetivo mostrar as formas do pensamento e atuação de Anísio Teixeira.

O agrupamento de artigos que compõem o livro sobre o centenário de Anísio Teixeira contém os mais variados assuntos, de forma sucinta, sobre sua teoria e prática. De prima o livro examina as ideias formadoras do pensamento filosófico de Anísio Teixeira, sua crítica ao dualismo platônico, pois é o educador utiliza desta vertente filosófica para construir sua teoria sobre Filosofia e Educação, que são duas áreas correlatas entre si¹⁶. “[...] Em sólido referencial filosófico, Anísio vai pensar os

¹⁴ Fragmento retirado da reportagem “Mente ágil analisando o presente e sondando o futuro”, de 29/07/2000, que está presente na segunda imagem da reportagem do O GLOBO, Prova e Verso. Texto escrito pelo físico Roberto Sameron.

¹⁵ SMOLKA; MENEZES, 2000.

¹⁶ TEIXEIRA, Anísio. Filosofia e educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.32, n.75, jul./set. 1959. p.14-27.

problemas educacionais da época. [...] Anísio vai proceder a uma leitura histórica do processo de constituição do Brasil” (SMOLKA & MENEZES, 2000).

A questão da mentalidade de Anísio Teixeira sobre o desenvolvimento¹⁷ inserido dentro dos seus discursos políticos pedagógicos. “Esse modelo é buscado no assim **mundo moderno**, que tem na indústria, na ciência, e na democracia sua principal base de sustentação” (Barreira, 1989, p. 23). Logo, Barreira (1989) descreveu que a questão de industrialização é o epicentro dentro dos discursos proferidos por Anísio Teixeira. Diante desta premissa do educador baiano, Barreira (1989) busca entender a partir de qual concepção, de cunho histórico, Anísio sustenta seu discurso político-pedagógico.

Os encontros intelectuais de Anísio Teixeira são ressaltados no livro, com o propósito de mostrar a seleção de autores que Anísio usou para construir a historiografia brasileira. “Ao recolher componentes diversos, com os quais constrói suas próprias metáforas dos arcaísmos presentes na cultura brasileira, ele vai traçar seu entendimento sobre caráter não moderno do Brasil, de onde decorre sua acepção da identidade nacional” (Freitas, 2000, p. 37).

Além de todos esses aspectos que compõem a teoria e prática de Anísio Teixeira durante sua vida educacional, outros aspectos também são ressaltados, como a função da experiência na filosofia educacional de John Dewey. O livro é composto também sobre a administração de Anísio Teixeira durante os primeiros anos do Governo Provisório, onde atuou de “1931 a 1935” (Vidal, 2000, p. 72). Se faz necessário ainda destacar, que Gandini (2000, p. 91) também aparece nessa coleção de artigos, tendo como premissa a questão da burocratização em torno de Anísio Teixeira. Munakata (2000, p. 5) conduz um texto em torno do livro didático defendido pelo educador. Nunes (2000, p. 107) expõe, mais uma vez, sobre a luta da escola pública de Anísio. E por fim, Saviani (2000, p. 161) defende sobre atualidade de Anísio Teixeira, e a importância do estudar o educador na Filosofia e História da Educação Brasileira.

¹⁷ É ponto pacífico, em nosso tempo, admitir-se que o desenvolvimento de uma nação pode ser promovido e até planejado. E começa seriamente a ser admitido que a educação é um fator primordial para esse desenvolvimento. Até antes da segunda guerra mundial considerava-se que o desenvolvimento era um acidente histórico e a educação uma consequência da riqueza. Embora nenhuma nação rica deixasse de possuir sistema educacional mais ou menos adequado à sua riqueza, admitia-se tal situação como subproduto mais ou menos automático da própria riqueza. (TEIXEIRA, 1952)

Diante destas pequenas memórias, que a pesquisa toma impulso para expor a trajetória, numa abordagem histórica, filosófica e educacional, de Anísio Teixeira. Essa primeira parte tem como propósito apresentar a história de Anísio Teixeira diante da sua formação até o sistema educacional estadual baiano. Logo, apresenta de forma breve as teorias do orientador de Anísio, o pragmatista John Dewey. Anísio foi um filósofo brasileiro que trabalhou em prol da educação pública de acesso universal, democrática e laica. Sendo um sujeito de opiniões alheias antagônicas¹⁸, Anísio não deixou de receber inúmeras alcunhas, positivas e negativas, durante seu percurso profissional.

1.1. Da vocação loyolana à administração educacional baiana

Anísio Teixeira, de origem baiana, natural de uma cidade sertaneja¹⁹, Caetité²⁰. Cidade está de grande importância para relações comerciais, com uma circulação de pessoas da vida econômica e política, de grandes contrastes sociais²¹. Seu nascimento data o dia 12 de julho de 1900. Prole de Deocleciano Pires Teixeira e Ana de Souza Spínola. Sendo de origem de uma opulente família baiana, proprietários de grandes extensões de terra e de exímia atuação política. Diante de uma família abastada, de grandes influências comerciais e políticas, Anísio tinha em sua frente inúmeros caminhos prósperos para seu futuro. Além de ter recebido uma educação inaciana.

¹⁸ MEDEIROS, Marilu Fontoura de; MARTINS, Ana Maria Petersen. **O educador negado: reflexões e possibilidades de resgate do pensamento pedagógico de Anísio Teixeira**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v.21, n.2, p.79-108, jul/dez, 1995.

¹⁹ Relativo ao, originário ou próprio do, sertão; que se situa no interior, que está longe da costa.

²⁰ Distante 645 quilômetros da capital do estado, Salvador [...] Com mais de dois séculos de emancipação, a cidade foi polo cultural da região sertaneja da Bahia: foi a terra natal de figuras como Cezar Zama, Aristides Spínola, Anísio Teixeira, Nestor Duarte Guimarães, Waldick Soriano, Haroldo Lima, Prisco Viana, dentre outros. Foi, ainda, pioneira na educação regional, com a primeira escola normal do sertão baiano. Seu nome deriva da língua tupi: significa mata da pedra grande", através da junção dos termos ka'a (mata), itá (pedra) e eté (verdadeiro). É uma referência à formação rochosa a leste da cidade conhecida por "Pedra Redonda". Território originalmente habitado por indígenas da linhagem jê (tupinaens e pataxós), mas há autores que referem que no final do século XVI os índios Maracás (ou Paiaiás) ocupavam a região entre a serra do Sincorá e a serra de Caetité, havendo também a referência de que no século seguinte a região entre Minas do Rio de Contas e Caetité era ocupada pelos índios Aracapás (via: <https://caetite.ba.gov.br/a-historia/#:~:text=Seu%20nome%20deriva%20da%20l%C3%ADngua,conhecida%20por%20%E2%80%9C9CPedra%20Redonda%E2%80%9D>. acessado: 06/10/2023)

²¹ LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: estadista da educação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Lima (1978) relatou que Anísio iniciou seus estudos com Dona Maria Teodolina das Neves Lobão. Logo, sua tia Priscila abre uma escola de ensino primário, e Anísio se transfere para esta. Ao concluir seus estudos primários, egressa no Colégio São Luiz Gonzaga²², instituição vertente religiosa, administrada/ministrada por jesuítas. No período que se manteve dentro desta instituição, Anísio começou a enxergar-se dentro do caminho do sacerdócio. Diante disso, transferiu-se para o Colégio Antônio Vieira²³, situado em Salvador. Nesta última instituição jesuíta, Anísio teve acesso há inúmeros pesquisadores e literatos de artigos, com publicações em revistas internacionais.²⁴

Clarice Nunes (2001) expôs em seu artigo, “*Anísio Teixeira: poesia da ação*”, sobre sua vida escolar na instituição de ensino da Companhia de Jesus. Destacou sobre sua inclinação ao sacerdócio:

Anísio em sua juventude. Um rosto inaciano, olhando o mundo e vendo nele os sinais de Deus. Vinte anos de idade, tendo em suas mãos o passaporte de uma cultura humanista cristã que lhe permitiu a entrada na discussão dos mais diversos temas sociais, culturais, políticos e literários. Capaz de manejar a retórica como instrumento de poder, invenção e cultura. (Nunes, 2001, p. 6)

Sua passagem pela primeira instituição de ensino, de organização jesuítica, foi o momento em que aflorou seu desejo pela vida inaciana. Sua experiência, na instituição jesuítica, foi da seguinte maneira:

[...]teve contato com muitos docentes de valor que combinavam a vocação sacerdotal com a vocação acadêmica, sendo pesquisadores em seu campo de conhecimento e autores de artigos em revistas internacionais. No corpo docente do colégio destacavam o padre Meyer, suíço de nascimento e dedicado à química, antigo professor da Universidade de Beirute; padre Zimmermann, alemão, matemático; padre Camilo Torrend, naturalista

²² I. O Instituto São Luiz Gonzaga tem por fim a educação literária, civil e religiosa da mocidade. II. O ensino, que terá uma função sobretudo prática, abrange as matérias do curso preliminar primário e de coisas, e de um curso noturno de línguas. III durará o ano letivo dez meses, a principiar no mês de março; seguir-se-ão dois meses de férias, que todos deverão passar fora do Instituto. São considerados dias feriados todas as festas nacionais. Haverá quatro horas diárias de aula – das 9 às 11 da manhã e das 2 às 4 da tarde. (**JORNAL A PENNA, 07/06/1912, p. 02**).

²³ O **Colégio Antônio Vieira** foi fundado pela Companhia de Jesus em 15 de março de 1911, sendo batizado com o nome do emérito padre Antônio Vieira. O jesuíta viveu bem antes disso (1608-1697): nasceu em Lisboa e veio para a Bahia, com apenas sete anos, quando o pai foi nomeado escrivão da Colônia. Aos 15, Vieira deu início à vida religiosa, ainda como noviço. Em 1623, entrou na Companhia de Jesus, tendo honrado bravamente a missão evangelizadora e educacional da ordem religiosa, fundada por Inácio de Loyola. **Os jesuítas que construíram a escola**, mais de 200 anos depois da morte de Vieira, não hesitaram em prestar a justa homenagem ao padre. Desde então, o Colégio Antônio Vieira **consolidou-se como referência de excelência acadêmica**, com inovações pedagógicas e metodológicas que o fazem, ano após ano, continuar encantando a todos, assim como seu patrono que, com determinação e eloquentes sermões voltados para a transformação social, tornou-se também uma referência da alta qualidade da proposta educacional inaciana.

²⁴ NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

francês especialista em protozoários; padre Dignam, irlandês, que ensinava vocabulário e gramática da língua inglesa; padre Antônio Ferreira, paulista e orador sacro muito estimado em Salvador e padre Luiz Gonzaga Cabral, considerado o maior pregador da Península Ibérica, descendente de família de aristocratas da cidade de Porto, provincial dos jesuítas em Campolide e confessor do rei português. (Nunes, 2010, p. 13)

Nunes (2010) analisou como era estruturada a instrução dentro da instituição inaciana, salientou de como Anísio adquiriu, de forma brilhante, seu domínio na escrita e argumentação, “mediante um trabalho constante com os textos, o treinamento caligráfico, diferentes tipos de leitura, a realização de operações mentais analíticas e sintéticas. Abriu seu pensamento para o campo filosófico” (Nunes, 2010, p. 13)²⁵.

Anísio Teixeira teve como idealização o sacerdócio como carreira de vida, porém foi necessário procurar obter a aprovação de sua família. O pai não comungou com a escolha de sacerdócio, pois idealizou no filho uma forte carreira política. Com o término de seus estudos, Anísio voltou para Caetité, com o objetivo de conseguir aprovação de seu pai para seguir o caminho do sacerdócio. Porém, esta aprovação nunca foi-lhe permitida. Anísio então logo começa seus estudos em Ciências Jurídicas no estado baiano, mas ainda com grande interesse pela Companhia de Jesus.

Não obteve consentimento de sua família para seguir o caminho do sacerdócio, Anísio começa a dar os primeiros passos na sua carreira jurídica. E logo, começa a traçar seu labor na administração educacional. De acordo com Nunes (2010), Anísio tinha um vasto quadro de possibilidades para sua vida profissional, sendo fruto de uma família de elevada condição social e econômica., “proprietárias de terra e com prestígio político consolidado” (NUNES, 2010, p. 12). Do sacerdócio à livre advocacia, do auxílio médico as engrenagens da engenharia, e por fim comandar a cadeia de negócios da sua família. Sim, um extenso conjunto de

²⁵ Estudar em colégios jesuítas implicou para ele a interiorização de normas e valores morais, o reconhecimento de que seus “dons” específicos (inteligência, o desejo, a imaginação e a memória) precisavam ser orientados no sentido de impregnar seus atos com uma tessitura consciente, racional e espiritual. Essa formação forneceu-lhe um *modus vivendi*. Dentro desse universo Anísio fez escolhas no campo das leituras (Santo Ignácio, padre Antônio Vieira, São Tomás de Aquino etc.) das amizades (padre Cabral, Herbert Fortes, Guilherme Joaquim Faria Goés. Declarava-se um admirador da monarquia e filiado à tradição da restauração católica. Era alguém que havia interiorizado uma visão hierarquizada dos homens e considerava a família a instituição modelar da sociedade. Defendia uma concepção elitista e seletiva de ensino. Militante do movimento católico [...] para ele, o catolicismo parecia uma verdade tão completa e tão grandiosa que se disporia a dedicar sua vida por inteiro para defendê-la. (Nunes, 2010, p. 14)

possibilidades, podendo seguir o caminho do lado paterno, ou seguir na mesma área que seu irmão²⁶.

O início das atividades públicas de Anísio Teixeira, se estratificou no Brasil da década de 20. A república tinha um propósito, porém o que se notou foi a perpetuação dos antigos conchavos do sistema colonial e imperial. Um cenário político totalmente aristocrático. A república tinha como premissa fundamental: a democracia. “Nesses anos iniciais da década de 20, a cena brasileira acusava reflexos da tormenta social [...] Agitações reivindicatórias em São Paulo e no Rio de Janeiro, centros já com alguma indústria evidenciavam novos parâmetros da luta política” (Lima, 1978, p. 42). Dentro do Estado baiano a sua economia se encontrava de forma estável, o barulho industrial era algo ínfimo, “limita-se a poucas fábricas de tecido e só no meio intelectual especulava-se sobre diretrizes e caminhos que [...] se levantariam do escuro, confuso horizonte político” (Lima, 1978, p. 42)²⁷.

O cenário político baiano de 1920, teve no seu âmago as disputas eleitorais, entre seabristas²⁸ e calmonistas²⁹. Sendo os calmonistas vencedores da disputa³⁰ ao governo do Estado baiano. Sendo uma disputa bastante intensificada pelos interesses sociais, políticos e econômicos da elite baiana. Francisco Goés Calmon, atual governador da Bahia, começa então a montar sua equipe política. Nomeando para diversos cargos, pessoas que já havia algum vínculo social, político e econômico, porém estes sem antecedentes na gestão política. Anísio recebeu, diante deste cenário, o cargo de Inspetor Geral de Ensino do Estado da Bahia. Surgindo opiniões diversas. Pelo lado da família, era visto como recompensa, diante do apoio que deu a Calmon. E por outro lado, os padres jesuítas, que estiveram presente na formação de Anísio, viam como obra divina.

O governo de Calmon havia se organizado da seguinte maneira:

²⁶ NUNES, 2010, p. 12.

²⁷ Como agitação o que de mais ruidoso ecoava por lá [Bahia] era a Coluna Prestes, atropelada meio gloriosa, meio folclórica. Julgava-se a coluna do ponto de vista do governo ou da oposição. Não se pressentiu nela o germe de alguma coisa mais profunda, algo que houvesse rachado a dura crosta rotineira não apenas da primeira República, mas da própria estrutura social do país. Parece que a Coluna representou mais que um arranhão dos costumes. Abriu uma fenda. (Lima, 1978, p. 42)

²⁸ Seguidores de José Joaquim Seabra.

²⁹ Seguidores de Francisco Goés Calmon.

³⁰ [...] marca a queda de J.J Seabra e ascensão do governador Francisco Marques Goés Calmon, advogado, banqueiro, professor, e, sobretudo, espírito voluntarioso, inclinado a substituir a rotina pelo progresso. Precedeu a ascensão de Calmon agitada campanha política, principalmente na imprensa, onde sobressaía o tradicional *Diário da Bahia*, abrigo de uma plêiade de jovens combatentes. (FILHO, 1990, p. 13)

O dr. Goés Calmon surgia como autêntica novidade política no corpo partidário do Estado, desligado das facções, relacionado em todas elas. [...] Seria o primeiro Governador a romper a tradição pela qual a escolha do chefe do Executivo teria de recair em alguma figura consagrada pela militância dos partidos. [...] Possuidor de boa informação histórica e econômica de sua terra, distinguia-o singular vivacidade de espírito e incomum percepção de qualidades pessoais. Preservara a autonomia de sua visão da carga estorvante de preconceitos e rivalidades. Por sua iniciativa, abriram-se na estrutura administrativa tradicionalista e conservadora das responsabilidades de chefia as primeiras brechas. Sacudiu quanto pode o ramerrão da rotina e das consagrações formais. Punha nisso a alegria e a confiança de um inovador. Movia-se impaciente e crítico no campo institucionalizado da atividade estatal. A face da economia, da instrução e da saúde mostrava nesses domínios a acumulação de um atraso que desafiava a administração. Ao nomear Anísio a 19 de abril de 1924 para Inspetor Geral do Ensino, jovem bacharel de 23 anos, sem título específico nenhum para o cargo, provocou espanto e protesto já que postos dessa responsabilidade só se atribuíam a nomes feitos como o do Inspetor que, há vinte anos, lá se achava e parecia até sacrilégio retirá-lo do posto. (Lima, 1978, p. 39-38)

“Inspetor Geral da Instrução, esse o cargo no qual iniciou a carreira de educador, Anísio conservou a inquietação de sempre disposto a inovar e reformar” (Viana Filho, 1990. p. 27)³¹. Mesmo antes o cargo já ter sido por um progressista, datado em 1896, o sistema educacional não havia tido alterações necessárias. Anísio não possuía nenhum tipo de estreiteza, familiaridade, com a função do cargo que foi designado. Anísio, ainda de maneira a salutar os ensinamentos inicianos, viu uma oportunidade de servir ao sagrado. Assim inicia-se o caminho educacional na vida de Anísio Teixeira.

Diante da nova tarefa que havia assumido, sem ter experiência alguma, procurou Antônio Carneiro Leão, que estava ocupando o cargo de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e Afrânio Peixoto, este último já havia ocupado tal cargo, para obter conhecimento em torno do sistema educacional brasileiro. Estabeleceu debates pedagógicos com estas figuras políticas do âmbito educacional. Durante esses debates, entrou em contato com a literatura do belga Omer Buyse, onde influenciou seus pensamentos para exercer tal cargo que estava ocupando. Tal literatura era sobre os *“Métodos Americanos de Educação”*.³²

³¹ Filho (1990) **cita a fala de Gilberto Freyre** sobre escolher Anísio para o cargo: “Na mocidade inquieta de Anísio Teixeira, diária, a argúcia de Goés Calmon claramente enxergou esta virtude: a de representar para o seu governo o contato com um futuro para o qual ele sabia que o Brasil de então devia acelerar o ritmo da marcha. Não se enganava: Anísio Teixeira era, com efeito, um antecipado aos homens de sua própria geração no modo de procurar resolver problemas brasileiros por uma renovação de métodos mais apolíticos que políticos de ação, que importasse para o Brasil em verdadeira modernização social. (Viana Filho, 1990, p. 24)

³² NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: Poesia da Ação**. Revista Brasileira de Educação. 2001.

O livro de Omer Buyse, *Méthodes Américaines d'Éducation Générale et Technique* (Etablissement Litho de Charleroi, 1908), revelou a Anísio Teixeira um novo modo de encarar a educação, obrigando-o a entrar num período de inquietação e revisão intelectual e solapando suas antigas concepções filosóficas e pedagógicas, sobretudo no que diz respeito à defesa que fazia do sistema educacional europeu. O impacto deste livro sobre Anísio se dava exatamente porque lhe mostrava uma sociedade vitoriosa, do ponto de vista econômico e social, que ameaçava a supremacia européia e era fruto do espírito empreendedor norte-americano, construído graças à educação familiar e escolarizada. Essa educação se apoiava sobre a exigência de iniciativa e esforço ativo e pessoal. Em suma, a forma de encarar a educação era a chave para a prosperidade norte-americana. O mais importante é que essa análise era feita no início do século, por um educador belga que reconhecia, no seu texto, o processo de depauperamento e ineficácia da educação europeia instalado dentro da própria escola pelos seus preconceitos e ignorância com relação ao progresso das ciências da educação. Omer Buyse oferece, no seu relato, uma cuidadosa e pormenorizada observação de instituições de ensino norte-americanas. Ele mostra, sobretudo, que os Estados Unidos possuía um sistema educacional que funcionava bem e em perfeita integração com a sociedade moderna a que servia, enfim, um sistema vitorioso³³.

Geribello (1977) aponta sobre a precariedade das escolas quando Anísio toma a frente do cargo de Inspetor da educação. Escolas totalmente deterioradas, sem investimentos de recursos necessários. Anísio se vê inserido dentro de um sistema educacional público falho, do seu Estado, com uma escassez de recursos humanos, materiais e financeiros. “A fiscalização do ensino não existia, os professores eram despreparados” (Nunes, 2010, p. 17).

Nunes (2010) fez um relato sobre a situação das escolas da época que o educador baiano assumiu seu cargo de Inspetor Educacional:

As poucas escolas em funcionamento estavam concentradas em Salvador, localizadas em antigas residências, muitas em ruínas. Era generalizado o costume de o professor custear, com seus próprios recursos, o aluguel da sala ou do prédio em que instalava as “cadeiras”. O governo não oferecia mobiliário escolar, nem o professor a adquiria. Cabia ao aluno fornecer cadeiras e mesas improvisadas com barricas, caixotes, pequenos bancos de tábua, tripeças estreitas e mal equilibradas, cadeiras encouradas ou tecidas a junco. Anísio chegou a presenciar que era comum os estudantes escreverem no chão, estirados de bruços sobre papéis de jornal ou, então, fazerem seus exercícios de joelhos, ao redor de bancos ou à volta das cadeiras. (Nunes, 2010, p. 17)

³³ SCHAEFFER, Maria Lúcia Garcia Pallares. *Anísio Teixeira: formação e primeiras realizações*. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1988. (Dissertação de Mestrado) (via: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/> acessado em 15/03/2023)

Anísio esteve inserido dentro um sistema educacional baiano com vários déficits: estruturais e orçamentários. Os recursos estavam em demasiada carência. Não havia como ter um ensino de qualidade diante desse quadro. Não havia fiscalização. Contava também com o despreparo de profissionais, estes que eram indicados, conforme a gestão política da época. Tal prática, de indicação a cargos públicos, era de práxis no seio familiar de Anísio.

“De fato, o serviço escolar estava reduzido na Bahia a alfabetização rudimentar e à subvenção a escolas particulares feita pelas prefeituras municipais” (Nunes, 2010. p. 17). Empossado como Inspetor da Educação Baiana, teve de redefinir a administração precária que o sistema oferecia. NUNES (2010) fez um adendo sobre o palanque da campanha política de Calmon. Segundo ela, Calmon não tinha pretensão alguma de fazer uma revolução na área da Educação. Tinha apenas em mente aperfeiçoar, de maneira singela, o aparelho educacional já em funcionamento. E teve como argumento que a Bahia era diferente do Estado de São Paulo, onde já acontecia transformações para alfabetizar a população, em massa. Pois, ao contrário de São Paulo, a Bahia ainda não tinha grandes transformações econômicas, como a industrialização, pois está engatinhava ainda no território baiano. E tinha como objetivo criar uma quantidade mínima de escolas, sendo que não com o objetivo de incluir todos, mas sim alguns.³⁴

Lima (1978) apontou em sua obra como Anísio Teixeira organizou a sua gestão como Inspetor Geral de Instrução do estado baiano:

Nos primeiros meses de atividade administrativa, movimentou o aparelho burocrático da repartição a fim de conhecer por dados objetivos a situação real do ensino. Não sabia trabalhar no vazio, no incerto, na ignorância de condições concreta, cujo conhecimento compõe a verdadeira matéria-prima de projetos e inovações. Queria conhecer para superar e não timidamente para melhorar, pois a obra educacional recebeu sempre de suas mãos o sentido de um esforço destinado a mudar e a situar em nível mais compreensivo a tarefa educativa. A pesquisa pedagógica, fonte esclarecedora e crítica do planejamento, constituiu ponto básico das administrações que dirigiu. (Lima, 1978, p. 44).

Viana Filho (1990) expõe que uma das primeiras atitudes que Anísio tomou, foi de elaborar uma PL³⁵ para reestruturar e expandir o ensino no Estado baiano, no ano de 1924. Esse projeto se outorga como lei no ano seguinte. “[...] o projeto

³⁴ Aliás, o pressuposto do governo baiano jamais foi de mudança. Era, isto sim, conservador. E mesmo no caso da reforma da educação, bem ao disse o governador Goés Calmon: “**não visava inovações, mas buscava “aperfeiçoar o sistema escolar”** (TAVARES, 2006, p. 121)

³⁵ TAVARES, L. H. D. **A Reforma Educacional Baiana de 1925. Universitas**, [S. l.], n. 1, p. 119, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/26>. Acesso em: 13 out. 2023.

suscitou veemente debates no legislativo estadual [...] cuja filosofia contrariava a Escola Única” (Viana Filho, 1990. p. 27). “Sentindo a inadiável necessidade de dar um novo estatuto para o ensino da Bahia, Anísio [...] nomeia uma comissão de educadores para se incumbirem da reforma” (Geribello, 1977, p. 44)³⁶.

Na lei nº1846, verifica-se também o espírito conflitante de Anísio Teixeira, espírito esse que já existia mesmo antes de ir para os Estados Unidos e de ser ter embebido da teoria do pragmatismo deweyano. Nesse estatuto legal, anterior à sua permanência junto aos professores americanos, o educador baiano mostra-se, por um lado, latinista, humanista, defensor do dualismo aristocratizante, mas, por outro, preconiza a importância da escola primária, como pedra angular de toda formação fundamental à educação, num espírito profundamente democrático. Então já se prega a educação elementar como sendo princípio de igualdade; único que pode permitir a existência da democracia. É a semente que irá frutificar em contato com a teoria de Dewey e com educação norte-americana. (Geribello, 1977, p. 49)

Em relação a Escola Única³⁷, Anísio escreveu seu primeiro periódico para a Revista do Ensino, do governo baiano, que tinha como título “A propósito da Escola Única”³⁸. Anísio escreveu sobre a obra de Carneio Leão, que defendia a escola única. Sendo totalmente contra a este tipo de escola. “Ainda influenciado fortemente por sua formação intelectual aristocrática, perfilhando o velho dualismo classista europeu” (Geribello, 1977, p. 42). A escola única tinha como premissa a unidade entre a educação primária e secundária. E esta escola única seria uma afronta ao ensino particular. Que na visão de Anísio Teixeira era mais perspicaz para o desenvolvimento dos indivíduos. Mas o pensamento de Anísio vai ser remodelado mais para frente, quando resolveu aprofundar seus estudos sobre educação. Anísio Teixeira não tinha firmado um pensamento reflexivo sobre a questão da educação.

³⁶ Pessoalmente integra o grupo que se dedica à reformulação do Curso Primário, salientando assim sua preocupação com a escola elementar, para ele peça fundamental de todo o ensino. [...] aliás essa reforma pretendida por Anísio, assim como todas que se processavam em outros pontos do país, não traduzia uma lei orgânica, mas apenas tendências de educadores esparsos, que agiam por sua própria conta, no sentido de novas ideias. [...] Como administrador educacional, legou Anísio Teixeira a seu Estado duas peças legislativas de elevado alcance para época: a Lei nº 1.846, reformando a Instrução Pública do Estado, e o Decreto nº 4.312, aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal, respectivamente de 14 de agosto de 1925. Dois artigos, “Programa do Ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia” e a “A escola na Bahia”, consubstanciam o pensamento da Lei e do Decreto (Geribello, 1977. p. 44-46).

³⁷ A escola única é a aspiração manifestada por Condorcet e Fichte ao planejarem o sistema educacional que atendesse a todos os escolares, sem restrição de ordem econômica ou social. É [...] a afirmação consciente e real do direito à educação, a escola que responde às aspirações nacionais, sociais e individuais de todos os cidadãos. Seria preferível denominá-la escola unificada, não só por exprimir melhor a significação do vocábulo alemão Einheitsschule, do qual deriva, como também para evitar que se lhe atribua o conceito errôneo de uniformidade. A escola contemporânea é ativa pelo espírito de educação que a insufla, e única pela estrutura social; “unifica as instituições educativas mas não as reduz a tipo único; é até diferenciada, pois atende às variantes de desenvolvimento dos educandos. [...] O princípio moral da escola única transcende do aspecto filosófico ou sectarista; é imposição de ordem científica e psicológica. (Briquet, 1946, p. 157-158)

³⁸ TEIXEIRA, Anísio. **A propósito da "Escola Única"**. *Revista do Ensino*. Salvador, v.1, n.3, 1924.

“Longe estava de imaginar que um dia, bem mais tarde, a questão da escola única desabaria sobre sua cabeça como feroz tempestade” (Lima, 1978, p. 44).

Anísio realizou viagens pedagógicas, primeira para Europa³⁹ e depois para os Estados Unidos. Em meio a sua nomeação e suas primeiras ações, depois da primeira viagem de cunho pedagógico, “passa os anos de 1926 e 1927 em aprofundados estudos que o pudessem preparar para melhor compreender os problemas do Brasil, principalmente aqueles voltados à educação, e em atividades administrativas” (Geribello, 1977, p. 23)⁴⁰. Foi dentro desse contexto político, social e educacional, que Anísio viajou para os Estados Unidos, em busca de teorias pedagógicas. A viagem que foi realizada tinha como objetivo visualizar outros modelos educacionais, com intuito de melhorar o sistema educacional baiano.

Dos educadores brasileiros do seu tempo, (...) Anísio foi tão nutrido de pensamento filosófico iluminativo de um caminho dentro da visão global da existência. (...) jamais vagou sem rumo na *congérie* das concepções do universo. Sublinhando a falácia da educação dirigida destituída de filosofia explícita ou implícita, organizada em sistema ou dispersa em preceitos de rotina, faz justiça Lourenço Filho a seu contemporâneo e colega Anísio Teixeira ao observar que a ele coube mais que a qualquer outro, promover e aprofundar a reflexão filosófica no campo educacional “tentando comunicarlhe um novo espírito e uma instrumentação”. Por isso mesmo, conclui Lourenço “das imagens de Anísio, uma a todas as demais enlaça e explica. É a do pensador.” (Lima, 1978, p. 69)⁴¹

Geribello (1977) esclarece que Anísio já tinha conhecimento sobre as incongruências que existiam entre “o estilo de vida”⁴² do Estados Unidos com os do Brasil. “Porém não esperava que a tecnologia pudesse operar com tal intensidade em todo um país, repercutindo com profundidade e diretamente, tanto na vida material, como na social e moral de um povo” (Geribello, 1977, p. 24). A autora ainda destaca uma frase do educador no seu relato: “A ciência experimental na sua aplicação às coisas humanas permitiu que uma série de problemas fossem

³⁹ Em 1925 celebra-se o Ano Santo. O jovem inspetor aproveita o ensejo, numa viagem em companhia do Arcebispo Primaz da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, de junho a setembro, observar reformas educacionais na França e Bélgica. Vai à Espanha, ao Santuário de Santo Inácio de Loyola e depois segue para Roma, sendo hospedado no Colégio Pio Latino-americano. [...] Foi recebido em audiência pessoal por Pio XI. [...] De Roma segue para Paris, onde passa 4 meses frequentando aulas na Sorbana e estudando o sistema escolar francês. Regressa à Bahia, trazendo da Europa novos conhecimentos, novo material para a reforma da educação. (Geribello, 1977, p. 23)

⁴⁰ Buscando informações sobre reformas educacionais em outros países, colige material, extraindo muitos conhecimentos de livros norte-americanos que lhe falavam de uma nova compreensão no campo educativo, de maior alcance social e técnico. Pouco a pouco um projeto nele se forma: estudar assuntos relativos à educação nos Estados Unidos.

⁴¹ Refere-se a posição filosófica que Anísio adota a partir de suas viagens pedagógicas aos EUA.

⁴² GERIBELLO, 1977. p. 24

resolvidos e que crescessem essas enormes cidades que são a flor e o triunfo maior da civilização” (Geribello, 1977, p. 24 apud TEIXEIRA, 1930). A partir dessa percepção analisa o atraso industrial e tecnológico que o Brasil estava inserido.

Anísio Teixeira, na realidade, realizou três viagens, de prima para Europa; depois para os Estados Unidos, com intuito de analisar o sistema educacional⁴³ e depois para estudar com John Dewey. É nessas viagens à América do Norte que foi se moldando a primeira ruptura na vida de Anísio: a desistência do sacerdote. E essa ruptura se dá através dos estudos com a obra de John Dewey. “Libertando-se das peias ultramontanas” (FILHO, 1990. p. 32). Na primeira viagem construiu um diário de anotações sobre as escolas que analisou e durante o tempo que estudava com John Dewey, fez apontamentos necessários, sobre os fundamentos de educação, para dar embasamento teórico. Sua teoria se valia da filosofia educacional de John Dewey.

Surge então uma religião nova na vida de Anísio Teixeira:

A religião nova [...] em 14 de julho de 1928, concluído um período de férias em Caetité Anísio Teixeira escreveu ao pai comunicando-lhe haver ganhado uma bolsa de estudos [...] Mas, temeroso da não aquiescência dos pais, que o desejavam político, a carta continuava com uma justificação: “o que mais me leva a voltar à América, é o desejo de completar os meus estudos. [...] E no caso, eu ganhei amor pelos estudos de educação e queria fazê-los mais completos e mais extensos do que me tem sido dado até hoje realizar. Não será um tempo perdido, porque ainda que eu deixe a instrução, ele sempre me servirá para o magistério e mesmo para a política.” Tocava no ponto sensível. (Viana Filho, 1990. p. 11)⁴⁴

Conclui-se assim, segundo Geribello (1977):

Foi a estada de Anísio Teixeira nos Estados Unidos o marco fundamental de sua orientação educacional. Ele próprio assinala que sua formação até esse momento fora de humanista, com base quase exclusiva na história e na literatura. Os Estados Unidos oferecem-lhe o primeiro sério contato com a visão científica do mundo através do método experimental. Nesse novo mundo, a visão do universo e do homem, tão bem aprendida nos bancos escolares, se esboroa para o educador baiano. Em seu lugar surge a visão naturalista e otimista do homem, ser que evoluiu e que está preparado para agir ativamente sobre a natureza, revelar-lhe os segredos, dominar-lhe as

⁴³ Em relação a primeira viagem de Anísio para os Estados Unidos: “Ao voltar a Bahia, Anísio trazia convite da Columbia University para um ano de estudos às custas da Universidade. [...] Apaixonara-se pela educação” (FILHO, 1990. p. 32-33).

⁴⁴ A bolsa foi providencial. Permitiu a Anísio incorporar-se aos que, na década de 20, pretenderam mudar a educação no Brasil. No Ceará surgira Lourenço Filho, pregando a Escola Nova. Em Pernambuco, Carneiro Leão batia-se pela Escola Única. Abgar Renault começara em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro e em São Paulo, Fernando de Azevedo lançava sementes de uma revolução educacional. Na Bahia, o Governador Goés Calmon, inesperadamente, nomeou Anísio Teixeira [...] Diretor Geral da Instrução. Foi um terremoto. Inquieto, ele mexeu em tudo. O país renova-se. Em São Paulo, a Semana de Arte Moderna de 1922 prenunciou a Revolução de 1930, que abriu novos caminhos. Por eles passaria Anísio Teixeira. (Viana Filho, 1990. p. 11-12)

forças, suscetível portanto de aprender e mudar, mudar até para melhor. Exatamente a educação constitui o caminho fundamental, o instrumento necessário para que se verifiquem os processos de mudança. Verdade é que, em regra, a educação tendeu normalmente a conservar. (Geribello, 1977. p. 27)

Anísio imerso a nova filosofia, obtida na América do Norte, obtida por John Dewey, e em outros cursos ministrados por outra figura de sua admiração, o Kipatrick. Anísio toma como concepção que a educação, não tem apenas um sentido de conservar, mas também de mudar, transformar a sociedade para que opere no bem comum de todos. “Por esse motivo ao retornar a Bahia, o labor educacional de Anísio [...] e as reformas educacionais por ele empreendidas visam [...] todos da sociedade e não apenas determinada classe” (Geribello, 1977. p. 27). Ratificando da seguinte maneira a função da educação na vida dos indivíduos: “A educação deve preparar todos [...] para que se descubram e se revelem no relacionamento social de que participam” (Geribello, 1977. p. 27)

É imprescindível destacar, brevemente, tomando os pontos mais importantes da primeira viagem aos Estados Unidos, sobre o livro *“Aspectos Americanos de Educação – anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927”*, sua publicação data o ano de 1928. Porém, a Universidade Federal do Rio de Janeiro com intuito de reavivar as obras do educador, sob a orientação de Clarice Nunes, a organização da coleção das obras de Anísio Teixeira, teve como justificativa “divulgar o conjunto de obras do educador” (Nunes, 2006)⁴⁵, em prol da memória educacional brasileira.

Após sua primeira viagem aos Estados Unidos, apresenta um trabalho onde já se vislumbra pressupostos e métodos de renovação. Enfeixa em volume suas impressões e observações realizadas nessa estada. É o “Relatório apresentado ao governo do Estado da Bahia pelo Diretor Geral de Instrução, comissionado em estudos na América do Norte. O trabalho publicado em 1928, de distribuição gratuita da Diretoria Geral de Instrução, intitula-se *“Aspectos Americanos da Educação”* e já se entrevê nas duas partes que se divide (Fundamentos da Educação e Aspectos Americanos da Educação) a nova orientação a que se filiara, cada vez mais, o jovem educador baiano. (Geribello, 1977. p. 51)

⁴⁵ Muitos problemas apresentados por Anísio Teixeira permanecem na agenda de discussões e na pauta das reivindicações das políticas públicas da educação em nosso país. [...] O objetivo é apresentar uma perspectiva atualizada da reflexão de Anísio Teixeira, situando no âmbito das diferentes conjunturas históricas as polêmicas que se fizeram por meio dos seus livros. Destina-se aos professores e alunos de graduação e pós-graduação em educação, docentes vinculados ao ensino médio e fundamental e demais interessados das áreas das ciências humanas e sociais. (Nunes, 2006).

Dois aspectos importantes desse diário⁴⁶ de anotações que se transforma em livro, são importantes ressaltá-los que servem de guia para entender melhor a atuação de Anísio Teixeira. Em primeiro lugar ele fez um apontamento sobre os fundamentos da educação, com os seguintes eixos: sentido atual da educação, educação e democracia, do método em educação e a reconstrução do currículo escolar. Em segundo lugar, destacou sobre a escola *platoon* que serviu de norte para construção da Escola Parque. “O relatório pode ser compreendido como um documento cujo exercício de escrita está associado a um gênero narrativo” (Gondra; Mignot, 2006).

O educador expôs de maneira lúcida sobre o processo educacional, em fundamentos da educação que compõe seu diário de anotações, “educação é o processo porque a vida social se perpetua. A circunstância de estarmos [...] a um constante renascimento da vida pelo nascimento e morte cria-nos a necessidade de [...] contínua transmissão de valores sociais e morais a que se chama de educação” (Teixeira, 1928a). Justificou sua fala diante de uma perspectiva histórica, conforme sua evolução, “dos pequenos rudimentos de caça e pesca, chegou às complexas formas de civilização moderna” (Teixeira, 1928b), a naturalidade de determinadas aprendizagens se tornou inviável.

E justificou da seguinte maneira sua premissa:

A soma de conhecimentos, de aspirações, de sentimentos que compõe a teia dos nossos dias civilizados já não é acessível senão através de esforços coordenados e longos. [...] É indispensável uma agência especial – a escola – e um grupo de especialistas – os professores – para tornar possível a educação da infância. (Teixeira, 1928. p. 32)

Teixeira (1928c) afirma que o processo educativo deve ser de forma natural e de interação com outros sujeitos, ou seja, coletividade. “A escola surge como agência especial e expressa para produzir um resultado que a direta participação na vida social tornou, devido sua complexidade, precário e impossível” (Teixeira, 1928d)⁴⁷. Anísio fundamentou a escola como agência especial, dentro da teoria de

⁴⁶ O diário foi produzido durante a segunda viagem de estudos que empreendia enquanto esteve no exercício do cargo do Inspetor Geral do Ensino da Bahia, de 1924-1929, quando promoveu uma reforma da instrução pública naquele estado. Em 1925, esteve no velho continente visitando escolas da França e Bélgica. (GONDRA; MIGNOT, 2006 apud NUNES, 2002)

⁴⁷ Mas por que modo podemos organizar e controlar essa especial e formal agência de educação que se tornou imprescindível criar? A transmissão de crenças, hábitos e maneiras se faz por intermédio da participação na vida do grupo social. Essa participação se processa através do meio. Meio é, porém, mais do que vizinhança e arredores. Meio é tudo aquilo que dá *continuidade específica* à atividade de

Dewey, que serve como direção, sendo assim a função social da educação. Não uma direção com objetivo de controlar, pois isso seria uma maneira de coerção⁴⁸. A educação não deve ser de maneira compulsória, mas sim libertária.

Educar é definir, focalizar e coordenar os movimentos para uma resposta justa e apropriada. A doutrina de Dewey se coordena e se monta com as verdades velhas que todos conhecemos. O filósofo americano apenas as vê com mais agudeza e exatidão. Assim, esclarece-nos ele, essa ideia de direção na função educativa é muito mais deturpada, porque os homens a julgam mais eficiente quando a exercem expressamente, obtendo um resultado visível pelo emprego de uma força superior, física ou moral. (Teixeira, 1928. p. 35)

Logo, essa educação que dá direção deveria ser estruturada no viés democrático. “Se educação é função que assegura a direção [...] através da sua progressiva participação na vida da sociedade, a educação deve ser [...] condicionada à qualidade de vida desse grupo, ao seu ideal de vida social” (Teixeira, 1928, p. 49). A democracia dentro da educação, não somente no ambiente escolar, tem como diretriz ofertar oportunidades para que os discentes possam desenvolver suas habilidades, de forma “distintiva”.

TEIXEIRA (1928) expõe sobre a metodologia norte-americana no livro “Aspectos Americanos de Educação”, que é a experiência, o método de pensar é pensar de forma inteligente. Essa forma, não é em sentido classificatório, mas oportunizar os alunos a saberem resolver determinadas situações problemas dentro e fora do ambiente escolar. “As crianças devem ser postas em contato com uma real situação de experiência, em cujo desenvolvimento lhes seja necessário pensar, refletir, raciocinar e, por esse modo, adquirir conhecimento” (Teixeira, 1928)⁴⁹. E para isso o currículo escolar deve ser reorganizada, não com objetivo de excluir os conteúdos, mas sim de adaptá-los de acordo com as experiências, já adquiridas, dos alunos.

Nunes (2010) relatou que a viagem aos Estados Unidos, principalmente no Teachers College, provocou uma mudança em Anísio, largando uma filosofia

um indivíduo. O meio de um antiquário, como diz Dewey, se constitui daquelas coisas remotas e velhas que o apaixonam e através das quais ele *varia*, ele *muda*. [...] É ilusão julgar que se pode transmitir alguma coisa diretamente. É através do uso da coisa, através do seu sentido, através do meio, que se pode agir e que se pode educar. A linguagem constitui um instrumental que abrevia e resume e, às vezes, amplia a experiência, mas o seu uso só não será estéril, remoto ou artificial quando for enriquecido e sustentado pela experiência, que é o intercurso entre o indivíduo e o ambiente. (Teixeira, 1928, p. 34)

⁴⁸ TEIXEIRA, 1928.

⁴⁹ Nessa orientação, para que a escola possa oferecer reais situações da vida e genuínos problemas (Teixeira, 1928).

inaciana, por um viés científico da filosofia de Dewey. Principalmente no que se refere a laicidade no âmbito educacional. Logo, Anísio seria o pioneiro nas traduções das obras de Dewey no Brasil. Sendo assim, Anísio começou a revisitar seu passado, no que tange a Companhia de Jesus, ocasionando assim uma ruptura com seu passado inaciano. Assim Anísio toma a linha deweyana como estrada para o seu percurso como educador e administrador da Educação brasileira.

É fato que os pressupostos teóricos de Anísio Teixeira acerca da escola que desejava ver implantada no Brasil depreendem-se das premissas elaboradas por John Dewey na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos da América. Entretanto, apesar de a relação entre esses dois educadores já ter sido bastante evidenciada por meio de artigos, pesquisas e teses de doutorado, cabe, ainda, discutir que tipo de influência Dewey exerceu sobre Anísio, fazendo com que este último, inclusive, se apropriasse de algumas de suas ideias sem, no entanto, as ter tornado simples plágios⁵⁰.

Teixeira⁵¹ (1928) destacou que:

John Dewey é, na América, o filósofo que agudamente traçou as teorias fundamentais da educação americana. A nenhum outro pensador é dado ali lugar mais saliente na sistematização da teoria moderna da educação... Apresentar pois, na Bahia, em breve resumo, tão fiel quanto me foi possível as ideias com que Dewey fixa o atual sentido de educação, pareceu-me meio talvez favorável para despertar um interesse concreto pela revisão de nossas concepções. (Teixeira, 1928, p. 29)

Ao regressar da viagem dos Estados Unidos, em 1929, Anísio entrega para o então governador, Vital Henrique Baptista Soares, “que sucedera desde o ano anterior (1928) a Góes Calmon” (Geribello, 1977. p. 27), entrega um documento com inúmeras sugestões para reorganizar o âmbito educacional baiano. De forma bastante utópica e esperançosa. Porém é vedado pelo atual governador, alegando dificuldades para atender determinadas sugestões. “Essa atitude [...] força Anísio Teixeira a se exonerar do posto, em novembro de 1929” (Geribello, 1977. p. 27). Sendo assim, “as ideias que Anísio tentara pôr em prática representavam uma agressão aquela sociedade agrícola e oligárquica” (Viana Filho, 1990. p. 47)⁵².

Anísio seguiu seu percurso envolvendo-se em grandes debates educacionais nas mais diferentes regiões brasileiras. Muitos contatos aconteceram diante de Anísio, por iniciativa dele mesmo. Na tentativa de seguir uma direção correta para as

⁵⁰ CHAVES, Miriam Waidenfeld. **A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 1999, n.11, pp.86-98.

⁵¹ SOUZA, Roberto J. P. Lago de.; SANTOS, José F. de. **Anísio Teixeira: difusor do pensamento deweyano no Brasil**. *Caderno PAIC*, 14(1), 721–731. 2013.

⁵² É nomeado professor de Filosofia e História da Educação na Escola Normal de Salvador. (GERIBELLO, 1977. p. 28)

reformas que pretendia exercer. Destaca-se primeiro na Bahia, onde ocorre toda sua transformação pedagógica e ruptura com o catolicismo. Após assume setores importantes no governo Federal, começando pela segunda capital do país Rio de Janeiro e, depois em Brasília⁵³.

No cargo que assume em 1924, não se tratava então de problema de educação, pois nessa época era quase desconhecida a consciência do papel e da importância da instrução pública como agente de integração social. Contudo, o jovem, à testa do cargo, daria um outro cunho a toda a programação da Diretoria de Ensino. Lançava as bases de ampla reforma ensaiando nova e absorvente experiência, que seria a primeira de sua carreira como administrador, porém estava longe de ser a última. (GERIBELLO, 1977. p. 41)

É de grande relevância apontar, que uma das chaves centrais, não a principal, é como ele foi criando redes de comunicações, de inúmeras figuras do cenário brasileiro, principalmente depois do seu retorno da segunda viagem aos E.U.A. Nessa segunda viagem, ele conhece Monteiro Lobato, que serviu de elo entre Anísio e Fernando de Azevedo⁵⁴ no seu regresso para o Brasil. Monteiro Lobato, escreve uma carta a Fernando, relatando sobre o jovem promissor. Surge aí, um elo entre duas figuras importantes no cenário educacional, na derradeira final da República

⁵³ Sobre a administração de Anísio Teixeira: “A função de administrador é função que depende muito da pessoa que a exerce; o administrador depende de quem ele é, do que tenha aprendido e de uma longa experiência. Tudo isto é que faz o administrador. [...] O administrador é o homem que dispõe dos meios e dos recursos necessários para obter alguns resultados. Resultados certos, e isto é um administrador. Logo, determinados, propositais, estabelecidos pela ação intentada. Não há função mais constante nem mais geral. A vida está completamente saturada dela. Sem administração, a vida não se processaria” (TEIXEIRA, 1961. p. 84-89)

⁵⁴ Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, no estado de Minas Gerais, em 20 de abril de 1894 e faleceu em São Paulo em 17 de setembro de 1974. Entre 1901 e 1902 realizou, em sua cidade natal, os estudos preparatórios para o ginásio cursado com os jesuítas no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, de 1903 a 1909. Nesse mesmo ano de 1909 entrou para a Companhia de Jesus, tendo feito o noviciado em Campanha-MG e lecionado no Colégio São Luís Gonzaga, então em Itu, no estado de São Paulo. Em 1914 decidiu deixar a Ordem dos Jesuítas, ano em que iniciou o curso de direito no Rio de Janeiro, curso este concluído em São Paulo, em 1918, na Faculdade do Largo de São Francisco. Não se dedicou, porém, à advocacia, tendo optado pelo magistério, que já vinha exercendo desde 1914, quando lecionou latim e psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte. Transferindo-se para São Paulo em 1917, passou a ensinar essas mesmas disciplinas na Escola Normal de São Paulo. Em 1920, ao reformar a Escola Normal de São Paulo, Sampaio Dória introduziu a cadeira de latim e literatura, para a qual foi nomeado Fernando de Azevedo. Paralelamente ao magistério, dedicou-se também ao jornalismo, primeiro como noticiarista e colaborador no *Correio Paulistano*, entre 1917 e 1922; depois, como crítico literário no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1923 a 1926. E foi na condição de jornalista desse diário que organizou um amplo inquérito sobre a situação da educação no estado de São Paulo. Publicado com o título *A Instrução Pública em São Paulo*, esse trabalho foi reeditado sob o nome *A educação na encruzilhada*. Segundo o próprio autor, essa denominação justifica-se “porque, na verdade, a educação nessa época se encontrava numa encruzilhada: ou prosseguir nos rumos antigos, em que insistiam conservadores e reacionários, ou investir para rumos novos, de transformações radicais, de estrutura e finalidades”. (Saviani, 2019 apud Azevedo, 1971 p. 73)

Velha, que vai servir gancho mais a frente para a organização do Manifesto dos Pioneiros da Educação. E de outros assuntos relacionados a educação brasileira.

Anísio Teixeira defendia uma educação democrática, a partir de seus estudos com o filósofo J. Dewey, tendo a escola como base, o aluno como centro do fazer pedagógico, com uma educação de qualidade. Não uma escola que apenas ensinasse a ler e escrever, contar. E, sim uma escola participativa, progressiva, ou seja, uma escola dinâmica, usando novos conceitos para haver uma transformação social.

A ideia de uma escola integral composta de atividades de instrução e educação, harmônica em sua administração, escapava totalmente aos quadros da escola tradicional. [...] princípio dos Centros Educacionais, que ocupariam a criança em atividades educativas durante boa parte do dia, era uma reação contra a ideia de que se deveria simplificar a educação primária ao máximo, já que não tínhamos recursos para dar a todos uma instrução mais ampla. O modelo para expansão e restauração da escola primária na Bahia expresso no Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro) foi realmente alguma coisa que até hoje não se assemelhava dentro do aparelho educacional brasileiro. (GERIBELLO, 1977. p. 87-88)

À medida que as transformações aconteciam, os comportamentos modificavam-se suas formas com a chegada do novo, no tempo em que os sujeitos históricos estavam inseridos, o sistema educacional também sofre transformações. O ensino, da mesma forma que outros conceitos e ações, vai se reestruturar ao longo da História, não perde sua essência, por ser transcendental, mas transforma-se sim para se ajustar a sociedade não qual se encontra em constantes mudanças. “A leitura de John Dewey [...] proporcionou a Anísio a possibilidade de construir um novo significado existencial, de encontrar resposta [...] para as questões educacionais” (Nunes, 1999. p. 58)

Anísio Teixeira sempre teve em constante busca a novas reflexões para o sistema de ensino brasileiro.” A atividade intelectual conjuga um trabalho de autoconhecimento e de comunhão com a realidade” (LIBANIO, 2014. p. 25)⁵⁵. Toda sua teoria e prática (ação – partindo da filosofia pragmática ao qual se inclinava com base na teoria Deweyana) foram soluções aos desafios que enfrentava nos cargos de administração educacional. “O que tornou sua trajetória admirável foi a persistência na defesa da democracia e da educação para democracia, [...] apesar

⁵⁵ O desafio da vida intelectual é saber mostrar que há um prazer que não está no fim e não no início. É o prazer intelectual. Implica porém, um caminho de disciplina, de responsabilidade, de horas e horas de estudo, de tenacidade, de vigílias, de trabalho, de aplicação (LIBANIO, 2014. p. 28).

das rupturas que lhe foram impostas pelas conjunturas políticas de 1935 e 1964” (NUNES, 1999. p. 58). É primordial destacar que “essa defesa não apenas apaixonada: foi polida por uma filosofia da educação e uma compreensão aguda da história da sociedade brasileira” (Nunes, 1999, p. 59).

1.2. John Dewey: educação democrática e experiência

No contexto educacional brasileiro, John Dewey marca sua trajetória com a tradução de suas obras feitas por Godofredo Rangel, sendo *Como Pensamos* sua primeira obra traduzida, e logo *Democracia e Educação* por Anísio Teixeira. “Essas obras foram publicadas como parte da coleção “*Atualidades Pedagógicas*” (Souza, 2011, p. 26), que tem seu lançamento no ano de 1931”.

Souza (2011) pontua que as diretrizes do Escolanovismo⁵⁶ se difundem no Brasil a partir das publicações das obras de John Dewey e artigos de Anísio Teixeira na coleção de *Atualidades Pedagógicas*. As obras literárias de Dewey são inseridas dentro do “grupo da “Ética, Estética, Filosofia do Direito, da Educação etc. e Diversos” (Souza, 2011, p. 26 apud Paim, 1979)⁵⁷.

As pesquisas científicas de Dewey estão assentadas na correlação de várias áreas, sendo educação e filosofia, uma das interrelações. Dewey (1959) defende que os aspectos sociais, econômicos, filosóficos e educacionais não indissociáveis. “A filosofia é a teoria da educação e está é sua prática deliberadamente empreendida” (Souza, 2011 apud Dewey, 1959).

Anísio Teixeira, sendo um dos seus principais estudiosos sobre a filosofia pragmática deweyana, corroborou com essa afirmação de J. Dewey:

Sendo a educação o processo pelo qual os jovens adquirem ou formam “as atitudes e disposições fundamentais, não só intelectuais como emocionais,

⁵⁶ Não obstante a abrangência do pensamento educacional de John Dewey, os educadores que se apropriaram de suas ideias pedagógicas restringiram-no aí seu registro meramente didático ou, quando muito, o compreenderam como fundante de uma epistemologia para as Ciências da Educação. Essas tendências de interpretação, porém, ocorreu não somente no âmbito da educação brasileira, como também em outros países, inclusive, nos Estados Unidos, sendo predominante no âmbito do movimento da *escola nova* e, particularmente, na chamada *educação progressiva*. Em linhas gerais, tais tendências argumentam que a principal contribuição desse filósofo para a educação teria sido a do estabelecimento de um método pedagógico centrado no aluno e na prática, por meio do qual aprende a aprender e a pensar. (Pagni, 2011. p. 43)

⁵⁷ De maneira mais específica, sabemos que são obras de filosofia da educação, embora Dewey trate de questões e lógica, epistemologia e filosofia da mente, principalmente em *Como Pensamos*. Temos a impressão de que Dewey foi apresentado mais como pedagogo do que como filósofo. Talvez essa seja uma explicação para o fato de John Dewey ser mais estudado na educação e não tanto na filosofia (SOUZA, 2011. p. 26-27).

para natureza e o homem”, é evidente que a educação constitui o campo de aplicação das filosofias, e, como tal, também de sua elaboração e revisão. (Teixeira, 1969. p. 9)

Teixeira (1969) relata que antes das preposições filosóficas ficarem arranjadas em sistemas, devidamente organizadas, e a educação “como processo de perpetuação da cultura” (Teixeira, 1969). As filosofias já eram uma forma de disseminar as diferentes formas de visão sobre o mundo e os indivíduos.

A filosofia educacional do teórico norte-americano sofreu inúmeras rejeições no Estado brasileiro, sendo classificada como “ideologia liberal da educação” (Souza, 2011, p. 31). Pois classificam como uma ideologia que não avalia de forma crítica a dinâmica da sociedade, e sim de forma tecnocrata, sem olhar de forma humana o contexto social e cultural dos múltiplos grupos sociais que compõem a sociedade. Entretanto, Dewey faz crítica ao liberalismo em suas produções empíricas.

Porém, Schmidt (2009) adverte sobre essa crítica a Dewey:

Favorável a mais ciência e menos literatura na educação, Dewey não demonstra muito interesse pela educação liberal – expressão originariamente empregada para indicar a cultura do homem livre e da educação adequada à classe ociosa da aristocracia. A educação deweyana, ao contrário, está voltada para a vida industrial e democrática, em que a escola deve ser uma oficina em miniatura ou uma comunidade reduzida, na qual a educação não se exerce como mero preparo para a maturidade, mas sim como apoio ao desenvolvimento do espírito e da incessante reconstrução da experiência. (Schmidt, 2009. p. 138)

Sendo a experiência a categoria central do seu fazer filosófico, Pagni (2011) esclarece como Anísio Teixeira abordava o entendimento de John Dewey sobre o conceito de experiência: “Dewey a entende como toda relação entre um organismo vivo e o ambiente, onde ambos saem modificados” (Pagni, 2011, p. 45 apud Teixeira, 1980). A partir da ação do organismo esse determinado ambiente sofre alterações, modificações, como esse organismo também sofre mudanças ao agir dentro desse ambiente, classificando assim a experiência. Porém, “a crença de que toda educação genuína se consuma através de experiência não quer dizer que todas as experiências são [...] educativas. [...] Algumas experiências são deseducativas. [...] que produza o efeito de parar [...] o crescimento” (Pagni, 2011, p. 51 apud Dewey, 1971).

É a partir de um agrupamento de “experiências comuns [...] sentimentos e crenças” (Pagni, 2011, p. 53), que gera democracia dentro de uma sociedade. Como

esse agrupamento de experiências, de diferentes grupos que compõem a sociedade, é necessário fazer um intercâmbio entre elas, “de modo plural e livre” (Pagni, 2011, p. 54). E não travar disputas para que façam prevalecer determinadas crenças, sentimentos e experiências sobre outro grupo. “A democracia é, assim, condição necessária para a interação e para comunicação livre entre os homens” (Pagni, 2011, p. 57). Uma forma de aprimorar as diversas formas que compõe o contexto social.

Cunha (2011) fala sobre J. Dewey ter pleno esclarecimento sobre intempéries que desenham para edificação de uma sociedade com viés democrático. Que a humanidade está longe de sua plenitude, e que, também se pode não atingir determinado grau de experiência democrática. Mas enfatiza que os indivíduos têm meios suficientes para chegar a tal estado de vida social. “Vontade inteligente é justamente o que colocamos em ação quando ingressamos em processo reflexivo, é o que acionamos quando nos vemos diante de um problema verdadeiro, uma situação [...] incompleta que requer solução” (Cunha, 2011, p. 64-69).

2. SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: da colônia ao início do período anisiano

Neste capítulo é abordado a trajetória da Educação Brasileira, seus meandros até chegar à atuação de Anísio Teixeira no Distrito Federal. Anteriormente foi vista de forma breve suas primeiras atuações. “Não se pode, pois, analisar a filosofia da educação de nossa época sem que antes nos detenhamos nesses recuados primórdios da civilização” (Teixeira, 1969, p. 11). Antes é preciso analisar, de forma breve a estrutura educacional dentro do contexto brasileiro. Tendo em vista que somos uma nação que sofre uma grande ruptura com a chegada dos portugueses. Estes trouxeram “produtos acabados da cultura” (Romanelli, 2014, p. 22). Com um objetivo de acúmulo de riquezas para entender os interesses da metrópole. O próprio objeto da pesquisa sempre fez um resgate histórico filosófico, histórico e educacional para explicar o porquê dos desníveis da mentalidade e da educação brasileira. Dentro deste capítulo constará as formas educacionais, brevemente, da colônia, do império e da república velha.⁵⁸

Como Teixeira (1969) afirmava: “Mudar – característico da cultura contemporânea [...] é que a nossa sociedade se encontra entre aquelas que mais são motivadas pela educação escolar” (Teixeira, 1969, p. 115). Logo, continua o educador a afirmar: “Ao contrário da civilização anterior, que institucionalizara a não modificação, a nova civilização institucionalizou a modificação. Somos, agora, uma civilização que muda de dia para dia e que se orgulha de mudar” (TEIXEIRA, 1969, p. 115). O educador baiano tem como alicerce da sua construção teórica o viés democrático, então é necessário analisar os princípios coercitivos da educação brasileira a partir do modelo colonial, onde a cultura indígena e escravocrata foram demasiadamente destruídas. E analisar como se deu a educação formal de Anísio, que ainda pegou resquícios dessa educação colonial. Pois, como já foi mencionado, até entrar em contato com a filosofia norte-americana, Anísio possuía um pensamento escolástico.

A civilização de antes, que foi adepta da não mudança, corresponde ao período colonial até a República Velha. Mesmo havendo mudanças de um regime para o outro, ainda se perpetuou antigos regimes coloniais dentro da República. “A

⁵⁸ As tendências de origem e organização educativa estão ligas, como é obvio, aos fatos de nossa própria formação social e política: país de colonização, de trabalho fundado na escravidão e no latifúndio, por largo tempo; colônia, Império, República. As de origem filiam-se, mais particularmente, às ideias de educação da época, trazidas da Europa pelos colonizadores (FILHO, 1940. p. 17).

forma que se originou e evoluiu uma cultura define bem a evolução do processo educativo” (Romanelli, 2014. p. 19). Não tem como analisar o espaço/tempo da Filosofia e História da Educação, seja ela geral ou de determinado território, sem fazer breves considerações em torno da estrutura e funcionamento do “sistema” escolar. Praticamente todos os trabalhos feitos em torno da História da Educação em torno do século XX, sempre faz um apanhado de como se organizaram as estruturas de poder: política, economia e educação.

As trocas culturais, as influências mútuas, são consequências da variedade de culturas existentes e dos contatos entre elas. Essas trocas, quando se processam, tendem a fazer enriquecer as culturas interessadas, já que as diferenças notáveis entre elas são outros tantos desafios à imaginação e à inteligência humanas. Ocorre, porém, que nem sempre essas trocas se dão dentro de circunstâncias favoráveis ao mútuo enriquecimento. Pode até dar-se o caso de o aniquilamento de uma delas ser o resultado do contato de duas culturas, dependendo de como se efetuou o contato cultural. Simples trocas comerciais entre povos de culturas diferentes, mas de grau de complexidade mais ou menos semelhantes, costumavam ser enriquecedoras na Antiguidade. O mesmo já não se dava quando o contato era o resultado de uma conquista baseada na força, como ocorreu com populações primitivas da região da Esparta com a chegada dos dórios [...] já no colonialismo [...] as trocas culturais se fizeram das mais diversas formas. [...] Elas foram aniquiladoras das culturas indígenas. Em casos como esses, recusamo-nos a chamar de troca o contato feito. O que em verdade ocorreu foi uma transferência pura e simples dos padrões culturais europeus para as terras das Américas. A cultura indígena foi praticamente aniquilada e a transferência desses padrões se mais ou menos na base de um transplante. (Romanelli, 2014. p. 21)

“A educação no Brasil nasceu e foi desenvolvendo-se dentro de uma sociedade fechada com profunda inexperiência democrática” (Galvão, 1966. p. 87). “Ora, escola, escolarização, alfabetização tem um sentido típico de cada época, em cada contexto social” (Paiva, 2000, p. 43). E o contexto social brasileiro é o início da sua colonização territorial. Com a chegada do europeu no território brasileiro, os nativos, indígenas amargaram diante de uma crucial ruptura. Seu ethos é negado diante do olhar e ações de cunho europeu. A chegada dos jesuítas aqui não foi apenas questão moral, religiosa e social, também transplantaram seus métodos pedagógicos.

No sistema colonial, não se desenvolveu um “compromisso com o ensino público” (Galvão, 1966, p. 88). A educação estava sobre a supervisão dos jesuítas⁵⁹.

⁵⁹ A benemerência dos jesuítas ressalta na história da instrução pátria, dos séculos XV¹-XVII. Não obstante interessados especialmente no ensino secundário e superior, dedicaram-se ao ensino elementar da infância e mocidade brasileiras; Século XVI — Das expedições jesuíticas enviadas de Portugal ao Brasil, no século XVI, salientam-se as três primeiras: de 1549, de 1550 e 1^a de 1553. Com Tomé de Sousa desembarcam, em Salvador, no ano de 1549, seis jesuítas portugueses, dos quais

A ordem dos jesuítas foi fundada por Inácio Loyola. Tendo como princípios: “obediência, disciplina, submissão” (Galvão, 1966, p. 88)

“Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas” (Paiva, 2000, p. 43). Para se ter melhor lucidez sobre o sistema de ensino loyolano, Galvão (1988) cita Fernando de Azevedo para explicar o ensino jesuítico. Trecho que extraiu do livro Transmissão de Cultura.

Segundo Fernando de Azevedo (em Transmissão da Cultura), o ensino jesuítico era sábio, sistemático, mas dogmático, abstrato, formal, uniforme, neutro, literário. Não tinha a investigação e livre discussão de problemas, como processo de ensino, mas apenas o comentário dos textos de estudo. [...] Ensino sem qualquer conteúdo ideológico ou social. (Galvão, 1966. p. 89)

Os inacianos tinham como assertiva, que isso era o método mais correto e necessário aos nativos desta terra. O ensino jesuítico se assenta no viés colonizador. “[...] O índio se encontra à mercê de três interesses [...]a metrópole [...] integrá-lo no processo colonizador, [...] convertê-lo ao cristianismo [...] e o colono

quatro sacerdotes: padres Manuel da Nóbrega, Aspicuelta Navarro, Leonardo Nunes e Antônio Pires, e dois escolásticos: irmãos Vicente Rijo ou Rodrigues -e Diogo Jácome. Mal chegados, fundam o Colégio da Bahia. Em 1551, Vicente Rodrigues já ensinava a ler, escrever e cantar a vinte meninos. Por isso, cognomináram-no o primeiro mestre-escola do Brasil; morreu no Rio, em 1600, havendo-se dedicado durante meio século à evangelização dos selvícolas. Opinam alguns que o mérito da criação da primeira escola no Brasil se deva a' Leonardo Nunes, que, em fins de 1549, estabeleceu, em São Vicente, o Abarebebê, onde se ensinavam a leitura e escrita, cantos religiosos, e noções de vernáculo e latim. Não está provado que, no colégio da Bahia, se houvesse ensinado a ler e escrever antes dessa época, de sorte que a Leonardo Nunes caberiam as honras de pioneiro do ensino primário do Brasil.¹ Na segunda expedição aportaram, no ano de 1550, em São Vicente, quatro jesuítas: Manuel Paiva, Afonso Brás, Francisco Pires e Salvador Rodrigues, acompanhados de sete “meninos órfãos”, para ajudarem a catequese. Vem com Duarte da Costa, em 1553, a terceira expedição. Trazia sete missionários, dos quais três padres portugueses: Luís da Grã, Brás Lourenço e Ambrósio Pires, e quatro irmãos: José de Anchieta, de Tenerife, o espanhol Antônio Blasques, que abriu a primeira aula de latim, em 1553, no Rio, e os portugueses João Gonçalves e Gregório Serrão. Em 1552 existiam três escolas de instrução elementar: a de Salvador, a do Espírito Santo e a de São Vicente, aprendendo-se, nesta e na primeira, rudimentos de latim e português. Com a visita de Nóbrega a S. “Vicente, a escola é mudada, em 1554, sob o nome de Colégio-de S. Paulo, para Piratininga, “de melhor clima e por amor dos índios”. Dos jesuítas o mais culto, parece, foi Aspicuelta Navarro, o primeiro que estudou o tupi; à noite, vertia para essa língua hinos religiosos, que distribuía aos alunos.¹² A alma da catequese em S. Paulo foi Anchieta, inextinguível no zelo de apóstolo e de mestre-escola. Sabia latim, espanhol, português e tupi. Na falta de livros, copiava as lições em cadernos. Redigiu a primeira gramática de língua tupi-guarani, publicada em Coimbra, em 1595, sob o título “Arte de Gramática da língua mais Usada na Costa do Brasil” Essa obra foi simplificada e melhor ordenada pelo P.e Luís Figueira; dela se tiraram sete edições a contar da primeira, de 1621, até à última, fac-similada, de 1878. [...] Funda-se, em 1575, o colégio de Olinda. Luís da Grã dá lições de latim e de “casos” ou seja de teologia, moral, em que se discutem atos, virtudes e vícios. Daí a pouco lia-se o segundo livro da Eneida, e já o bispo D. Pedro Leitão vinha argumentar com os estudantes brasis, iniciando, desse modo, o cerimonial os “atos públicos”, que tão mirificamente se desenvolveu nas formalidades de exames, oficiais e particulares. No colégio da Bahia contavam-se vinte núcleos de população (cidades, vilas, povoações e aldeamentos), com cem mil mestiços e índios catequizados, e vinte e cinco a trinta mil europeus. Gomo se vê, os esforços didáticos são exclusivamente dos inacianos, que se adaptam admiravelmente às condições materiais e psicológicas do meio. (Briquet, 1946, p. 162-165)

quer usá-lo como escravo” (Aranha, 1989, p. 120). Nota-se que a única conduta aceita era a submissão. Com esse processo colonizador de origem portuguesa, funda-se que o ideal era uma sociedade similar a portuguesa: “A sociedade portuguesa tinha estrutura rígida, centrada na hierarquia, fundada na religião” (Paiva, 2000, p. 44)

Segundo Aranha (1989) a educação escolástica dos jesuítas, foi de manter uma formação para elite, pois também instruíram os filhos dos colonos. “A estrutura do ensino, predominantemente clássica, valoriza a literatura e a retórica e despreza o estudo das ciências e a atividade manual. Toda orientação educacional dos jesuítas estava em consonância com o *Ratio Studiorum*. Um documento que garantia a unidade pedagógica jesuítica. Os jesuítas após anos de catequização, sofrem uma ruptura, a Reforma Pombalina.

Várias medidas desconexas e fragmentadas são tomadas até que as primeiras providências mais efetivas são levadas a efeito. [...] começa então a implantação do ensino público oficial. A coroa se encarrega de organizar a educação, nomeando professores e estabelecendo planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, típico do ensino jesuítico, é modificado para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas. Porém, são inúmeras as dificuldades a serem enfrentadas. Os colégios estão dispersos e não há mais a formação de mestres, não havendo, portanto, uniformidade de ensino. Existem queixas quanto à incompetência dos mestres leigos que, por sua vez, eram muito mal pagos. Além disso, tudo é centralizado no Reino, o que torna a máquina administrativa extremamente morosa e ineficaz. Às vezes até ocorre uma espécie de continuidade do ensino jesuítico, pois alguns mestres, formados pela Companhia, continuam uma ação pedagógica, semelhante à dos jesuítas, se bem que em nível inferior. Aparecem também as escolas de carmelitas, beneditinos e franciscanos, tentando preencher o vazio deixado pelos jesuítas. Em Portugal, a Universidade de Coimbra passa [...] por uma transformação, optando pelo ensino da língua moderna (e não do latim), das matemáticas e ciências da natureza. Indiretamente o Brasil se beneficia disso, pois muitos dos seus jovens lá contemplavam os estudos, e dentre eles saem os conjurados brasileiros. (Aranha, 1989, p. 166-167)

Muitos autores colocam esse período como uma destruição do ensino no Brasil. Porém outros criticam tanto as duas formas, pois se tratava de duas modalidades de ensino: colonizador e burguês, de cunho altamente catolicista. Também apontam como educação para o povo, porém não era uma educação de viés emancipatória, e sim com o objetivo de manter as classes dominantes no poder. “Podemos dizer que nesse período uma política educacional estatal é quase inexistente. Basta ressaltar que o primeiro Ministério de Educação é criado pelo Governo de Getúlio Vargas” (Freitag, 1980, p. 46). Conclui-se assim, que mesmo com a Reforma Pombalina, o sistema educacional que operou foi o jesuítico “que

cumpria com uma série de funções, também importantes para a coroa portuguesa (Estado)” (Freitag, 1980, p. 17).

Segundo Freitag (1980) qual a importância um sistema colonizador⁶⁰ emanaria diante de um sistema agroexportador e latifundiário? Nenhuma, pois “a monocultura latifundiária exigia um mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho.”⁶¹ E esse tipo de mão de obra era ofertada através do sistema escravocrata, tanto de indígenas quanto dos negros. “Portanto não havia nenhuma função de reprodução de força de trabalho a ser preenchida pela escola.”⁶²

A estrutura social também se encontrava pouco diferenciada: além dos escravos, [...] compunham os senhores das “casas grandes”, ou sejam, os latifundiários e donos de engenho; os administradores portugueses representantes da Coroa na colônia e o clero (na maioria jesuítas). A reprodução dessa estrutura de classes era garantida pela própria organização da produção. A escola, como mecanismo de re-alocação dos indivíduos na estrutura de classes, era, portanto, dispensável. Restavam-lhe ainda duas funções: a de reprodução das relações de dominação e a reprodução da ideologia dominante. As escolas jesuítas, especialmente os colégios e seminários em funcionamento, [...] preenchiam perfeitamente essas funções, ajudando e assegurando dessa maneira a própria reprodução da sociedade escravocrata. Os jesuítas além de preparem os futuros bacharéis em belas-artes, direito e medicina, tanto na colônia como na metrópole, fornecendo assim os quadros dirigentes da administração colonial local, formavam ainda os futuros teólogos, reproduzindo os seus próprios quadros hierárquicos, bem como os educadores, recrutados quase que exclusivamente do seu meio. (Freitag, 1980, p. 47) ⁶³

Anísio Teixeira corrobora da mesma forma, os administradores coloniais, tem o sistema educacional da seguinte maneira: “Educação adaptada da metrópole, educação superior limitada a poucos nativos e dada muitas vezes somente no país metropolitano”, ou seja, “muito limitadas oportunidades de educação para os nativos”

⁶⁰ O ensino público, no período colonial, caracteriza-se: a) pela indiferença completa da metrópole no tocante à vida espiritual do Brasil, indiferença talvez escusável atendendo-se a que o ensino público em Portugal só foi objeto de cogitação séria do governo, por parte do marquês de Pombal, no fim do século XVIII. Toda a diligência instrutiva, até então, limitava-se a algumas aulas de fortificações; b) pela ação supletiva dos jesuítas, que difundiam o ensino primário e o secundário; c) pela criação de escolas ou aulas régias, que não obedeciam a nenhum plano preestabelecido; esparsas e avulsas, nelas se ensinavam matérias (filosofia, retórica etc.) que mais constituem o remate do que as bases da instrução pública; d) pelo desenvolvimento do ensino religioso com a fundação de seminários. (Briquet, 1946, p. 167)

⁶¹ Freitag, 1980, p. 47.

⁶² Freitag, 1980, p. 47.

⁶³ Com isso a igreja católica não só assumia a hegemonia na sociedade civil, como penetrava, de certa forma, na própria sociedade política através dessa **arma pacífica**, que era a educação. Os colégios e seminários dos jesuítas forma desde o início da colonização os centros de divulgação e inculcação do cristianismo e da cultura europeia, ou seja, da ideologia dos colonizadores. Declaradamente sua função consistia em subjugar pacificamente a população indígena e tornar dócil a população escrava. Assim, a Igreja, utilizando-se também da escola, auxiliou a classe dominante (latifundiários e representantes da coroa portuguesa, da qual participava, a subjugar de forma pacífica as classes subalternas às relações de produção implantadas. (FREITAG, 1980, p. 47-48)

(Teixeira, 1969, p. 199-201). Um poder centralizado, a manutenção de práticas punitivas, a divisão de classes, o povo classificado como pária eram fatores da cultura colonial. “Os senhores subvertiam a ordem, fazendo-se eles mesmo o novo eixo social” (Paiva, 2000, p. 56).

Da reforma pombalina⁶⁴ (a expulsão dos jesuítas)⁶⁵, da crise colonial⁶⁶, da independência do Brasil e a estruturação do império, a educação não sofreu grandes mudanças, mesmo com as chamadas aulas régias. Ainda prevaleceu uma educação voltada a um pequeno grupo e um regime escravocrata. “Apesar da expulsão transitória dos jesuítas, [...] a Igreja preservou sua força na sociedade civil ainda nas fases do Império e da I República [...] continuava a controlar as instituições de ensino” (Freitag, 1980, p. 48).

Portanto, “[...]encarregando-se ainda por muito tempo da função da reprodução da ideologia”⁶⁷. Não houve mudanças significativas nesse período, mesmo com a constituição de 1824⁶⁸, o acesso ao ensino era para uma parte da

⁶⁴ Sobre a Companhia de Jesus ser expulsa: “o motivo apontado era o fato de ela ser um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil – razão do Estado invocada na época porque: a) era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo; b) educava o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do país. Do ponto de vista educacional, a orientação adotada foi a de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; torná-los os mais práticos possíveis (RIBEIRO, 199, p. 33-34)

⁶⁵ Em 3 de maio de 1759 os jesuítas são expulsos de Portugal e do Brasil, surgindo então escolas de beneditinos, carmelitas e franciscanos, que, na opinião de Moreira Azevedo, não chegaram ao grau de adiantamento dos padres de Jesus, quanto ao método, ensino e regularidade. Para cobrir as despesas do ensino público, estabelece a lei de 10 de novembro de 1772 o subsídio literário, imposto sobre carne verde, vinho, vinagre e. aguardente, que, no Rio, é cobrado em 1773. Era exígua a receita dele, pois não alcançava, na Bahia, por exemplo, o suficiente para pagar o professorado público. 13 Escolas ou Aulas Régias. Cria-se, em 1774, no Rio, a aula régia de filosofia, e, em S. João del Rei, a de latim. O vice-rei D. Luís de Vasconcelos funda, em 1782, no Rio, a escola de Retórica e Poética, cuja direção confia ao poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga; nela se prepararam oradores sacros, salientando-se dentre eles Monte Alverne. Abre o mesmo vice-rei, em 1782, o gabinete de História Natural, que possuía cerca de mil exemplares empalhados. Chamado pelo povo “Casa dos Pássaros”, dele se originou o atual Museu Nacional, instituído por D. João VI em 6 de junho de 1818. (BRIQUET, 1946, p. 166)

⁶⁶ (Crise do Modelo agrário-exportador dependente e início da estruturação do modelo agrário-comercial dependente): A partir dessa nova realidade (o Brasil como sede da coroa portuguesa) se fez necessária uma série de medidas atinentes ao campo intelectual em geral, como: a criação da Imprensa Régia (13-5-1808), Biblioteca Pública (1810 – franqueada ao público em 1814), Jardim Botânico do Rio (1810), Museu Nacional (1818). Em 1808 circula o primeiro jornal (*A Gazeta do Rio*), em 1812, a primeira revista (*As variações ou Ensaios da Literatura*), em 1813,, a primeira revista carioca – *O Patriota* (RIBEIRO, 1992, p. 40)

⁶⁷ FREITAG, 1980, p. 48.

⁶⁸ Proclamada a independência, a educação nacional foi matéria, na Constituinte de 1823, de debates que visavam especialmente a organização de universidades no país. Discutia-se não só o número delas, se uma, duas ou três, mas também a respectiva localização. Dessas tentativas de ensino universitário, o parlamento contentou-se com a fundação, no ano de 1827, dos Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo. (BRIQUET, 1946, p. 170)

sociedade. “A herança colonial pesou mais nos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado” (Carvalho, 2023, p. 52-53).

A questão econômica não sofre grandes transformações, “a economia continuava sendo agroexportadora. Da monocultura açucareira passava-se para cafeeira. A força de trabalho escrava era substituída pela força de trabalho dos imigrantes” (Freitag, 1980, p. 48)⁶⁹. A troca do regime laboral escravocrata pelos imigrantes se dá em virtude da abolição da escravatura. Sendo um processo higienista⁷⁰.

[...]Estrutura do ensino imperial composta de três níveis [...] quanto ao primário continua sendo um nível de instrumentalização técnica (escola de ler e escrever), pois apenas tem-se notícia da criação de “mais de 60 cadeiras de primeiras letras”. Tem sua importância aumentada a medida que cresce o número de pessoas que veem nele, não só um preparo para o secundário como também para os pequenos cargos burocrático. Quanto ao ensino secundário permanece a organização das aulas régias, tendo sido criadas “pelo menos umas 20 cadeiras de gramática latina”. Essas cadeiras e as de matemática superior em Pernambuco (1809), a de desenho e história em Vila Rica (1817) e a de retórica e filosofia em Paracatu (MG – 1821) integram-se a um conteúdo de ensino em vigor desde a época jesuítica. Foram criadas também duas cadeiras de inglês e uma de francês no Rio. (Ribeiro, 1992, p. 41-42)

Anísio Teixeira descreve esse processo da seguinte maneira:

Toda sociedade tem seus processos instintivos de defesa e de conservação. O Brasil, com o país agrário e pobre, havia desenvolvido um sistema de educação muito engenhoso para a sobrevivência de suas

⁶⁹ A questão da imigração europeia [...] está nitidamente ligada à da escravidão. [...] Trata-se efetivamente de dois aspectos, embora distintos, de um mesmo acontecimento fundamental da evolução brasileira, e que é grande transformação do regime de trabalho no país. Notemos, antes de mais nada, que a imigração europeia do séc. XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora. O povoamento brasileiro se realizara até então mercê do afluxo espontâneo de colonos brancos (portugueses na sua grande maioria e quase totalidade), da importação de escravos africanos, e finalmente pela incorporação de indígenas. A corrente demográfica que ora nos interessa será constituída de trabalhadores braçais de origem europeia, cujo afluxo e fixação no país são provocados e estimulados por uma política oficial e deliberada de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra. (Prado Jr, 2004, p. 183)

⁷⁰ Mas a estrutura social de dominadores e dominados permanece, em sua composição básica, a mesma. Não há necessidade de qualificação da força de trabalho imigrante pela escola brasileira, pois ela já vem qualificada para o tipo de tarefas que a esperam. A dependência econômica [...] permanece a mesma. Surge, porém a necessidade de quadro técnicos e administrativos novos [...] com a independência política, torna-se necessário fortalecer a sociedade política, o que justifica o surgimento de uma série de escolas militares, de nível superior, ao longo do território nacional. As instituições de ensino não-confessionais passam, assim, a assumir parcialmente a função de reprodução dos quadros dirigentes. A função de reprodução ideológica, necessária a submissão das classes subalternas às relações de dominação e às condições do trabalho explorado, continua sendo desempenhada, paralelamente, pela Igreja e suas escolas confessionais. (FREITAG, 1980. p. 48)

classes altas. Com a decadência do latifúndio, a fronteira que se abria às famílias empobrecidas era a da educação para as funções do Estado, a política e as profissões liberais. Um sistema público, universal e gratuito de educação não conviria, pois abriria as portas a uma possível deslocação das camadas sociais. Uma escola pública primária gratuita, mas pouco acessível, com espírito marcadamente de classe média, poderia servir às classes populares, sem com isso excitá-las demasiado à conquista de outros graus de educação. Como válvula de segurança, escolas normais e técnico-profissionais se abriam à continuação dos estudos pelos mais capazes. No nível médio, pois, criar-se-iam dois tipos de escola: o secundário ou propedêutico aos estudos superiores, a ser ministrado em escolas particulares pagas e destinado às classes de recursos suficientes para custear, nesse nível, a educação dos filhos e a escola normal e a técnico-profissional, em número reduzido, públicas e gratuitas, para o povo. Criados tais óbices para o acesso ao ensino superior, poderia o mesmo ser público e gratuito. E foi o que se fez, ficando deste modo assegurada às classes dominantes mas em parte já empobrecidas do país a oportunidade de dar a seus filhos a educação necessária às carreiras burocráticas e liberais, com que as boas famílias brasileiras contavam superar as dificuldades da desagregação da classe agrária. Tivemos, assim: o ensino primário gratuito mas de oportunidades reduzidas; o ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qualquer rápido desejo generalizado de ascensão social; e o ensino superior gratuito, para atender aos filhos dos "pobres envergonhados" em que se transformou a elite rural do país. Com esse sistema, assegurou-se a estabilidade social e começamos a marcha para a sociedade de "funcionários e doutores" que sucedeu ao nosso patriarcado rural.⁷¹

Anísio avaliou esse processo educativo dentro de uma elite dinástica, que não tem pretensão de mudar. "Preserva os valores tradicionais; educação superior reservada à elite; as universidades têm pequeno papel em relação a industrialização; os trabalhadores recebem apenas educação elementar" (Teixeira, 1969, p. 199). E o sistema político se mantém: "lealdade a tradição, à família e a Igreja" (Teixeira, 1969, p. 200). É dentro dessa perspectiva que Anísio (1969, p. 199) fez sua análise sobre a elite dinástica e administradores coloniais, que dentro da sua estratificação social não estiveram aptos de integralizar a sociedade dentro do desenvolvimento social, político, econômico e educacional. Essa estratificação social tinha como lema: "os que nasceram para mandar[...] o governo é pessoal, fundado na tradição e sustentado pela força, se necessário" (Teixeira, 1969, p. 192).

Freitag (1980) concluiu que foi a partir do findar do império, e o prelúdio da República, que começou a ser gestado "os primeiros traços embrionários de uma política educacional estatal"⁷². Sendo assim, como Galvão (1996) parafraseou Fernando de Azevedo, tendo como base o livro *Transmissão da Cultura*, "até o final do século 19 nossa cultura caracterizou-se por generalizações brilhantes,

⁷¹ TEIXEIRA, Anísio. **Falsa elite**. *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.60, nov. 1957. p.1-2.

⁷² FREITAG, 1980, p. 48-49.

retórica, erudição livresca, superficialidade [...] falta de espírito crítico e experimental” (Galvão, 1996, p.93; apud Azevedo, 1944).

A ideias que giraram em torno da defesa do fim do império, o começo do alvoroço em prol da república, tem congruência com as de Comte, “a então predominante ideologia católica começa a enfrentar oposição do positivismo e da ideologia liberal leiga que exercem influência na libertação dos escravos e na Proclamação da República” (Aranha, 1989, p. 194). E dentro da esfera educacional, a vertente positivista estimulou “a luta pela escola pública, leiga e gratuita” (Aranha, 1989, p. 194)

O prelúdio da República⁷³ do Brasil é datado no ano de 1889. Ocasionando assim o fim da era imperial. E em 1891 é instaurado o regime político representativo, o presidencialismo, e federal⁷⁴. “O federalismo dá autonomia aos estados, criando distorções com o crescimento desigual que favorece São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde prevalecem os interesses dos fazendeiros de café” (Aranha, 1989, p. 240)

⁷³ As necessidades de ação administrativa no campo dos serviços públicos, da educação e saúde, da formação profissional, da organização bancária etc. [...] O governo imperial, entretanto, em cuja política e administração pesam homens ligados aos velhos interesses escravistas, apresentava escassa sensibilidade com respeito a esses novos problemas. A Proclamação da República em 1889 toma, em consequência, a forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional. Aos novos governos estaduais caberá, nos dois primeiros decênios da vida republicana, um papel fundamental no campo da política econômico-financeira. [...] Se, por um lado, a descentralização republicana deu maior flexibilidade político-administrativa ao governo no campo econômico, em benefício dos grandes interesses agrícola-exportadores, por outro lado a ascensão política de novos grupos sociais facilitada pelo regime republicano, cujas rendas derivam da propriedade, veio reduzir substancialmente o controle que antes exerciam aqueles grupos agrícola-exportadores sobre o governo central. Tem início assim um período de tensões entre os dois níveis de governo – estadual e federal – que se prolongará pelos primeiros decênios do século XX. (Furtado, 2004, p. 179; 181)

⁷⁴ Imediatamente após a Proclamação da República começaram as disputas entre os diversos segmentos envolvidos no movimento, sobretudo os cafeicultores e os militares. A oligarquia paulista, ao lado da mineira e gaúcha, pregava uma estrutura republicana federativa, ao molde norte-americano, que daria autonomia as províncias, assegurando-lhes, desse modo, o poder regional. Os militares, em contrapartida, pretendiam erguer uma República centralizada num Executivo forte. É claro essa divisão básica é uma generalização, pois em ambas as áreas existiam diferenças de concepções como entre os paulistas e os gaúchos ou entre Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Além das diferenças políticas, existia um fator que fazia parte do jogo político imediato, isto é, qual setor da sociedade naquele momento tinha condições reais de assumir o poder, ocupando o vazio deixado pela monarquia. [...] Durante a primeira fase do governo republicano foram os militares que estiveram no comando da República e, por isso, esse período de 1889 a 1894 ficou conhecido como República da Espada. Foi somente com a ascensão de Prudente de Moraes que a oligarquia cafeeira assumiu plenamente o poder, mas acabou instituindo uma forma republicana bastante especial, pois contrariava aquilo que a tradição republicana e liberal pregava: ela foi sustentada basicamente pela economia e oligarquia cafeeira e secundariamente pelas oligarquias regionais, com participação eleitoral mínima da população e, finalmente, excluindo a maioria da sociedade brasileira das conquistas sociais e econômicas. (Moraes, 1998 p. 361-362)

Com efeito, desde a independência, em 1822, nada mais havíamos feito do que transferir o poder da Metrópole estrangeira para a Metrópole nacional, conservando o sentido colonizador do governo central. Aos que estão familiarizados com a história das províncias, ao tempo do Império, e depois dos estados, ao tempo da República, será impossível evitar a comparação das autoridades imperiais e depois das autoridades federais aos pros cônsules romanos. Verificava-se sempre entre a autoridade e o povo a mesma distância social e a mesma profunda incompreensão que deveria caracterizar a autoridade colonizadora. Episódios de levantes populares nas cidades, ao tempo do Império, e, talvez ainda mais eloquentemente, episódios de fanatismo religioso, já na República - nenhum mais famoso do que o de Canudos, imortalizado por Euclides da Cunha - foram tratados pela autoridade central do governo brasileiro do mesmo modo porque semelhantes incidentes seriam resolvidos pelas autoridades romanas no Oriente Médio. A ordem política era uma ordem externa, "federal", de cúpula, sob cuja proteção e domínio viviam os povos provinciais, com os seus costumes, hábitos e tradições, substancialmente semelhantes devido à unidade de língua e aos três séculos de calculada e planejada uniformização imposta pelo domínio português. Com a Proclamação da República, concedeu-se autonomia às províncias, agora estados à maneira da federação norte-americana. Mas, enquanto a federação nos Estados Unidos resultava da limitação dos direitos originários dos estados, os quais subsistiam sempre que não expressamente transferidos, no Brasil os direitos dos estados foram outorgados pela União. Encerra-se essa verdadeira experiência política nos primeiros quarenta anos da república. Na prática, consistiu a experiência no estabelecimento da hegemonia dos dois estados mais importantes sobre a União⁷⁵.

A república se formou diante do elo do exército e cafeicultores, mesmo com ideias diferentes, resolvem se coligar com a finalidade de findar com o regime imperial. Nota-se a divisão que há entre os dois seguintes logo que é proclamada a República. Sendo assim temos como primeiros governos os militares e logo após os cafeicultores, ou seja, a burguesia oligárquica, denominando assim a "política dos Estados"⁷⁶. Tivemos dentro desse contexto uma política bastante mista: dos governadores, café-com-leite, coronelismo e voto obtido em forma de repressão, o cabresto.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, no Brasil, a economia cafeeira ainda predominava na economia brasileira, de forma majoritária. A cultura cafeeira foi uma epidemia nacional. A luta, invasão, por terras se acentuou durante esse período. Ainda dentro deste contexto predomina a política café-com-leite, que era alternar o poder entre os paulistanos e mineiros. Mantendo um controle total sobre a economia do café, principalmente no mercado internacional. Também é bom destacar que ainda houve uma pequena fase sobre a produção da borracha.

⁷⁵ TEIXEIRA, Anísio. **Unidade do Brasil**. *Boletim Informativo CAPES*. n.132, nov.1963. p.1-4.

⁷⁶ NAGLE, 2009, p. 13.

Também há outras atividades econômicas agrárias como algodão, a cana-de-açúcar e fumo. Uma economia agroexportadora⁷⁷.

Em suma, as primeiras décadas do século XX caracterizam-se pelo debate de ideias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a ideia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que esteve na base do movimento denominado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação”, o qual atingiu seu ponto culminante na eferescente década de 1920. (Saviani, 2019, p. 177)

A República Velha⁷⁸ perpetua ainda um ensino católico, ornamental e a potencialização do dualismo escolar. O dualismo escolar se dava entre uma educação voltada para o proletariado e outra para elite. “As escolas não foram criadas para renovar as sociedades, mas para perpetuá-las e, por isto mesmo, a sua relação com as estruturas sociais teria de ser a mais estrita” (Teixeira, 1968, p. 27). Os mais variados sistemas educacionais nunca foram construídos e harmonizados com o objeto de reverter as estruturas sociais vigentes, pelo contrário, tinham no seu âmago manter uma parcela de pessoas letradas para manter seus modelos políticos repressores permanentes⁷⁹.

A herança do império oferece um quadro melancólico do ensino no Brasil. Logo após a Proclamação da República, a Constituição de 1891 reafirmara o processo de descentralização do ensino, atribuindo à União a incumbência da educação superior e secundária e, aos estados, a elementar e profissional. Com isso é reforçado o viés elitista, continuando a educação elementar a receber a menor atenção. Quanto a secundária, permanece propedêutica (voltada para a preparação do curso superior), restrita às elites e acadêmica, resistindo, inclusive, a reformas que pretendiam tornar seu conteúdo menos humanístico. Essas tentativas decorrem da influência positivista, incentivadora do estudo das ciências da natureza e das matemáticas. As reformas não se implantam, de fato, devido à falta de infraestrutura e de apoio das elites (oligarquia do café), que se

⁷⁷ FAUSTO, 2019.

⁷⁸ Em cada época marcante da sua história, a sociedade brasileira tem sido levada a pensar-se novamente. É como se ela se debruçasse sobre si mesma: curiosa, inquieta, atônita, imaginosa. Não só se formulam as anteriores. Podem mesmo recriar-se ideias antigas, parecendo novas. [...]O Brasil já foi pensado de modo particularmente abrangente em três épocas. A partir da Declaração de Independência de 1822, da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República de 1888-1889 e da Revolução de 1930. Naturalmente é contínua e reiterada a reflexão sobre os aspectos fundamentais e secundários da sociedade nacional. As controvérsias entre esses grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opiniões públicas, compreendendo intelectuais, artistas e líderes, mantem sempre em aberto os dilemas do presente, das relações entre o passado e o presente, das possibilidades do futuro (Ianni, 1990, p. 19).

⁷⁹ As escolas refletiram, assim, de acordo com o velho estilo, o dualismo social brasileiro entre os favorecidos e os desfavorecidos. Por isto mesmo, a escola comum, a escola para todos, nunca chegou, entre nós a se caracterizar, ou a ser de fato para todos. A escola era para a chamada elite. O seu programa, o seu currículo, mesmo na escola pública, era um programa e um currículo para privilegiados. Toda a *democracia* da escola pública consistiu em permitir ao pobre uma educação pela qual pudesse ele participar da elite. (Teixeira, 1967, p.29)

recusavam a qualquer renovação cultural. Persiste, portanto, o sistema dual de ensino. (ARANHA, 1989, p. 242)

Logo, segundo Galvão (1996):

Pelo sistema federalista, a União começava a respeitar a autonomia dos Estados, não interferindo em seus sistemas de ensino. Os procedimentos díspares acabaram gerando desorganização total dos sistemas educacionais. Para resolver esse problema foram tentadas várias reformas educacionais. As reformas refletem os posicionamentos ideológicos dos governos, refletindo a sístole ou diástole, a abertura e o fechamento político da época. Ora valores liberais, democráticos; ora valores aristocráticos, conservadores, oligárquicos, antidemocráticos. (Galvão, 1996, p. 94)

A República Velha se desenvolveu acentuando diversos pensamentos⁸⁰, novos e antigos, principalmente com o advento da industrialização, dentro dessa perspectiva a educação também sofre grandes transformações. Temos durante essa primeira parte da república, um sistema político que vai contra a constituição de 1891. A política dos estados tinha como objetivo ter o congresso submisso ao governo federal. Tinha-se então uma grande dificuldade de mudar os setores importantes da sociedade, como educação e economia. Como a política estava nas mãos dos grandes produtores de café, os governos não tiveram grande êxito para impulsionar significativamente a indústria brasileira.

A república, seguindo a sua constituição promulgada em 1891 tinha como princípio o viés democrático, sendo de forma representativa e federalizada. Na sua dinâmica tinha se corporificado como uma fazenda, sendo administrada através dos interesses das oligarquias. Foi dentro deste cenário que houve grandes tensões sociais, inúmeros conflitos surgiram durante a república velha. A crescente urbanização sem as devidas assistências adequadas gerou a Revolta da Vacina⁸¹. A

⁸⁰ Tal como ocorreu em outras civilizações, portanto, também na América Latina foi se criando um pensamento e se formando uma filosofia que se revestem de características peculiares da história, das problemáticas e da cultura específica dos povos dessa região. Sem entrar no mérito, aqui, das civilizações pré-hispânicas, desde o período da Colônia uma amálgama de culturas e de ideologias tem se processado entre os conquistadores, os deportados da África, os imigrantes europeus e asiáticos e os indígenas que escaparam do extermínio. Por trás dessa complexa miscigenação, nada pacífica e natural, vieram se aprofundando explosivas contradições desencadeadas pela dominação, pela exploração do trabalho e a abismal divisão de classe que estrutura essa região. [...] Sendo assim, mesmo no auge da dominação, a filosofia aqui nascida nunca foi um mero transplante e simples prolongamento de ideias externas, mas o encontro-choque entre o “Velho” e o “Novo” mundo, dois universos visceralmente inseparáveis. [...] Se a invasão e a obra colonizadora, deixaram marcas profundas, [...] é também verdade que a realidade e as reações dos povos aqui encontrados e mesclados tiveram fortes reflexos sobre a economia, o modo de pensar e a cultura. (Semeraro, 2017 p. 142-143)

⁸¹ SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

tentativa de modernizar a economia, impulsionar a industrialização, que teve um pequeno empurrão no começo da República, foi repudiada pelos cafeicultores. A república velha entra em crise. Essa crise é acentuada,... dentro da década de 1920⁸².

Desde a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, mas em escala crescente ao longo das décadas posteriores, muitos estavam preocupados com a questão nacional. Interessados em recriar o país a altura do século XX. Queriam compreender quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil. Apaixonados ou indiferentes, aflitos ou irônicos, perguntavam-se sobre os dilemas básicos da sociedade nacional, de uma nação que buscava atônita depois de séculos de escravidão: agrarismo e industrialização; cidade, campo e sertão; preguiça, luxúria e trabalho; mestiçagem, arianismo e democracia racial; raça, povo e nação; colonialismo e nacionalismo; democracia e autoritarismo. A história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional. No passado e no presente, são muitos os que se preocupam em compreender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação. (Ianni, 1990, p. 26)

Essa crise surge diante da busca para industrializar o país, seus primeiros passos datam a I Guerra Mundial⁸³ (1914 – 1918), onde ocorre uma pequena acentuação industrial⁸⁴. É de forma lenta que vai se moldando um novo modelo

⁸² FAUSTO, Bóris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, Tomo III (O Brasil Republicano)

⁸³ A política econômica governamental brasileira amadureceu passo a passo para a industrialização. Começa com uma orientação francamente anti-industrialista, que prevalece até a Primeira Guerra Mundial. É a fase da modernização reflexa em que a hegemonia política dos cafeicultores e da burguesia portuária, importadora e exportadora, impõe uma ideologia agrarista, hostil a qualquer esforço de industrialização. O Brasil é concebido como um país privilegiado pela natureza para produzir artigos tropicais, cujo enriquecimento só se faria pela ampliação de lavouras que permitiriam trocar café, algodão, cacau e alguns produtos extrativos por ferrovias e portos que mais facilitassem a expansão agrária e por manufaturas industriais de consumo. A segunda orientação, que se inicia com a Primeira Guerra Mundial e prossegue dominadora até a crise de 1929, recrudescendo periodicamente daí em diante, pode ser caracterizada como espontaneísta. Corresponde à industrialização reflexa que se opera, não por um ato de vontade e como fruto de uma política oficial de amparo, mas como uma consequência inelutável da retração do poder de compra do país e dos períodos de isolamento em que se encontra durante as guerras e as crises. A política governamental amadurece, mais tarde, para uma primeira orientação industrialista, pela conscientização da imperatividade de modernizar o país para assegurar sua autonomia e progresso. A existência já então, no Brasil, de uma ampla industrialização substitutiva, ocupando centenas de milhares de operário, na qual setores da burguesia haviam concentrado grandes investimentos, torna-a capaz de pôr em xeque a dominação oligárquica. Surge, então, uma política oficial deliberadamente autonomista, que define a industrialização como o objetivo fundamental da economia e da segurança nacional. (RIBEIRO, 1977, p. 277-278)

⁸⁴ O incipiente surto industrial do Segundo Império encontra na política de Encilhamento o impulso para a aceleração do processo capitalista: a emissão abundante, a taxa-ouro e a elevação da pauta alfandegária representam, conjuntamente, medidas de proteção industrial e fonte de renda fiscal. Este primeiro período termina com a crise de 1900, quando parte das fábricas fecham, depois de sofrer as consequências da falta de crédito, por sua vez decorrente da péssima situação financeira do país. Dessa época até a Primeira Guerra Mundial, os capitais desviados do café, a nova taxa-ouro do Campos Sales e o aumento progressivo do mercado interno possibilitam desenvolvimento industrial mais complexo. A crise de 1913 e a guerra do abrião o terceiro período desta evolução. A indústria

econômico na sociedade brasileira, sendo assim surge a burguesia industrial⁸⁵. O aumento da classe operária⁸⁶, que forma a maioria dos imigrantes europeus, tendo um viés anarquista mobilizam as organizações sindicais.

O campo educacional, porém, demorou a ter ações renovadoras, de progresso. Os sistemas ainda permaneciam ornamentais, livrescos, ou seja, tradicionais de cunho escolástico. “A carapaça da rotina os envolve e paralisa” (Lima, 1978, p. 70). Do período colonial até a monarquia, já foi bem esclarecido a ausência de um ensino estatal. É com o findar do império que surge uma manifestação de Rui Barbosa, abrindo, de forma tímida, um novo olhar educacional. Não tinha mais como manter apenas um ensino livresco, apenas ensino a ler, escrever e cálculos simples, era necessário a entrada da pesquisa científica. Era necessário emergir, se integralizar ao currículo educacional a iniciação científica.

As reformas educacionais significativas, após a Primeira Guerra, aconteceram na década de 20, e tiveram seu âmago na região nordestina brasileira. Anísio Teixeira, na Bahia; Lourenço Filho⁸⁷ no Ceará, e o Fernando de Azevedo no Distrito Federal, na antiga capital do Brasil, Rio de Janeiro. “No decorrer dos anos 20, severa análise crítica do nosso tradicionalismo educacional desenvolveu-se entre os educadores, sociólogos e publicistas” (Lima, 1978, p. 71). Isso deve-se a atuação da Associação Brasileira de Educação, criado em 1924, que sempre manteve um espiráculo para debates educacionais.

“A década de 20 é fértil em movimentos de contestação: greves operárias, o tenentismo, a Coluna Prestes, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a

torna-se uma realidade e impões medidas: a Caixa de Estabilização (1927) é favorável à indústria, como a Caixa de Conversão (1906) respondia as necessidades da lavoura. Em 1928, pela primeira vez, a renda industrial supera a da lavoura (Carone, 1973, p. 159).

⁸⁵ A revolução industrial surge no corpo das formações capitalistas mercantis pela acumulação de inventos mecânicos que permitiriam multiplicar fantasticamente a produtividade do trabalho humano. Por isso mesmo, implanta-se, primeiro nas áreas em que se atendera mais completamente as exigências de renovação estrutural imposta pela Revolução Mercantil, desobstruindo resistências oligárquicas à alteração do status quo. (Ribeiro, 1983, p. 149).

⁸⁶ Em relação ao positivismo que é o slogan da República: “[...]os positivistas, porém, sempre reconhecem a existência da problemática operária, pois as obras de Auguste Comte tratam longamente da questão, o que os leva a uma posição mais ativa e simpática com os trabalhadores.” (CARONE, 1973 p. 303)

⁸⁷ Manuel Bergstron Lourenço Filho nasceu no dia 10 de março de 1897 em Porto Ferreira. Estudou na Escola Normal Secundária da Praça da República, em São Paulo, em 1916. Em 1921 foi nomeado professor de psicologia e pedagogia na Escola Normal de Piracicaba. Em 1922 e 1923 dirigiu a reforma da instrução pública do Ceará e lecionou na Escola Normal de Fortaleza. Em, 1924 reassumiu sua cadeira na Escola Normal de Piracicaba, passando, daí, à Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, onde lecionou psicologia e pedagogia em 1925 e 1930. No fim deste período publicou o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, que resultou de curso ministrado na Escola Normal da Praça da República. (SAVIANI, 2019 p. 198)

contestação cultural, na Semana de 22” (Aranha, 1989, p. 241) – semana da arte moderna – “alguns desses movimentos são bem-vistos pela burguesia urbana, que se acha em conflito com a oligarquia agrária e deseja mudança política e econômica” (Aranha, 1989, p. 241).

A década de vinte é muito reveladora da mudança em curso, com as suas primeiras agitações político-militares, preparatórias da revolução de trinta, e um característico reflexo no sistema escolar. Esse reflexo manifesta-se na chamada reforma de Washington Luís do ensino primário. O Estado de S. Paulo inaugura um movimento de **democratização** do ensino primário, propondo sua redução a dois anos de escolaridade, vindo afinal a fixar-se em três anos para zona rural e quatro anos para a zona chamada urbana. A iniciativa oferece-nos a demonstração indireta de que o ensino primário não era propriamente popular, na sua organização anterior de escola de sete e oito anos, seguida das escolas normais e profissionais ou vocacionais – mas, efetivamente, o sistema destinado à nascente classe média. (Teixeira, 1963, p. 8-9)

A quebra total da oligarquia se deu no ano de 1929, com o declive da Bolsa de Nova Iorque, ocasionando assim a crise no setor cafeeiro. Isso entusiasma a burguesia industrial, pois acentuou o desenvolvimento industrial no Brasil. “A crise mundial de 1929 encaminha as mudanças estruturais que vão caracterizar o modelo de substituição das importações” (Freitag, 1980, p. 49). Os cafeicultores tinham o poder hegemônico da economia, tiveram que dividir seus privilégios políticos e econômicos com a burguesia industrial. A modificação da sociedade agrária para industrial, foi traumática. “À distrofia social caracterizada pela contradição entre as potencialidades de fartura ensejadas pela tecnologia industrial e a miséria provocada pelo seu condicionamento a uma ordenação social oligárquica” (Ribeiro, 1975, p. 68). Uma transição difícil. “Em consequência dessa nova situação, há uma reorganização dos aparelhos repressivos do Estado. Com auxílio de certos grupos militares [...] e apoiado pela classe burguesa, Vargas assume o poder em 1930” (Freitag, 1980, p. 50)⁸⁸.

Foi dentro desses aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais que ocasiona as seguintes mudanças nas instituições brasileiras. A educação toma um novo rumo, expandiu-se as escolas e matrículas, porém ainda seria necessário muitas mudanças no campo educacional, a fim de uma escola pública, universal e gratuita⁸⁹. Aranha (1980) ressalta como Nagle (1974) definiu a primeira república:

⁸⁸ FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. In: MOTA, G. (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

⁸⁹ TEIXEIRA, Anísio. **A escola pública universal e gratuita**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.3-27.

“entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico”. As mudanças mais significativas na educação acontecem após a Revolução de 30. “Surtem reformas locais de ensino que se mostram mais sensíveis aos movimentos de mudança da estrutura da sociedade brasileira” (Teixeira, 1963, p. 9).

E com o governo provisório que foi implantado o primeiro ministério da Educação. Logo, as reformas institucionalizadas têm como objetivo revigorar o ensino primário, as escolas de nível médio começam a ser integralizadas com o ensino vocacional acadêmico. Surge a reestruturação do Instituto de Educação para nível superior, originando uma universidade com base no mundo moderno que está se estruturando, com a potencialização da ciência e tecnologia. Com ênfase na “pesquisa e à formação do quadro do magistério secundário e superior aberto a todos egressos da escola média” (Teixeira, 1963, p. 9).

O próximo capítulo tratará sobre atuação de Anísio Teixeira, dentro do governo provisório até sua ruptura quando se institucionaliza o Estado Novo. Este período que o educador baiano ficou longe da administração educacional, se envolvendo em outra atividade laboral até voltar em 1946, quando o Estado começa seu processo de redemocratização. Até aqui foi feito apontamentos sobre a estratificação educacional brasileira, assim como educador baiano sempre fez um recuo na História, tanto na perspectiva filosófica, educacional e científica. Pois sempre é necessário explicar os meandros que foram feitos para evolução das “cousas”.

2.1. Distrito Federal e Manifesto dos Pioneiros da Educação (1931 – 1932)

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos Estados, o que correspondia ao figurino da República federativa. Em São Paulo, o propósito de combater o analfabetismo e a preocupação de integrar os imigrantes geraram em 1920 a reforma promovida por Sampaio Dória, só parcialmente executada. Iniciativas reformistas surgiram também em Ceará, pela ação de Lourenço Filho, a partir de 1922; na Bahia com destaque de Anísio Teixeira (1924); em Minas Gerais e no Distrito Federal, promovidas respectivamente por Mário Casassanta e Fernando de Azevedo (1927). (FAUSTO, 2019, p. 287)

É de extrema relevância destacar, que o século XX tem uma abundância sobre produções de cunho pedagógico, principalmente no Brasil, mesmo que tomando ideias de outras nações. Anísio Teixeira entra nesse emaranhado

pedagógico, principalmente no cunho psicológico da criança, sendo adepto a escola ativa, uma das designações da Escola Nova. Também sofre influência do campo sociológico, que vai abrirem de forma profunda a visão sobre educação. “A preocupação com a formação de bons cidadãos e a participação nas atividades sociais que leva ao desenvolvimento do ensino técnico ou à ênfase na educação pelo trabalho” (ARANHA, 1989 p. 228). E houve a ascendência científica, já que esta é ligada a industrialização. Surge aí de forma bastante incisiva a oposição a escola tradicional, livresca e de cunho humanístico. A forma que se dá o avanço tecnológico, principalmente após a guerra de 1914, a cultura científica precisou se expandir dentro da esfera educacional.

Como já foi analisado, a República Velha tinha uma dicotomia na educação, o dualismo escolar; uma educação voltada para elite e outra para o povo, este por último para camada desfavorecida. Porém, como Piletti (1994) apontou, na realidade nenhum dos sistemas funcionava de forma profícua. “Muitos distantes de cumprir as suas propaladas finalidades sociais” (Piletti, 1994 p. 108). Faltou uma verdadeira organização e o poder público sempre teve como justificativa a falta de recursos humanos e materiais para atender as reais necessidades dos dois seguimentos voltados para as classes menos abastadas: o primário e o técnico profissional.

Antes da administração educacional de Anísio Teixeira, no Distrito Federal, tivemos Fernando Azevedo a frente das questões administrativas educacionais. Mesmo não obtendo todos os objetivos no qual tinha traçado, Fernando de Azevedo “conseguiu envolver toda a opinião pública no debate educacional e, mais do que isso, forçar a todos a uma tomada de posição favorável ou contrária à reforma” (Piletti, 1994, p. 109). A administração de Fernando de Azevedo não foi de forma sossegada. Porém conseguiu implantar algumas mudanças, um deles é o censo escolar, que tinha como objetivo fazer um levantamento de quantas crianças frequentavam a escola, e sobre a situação dos prédios que abrigavam as instituições escolares. É de suma importância que Fernando de Azevedo já buscava a construção de escolas com atendimento especializado a crianças portadoras de deficiências e de cursos populares noturnos. E esse último se entrelaça com a

mesma proposta feita por Anísio Teixeira em 1925 no Estado da Bahia. Piletti (1994) em seu artigo expôs os princípios da reforma de Fernando de Azevedo⁹⁰:

a) a redução do ensino primário de sete para cinco anos, com a redistribuição de professores; b) o estabelecimento temporário de dois turnos, enquanto o número de matriculados excedesse a lotação dos prédios e c) a construção de grandes prédios escolares, dotados de amplos espaços e modernos equipamentos (PILETTI, 1994, p. 117)

As ideias de Fernando de Azevedo giravam em torno da Escola Única, em prol de atender a todos, essas diretrizes foram de extrema importância para tornar o acesso escolar e universal. Uma forma de democracia social, que era o princípio basilar da Escola Única. Fernando de Azevedo entra em viscerais batalhas implementar suas ideias, mesmo obtendo aprovações na assembleia, a liberação de recursos materiais e humanos era difícil de conseguir para dar seguimento nas suas propostas. Principalmente no seio de uma política oligárquica. Porém com advento de novas mentalidades dentro da esfera política, emerge a Revolução de 30 e as questões sobre educação e outros feitos ganham um novo impulso.

A vida brasileira entra em novo processo, em questões de mentalidades, economia e política, uma vivência “democrática, breve, mas uma democracia. Começou a edificação e a disseminação do viés filosófico de Anísio Teixeira. Que após a Revolução de 30, o educador baiano assume cargo no antigo Distrito Federal, que se localizava na cidade do Rio de Janeiro. Antes disso Fernando de Azevedo já havia começado a implantar reformas no ambiente educacional tendo como norte questões de cunho nacional, social e democrático. Indo contra a interesses de uma pequena parcela da sociedade, a chamada classe dominante. Buscou -se os “princípios de ação, solidariedade e cooperação social, liberdade e oportunidade para todos” (GALVÃO, 1996, p. 98). Ainda é pertinente destacar a publicação do livro de Lourenço filho, no ano de 1930, que traz fundamentos introdutórias para aclamada Escola Nova.

Com essas considerações propedêuticas em torno dos primeiros decênios da república até a Revolução de 30, serve de base para entender que a busca por uma educação democrática não surge do nada, que a partir interferências internas e externas, como a evolução da tecnologia, da indústria que são intrínsecas da

⁹⁰ PAULO, André L. **As estratégias de administração das políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

experimentação científica. “Um dos efeitos imediatos e dos mais fecundos da Revolução foi a facilidade de intensificação da circulação de ideias e das trocas culturais” (GERIBELLO, 1977, p. 63).

Como Geribello (1977) afirmou da Revolução de 30⁹¹ até a estranha morte de Anísio Teixeira, é onde se deu o desenvolvimento e disseminação da sua pragmática filosofia educacional. “Delineia-se em todos os seus escritos e na sua ação administrativa, quer como Diretor Geral da Instrução no Distrito Federal, quer como Secretário na Bahia, [...] do INEP ou [...] CAPES, a orientação experimentalista de seus conceitos pedagógicos” (Geribello, 1977, p. 63). Como a própria autora apontou, sua teoria estará ligada a ação, e na construção de seus inúmeros periódicos publicados em diversos lugares, revistas, jornais e livros. “Muitas das publicações se repetem em seu conteúdo, apesar de apresentarem em determinados assuntos algumas facetas novas” (Geribello, 1977, p. 63).

A data 15 de outubro de 1931 foi um divisor de águas na vida de Anísio Teixeira, momento em que assume a Direção de Instrução no antigo Distrito Federal. “Pouco conhecido, muitos o acreditavam apenas um educador da Província” (Viana Filho, 1990, p. 54).

[...] Anísio, vitoriosa a Revolução de 1930, e sem perspectivas na Bahia, não demorou a chegar até ela, trazendo o renome do educador. Viera pelas mãos de Themístocles Cavalcanti, seu amigo de turma, amigo do Ministro Francisco Campos, a quem sugeriu convidar Anísio para participar da reorganização do ensino secundário. [...] Trabalhador incansável [...] em permanente polêmica com as ideias, inclusive com as próprias, que pretendia aprimorar a cada momento. [...]Dentre estes, Fernando de Azevedo, Diretor de Instrução do Rio, na administração do prefeito Prado Júnior, seria dos mais constantes. Idealista, devotado à educação. [...]Poucos anos mais velho do que Anísio, unia-os, além do mais, um traço inapagável: ambos tinham estudado com os jesuítas, em cuja Ordem, Fernando de Azevedo chegara a professor. E ambos imaginavam mudar o mundo pela educação, que os integrara no movimento renovador anterior à Revolução de 1930. No Ceará, Lourenço Filho iniciara uma reforma ao mesmo tempo em que Anísio, na Bahia, e Fernando de Azevedo, no Rio, também buscavam renovar o ensino. Os ventos varriam o país, e vários educadores começaram a aparecer. Delgado de Carvalho, Mário

⁹¹ Com a Revolução de 1930, a sociedade brasileira teve seu grande despertar político, tomando consciência de seu subdesenvolvimento e de que dele não poderia sair se não fosse além de sua economia de agricultura de exportação. Passou a reivindicar também a superação de sua dependência em relação à economia externa. Daí a conclusão da necessidade da industrialização do país e da substituição das importações de produtos manufaturados. A Aliança Liberal, resultante da união de todas as forças progressistas do momento, leva avante a revolução, desalojando do poder a oligarquia latifundiária. Contudo, apesar de toda sua habilidade política, Getúlio Vargas tem dificuldades em levar avante o programa da Aliança Liberal. Acabou sendo coagido, pelas pressões das forças econômico-sociais decorrentes do estágio de evolução do modelo capitalista-industrial dependente, a instalar um regime ditatorial. Não dispondo de base social, tal governo só poderia mesmo governar pela força (SEVERINO, 1986 apud BASBAUM, 1962, p. 15).

Casassanta, Afrânio Peixoto, Almeida Júnior e Venâncio Filho, eram notórios. No fundo, uma confraria, e Anísio seria um dos líderes. Era a nata dos educadores brasileiros, todos empenhados em tomar novos caminhos. Alguns, aliás, pareciam frustrados por não haver a recente revolução realizado o que se prenunciava nos trabalhos de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. (Viana Filho, 1990, p. 55)

Algumas considerações essenciais para entender o porquê dos educadores se sentirem frustrados após a Revolução prometer grandes mudanças, mas na prática se desviar das diretrizes estipuladas para mudar o sistema político, social e educacional. De acordo com Palma Filho (2005) o governo provisório, tendo Getúlio Vargas⁹² a frente, fez inúmeras mudanças no sistema educacional. ‘Criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos’ (Palma Filho, 2005, p. 2).

Além da criação de um ministério da Educação houve outras mudanças. Que Freitag (1980) expõe que só tem validade essa afirmativa se desprezarmos o Ministério de Instrução, Correios e Telégrafos, que teve sua criação em 1890, porém foi expurgado depois de dois anos. Sendo assim, além da criação do ministério pelo governo provisório, houve reformas no ensino secundário e superior, o aclamado manifesto dos pioneiros pela educação nova, a constituição de 1934 e outros projetos emanados pela sociedade civil. Através de um decreto de número 19.851, datado no dia 18 de abril de 1931, o então ministro da Educação, Francisco Campos, estipulou novas diretrizes para o ensino secundário e superior.

Segundo Palma Filho (2005), Francisco Campos⁹³ quis reestruturar o ensino secundário pois era organizado anteriormente apenas para preparar os alunos para os cursos superiores, negligenciando “a sua eminente função educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana” (Palma Filho, 2005, p. 3 apud CAMPOS, 1931). Ou seja, a educação não preparava os indivíduos para a vida, para saberem interpretar as questões complexas do cotidiano.

Nos termos do decreto 19.851, o ensino secundário é organizado em dois segmentos. O primeiro deles, com a duração de cinco anos, corresponde ao ensino ginasial, ao qual se segue o curso complementar com a duração de

⁹² Normalmente, os historiadores dividem o período que Vargas esteve à frente do governo federal em duas fases: 1930 – 1937, que corresponde ao que se convencionou chamar de 2ª República; e 1937 1945, conhecida como 3ª República. (PALMA FILHO, 2005 p. 2)

⁹³ Francisco Campos iria se tornar célebre por ser o principal redator de uma legislação autoritária. Como ministro da Justiça, redigiu a carta de 1937 que instaurou o Estado Novo. Anos depois, colaborou ativamente na elaboração de leis autoritárias, após a derrubada do governo de João Goulart, em 1964 (FAUSTO, 2019 p. 288).

dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. Essa organização, na prática contrariava o que fora dito na exposição de motivos, anteriormente transcrita, pois continuava percebendo o ensino secundário como preparatório para o curso superior. Acrescente-se, ainda, o fato de que o conteúdo curricular continuava a serviço de uma elite intelectual, que se pretendia formar.⁷ Este descompasso entre a política de desenvolvimento industrial empreendida por Vargas e a reforma educacional proposta pelo seu Ministro da Educação encontra explicação no fato de que os setores conservadores ligados ao campo sofreram derrota apenas parcial com a Revolução de 1930 e ainda têm muita força no interior do governo, principalmente, no Ministério da Educação. (Palma Filho, 2005, p. 3)

Palma Filho (2005) ressalta em seu texto sobre educação na era Vargas que Francisco Campos foi indicado naquela época com grande apoio da Igreja Católica. Isso estava atrelado ao objetivo de Vargas em obter apoio dos fiéis ao catolicismo. Sendo assim Vargas concorda e acaba com o ensino laico. Ajudou dessa forma o retorno do ensino religioso, de viés católico, a retornar para o currículo escolar. Que já havia sido abolida no decorrer da década de 1920. Sem interesse algum em reorganizar o ensino primário e fomentar a educação popular, isso se mostra bem óbvio na reforma proposta. Pois estava orientada apenas para o ensino secundário e superior. “Ou seja, Francisco Campos passa ao largo das novas exigências educacionais colocadas pelo processo de industrialização que Vargas pretende alavancar ao adotar o modelo econômico do nacional-desenvolvimentismo” (Palma Filho, 2005 p. 4).

Palma Filho (2005) utiliza Romanelli (1999) para justificar sua explicação:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (Palma Filho, 2005, p. 59 apud Romanelli, 1999).

Mesmo ainda mantendo padrões de viés elitista e conservador, nas palavras de Palma Filho (2005), a reforma institucionalizada criou um outro caráter para o ensino secundário. O autor ainda explica, que a falta de uma reforma contundente com as novas demandas exigidas pela sociedade industrial é por causa de ainda prevalecer o aparato econômico agrário-exportador. Porém foi estabelecido “o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, [...] e a exigência de

habilitação desses dois ciclos para o ingresso no ensino superior” (Palma Filho, 2005, p. 4).

É notável que se mantém uma disputa ideológica dentro da esfera educacional, advinda da política. Como mencionado antes Francisco Campos tinha influências católicas na sua nomeação. Isso gerou uma série de insatisfações no campo educacional, oriundas do político, pois tinha-se a rivalidade da Aliança Nacional Libertadora, liderada Luiz Carlos Prestes e a Ação Integralista Brasileira, de forte amparo do catolicismo. As incongruências estão nos seguintes fatores: a obrigatoriedade do ensino elementar, de caráter universal, para todos os indivíduos; meninos e meninas compartilharem de um mesmo currículo, deveria ser estruturado sem levar em contato questão de gênero, igualdade de direitos; a laicidade dentro do currículo, ensino religioso não poderia ser incluso; e o mais importante a gratuidade do ensino. A igreja católica não queria perder sua influência na esfera educacional, um fator bastante congruente com a herança colonial e imperial do estado brasileiro.

Segundo Romanelli (2014) o debate sobre o ensino religioso deveria ficar em segundo plano na evolução do sistema educacional, porém com as divergências que foram sendo acentuadas, devido a questões ideológicas, a óbice em torno dessa questão evolui. E um movimento renovador, tendo como um dos fatores a inexistência do ensino religioso obrigatório no currículo escolar, se potencializou mais ainda.

Nasceu assim o Manifesto dos Pioneiros da Educação⁹⁴ (1932), documento redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros educadores, totalizando 26 assinaturas. Segundo Palma Filho (2010, p. 7) “O grande movimento educacional do século XX relaciona-se com o pensamento pedagógico da Escola Nova”. Como já mencionado de vários personagens do campo educacional participarem, um deles é Anísio Teixeira, que já encontra como Diretor da Instrução do Rio de Janeiro. Como Filho (1990) aponta, seria um alto preço que Anísio, Fernando, Lourenço Filho entre outros, iriam pagar por promover uma reforma educacional.

⁹⁴ Como documento de política educacional, o Manifesto expressa a posição de uma corrente de educadores que busca firmar-se pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade, capacitando-se, conseqüentemente ao exercício dos cargos de direção da educação pública, tanto no âmbito do governo central como dos estados federados (SAVIANI, 2014 p. 33)

No ano de 1932, no mês de fevereiro, o documento foi concluído por Fernando de Azevedo, que logo escreve assim para Anísio:

“Nesse momento de confusão é preciso definirmos a nossa posição, estabelecendo nossos princípios fundamentais e o nosso programa de reconstrução educacional. Será a primeira vez que os educadores se apresentarão com um programa de diretrizes definidas.” Fernando teria sempre uma palavra de estímulo: “Não desanime, não esmoreça, meu caro, dizia-lhe... Estou aflito por você. Por nós, pelos nossos ideais.” Estes ficavam sempre a frente. (Filho, 1990, p. 57)

O Manifesto dos Pioneiros tinha como propósito ser a grande voz na renovação educacional brasileira. “Era imprescindível a unidade de ação, e Azevedo insistiu com Anísio: Isto terá uma grande importância, não só como uma nota clara de coesão, firmeza e coerência [...] também uma afirmação de princípios” (FILHO, 1990 p. 58). Foi diante deste Manifesto dos Pioneiros da Educação que Anísio Teixeira assentou sua administração educacional no Rio de Janeiro. Segundo Saviani (2014) o Manifesto foi uma política educacional, que não estava apenas em propagar a filosofia da Escola Nova, mas sim em torno de uma escola pública, de acesso universal, e que contemplava o ensino primário.

O manifesto, segundo Saviani (2014, p.33) “[...]emerge como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema nacional de educação pública”. Ao finalizar essa breve exposição sobre o Manifesto dos Educadores, documento norteador do fazer pedagógico e administrativo de Anísio Teixeira, é interessante destacar que a Constituição de 1934, no parágrafo sobre educação, terá uma pequena influência deste documento sobre a política da instrução pública brasileira.

É dentro desta nova sociedade tecnológica, industrial e de experimentação científica – de viés democrático –, que Anísio Teixeira defendeu a expansão da escolaridade a todos, e principalmente uma escola que esteja em consonância com as demandas da sociedade industrializada. Foi dentro um novo contexto, o moderno, o contemporâneo, de grande dinâmica é que o educador baiano classificou como uma vigorosa industrialização. A educação não era ainda ajustada aos sujeitos modernos, contemporâneos; ainda se assentava numa cultura agrária.

Esse novo mundo moderno, marcado pelo dinamismo, representa a fase de intensiva industrialização. Essa revolução industrial acaba por expandir-se até as atuais formas de concentração urbana e de organização maciça do trabalho. Surge, então, a sociedade contemporânea, globalmente industrializada, a qual consiste em um complexo de sistemas altamente organizados, que funcionam na base de extrema divisão de trabalho e

extrema impessoalidade. [...]Para compreender e integrar-se nessa sociedade se faz necessário um grande desenvolvimento da educação formal, a qual, antes somente necessária para alguns, já agora é indispensável a cada cidadão. Foi essa a grande mudança que se processou nos últimos dois séculos: a transformação da tranquila, coerente e, de certo modo, orgânica sociedade agrária na fragmentada, complexa e confusa sociedade industrial. A nova forma de sociedade perdeu inteiramente aquelas condições que permitiam à sociedade agrária transmitir automaticamente a sua cultura. A nova cultura é toda abstrata e racional, só podendo ser ganha por meio de alta escolaridade. [...]Nas condições novas da sociedade dos nossos dias, educação escolar de certo modo completa faz-se, em todos os campos e por especializações de tipos diferentes, absolutamente essencial para cada indivíduo, que, sem ela, não poderá sequer compreender o novo contexto social. [...]Todo o comprometimento consciente do homem com a sua sociedade já não se pode fazer pelo simples fato de nascer e viver ele nessa sociedade – como no período agrário – mas passou a exigir, de cada um, aparelhar-se intelectualmente para compreender a complexidade da organização social, toda ela racional e substancialmente impessoal. (Teixeira, 2011, p. 362-363)

O grupo de educadores que fez parte do documento do manifesto tinham como argumento, Lima (2011, p. 226) relatou “não haver outra prioridade a ser enfrentada dentre os problemas nacionais do início do século XX que não fosse o grave problema da educação”. Não havia outra alternativa, o Estado deveria tomar alguma atitude incisiva em favor das escolas públicas, na qualidade, obrigatoriedade, acesso universal e preservar a laicidade do ensino.

Os imbróglis que Anísio Teixeira apontava na educação, durante sua gestão, estas intempéries não era apenas relacionados ao progresso ou desenvolvimento da sociedade industrial, mas da própria estabilidade social dos sujeitos dentro da nova, orgânica e banal sociedade. “Em que se faz extremamente difícil o senso de participação consciente” (TEIXEIRA, 2011, p. 364). Era necessário se criar o senso de participação, conscientização, dos indivíduos. Sem esta consciência, seria impossível a continuidade desta nova sociedade. Diante disso, pontuou Filho (1990, p.65) “sem dúvida a luta seria longa e árdua. Anísio estava disposto a enfrentá-la”.

A escola brasileira é que lhe irá ensinar a compreender o Brasil, mostrar-lhe a sua evolução, apresentar-lhe a sua estrutura social em transformação, indicando-lhe os defeitos arcaicos as qualidades novas em surgimento, dar-lhe consciência dos seus triunfos e dos seus característicos, com exaltação dos aspectos originais - a sua democracia racial, por exemplo - e crítica aos defeitos maiores: a insensibilidade, por exemplo, para com a imensa parcela ainda *não integrada* da nação - os analfabetos, os miseráveis, a população rural que vegeta por esse imenso país a fora; o espírito de aproveitamento, que o estado de pobreza gera em todos os que sobem à tona e escapam à desgraça de ser no país apenas povo, a corrupção generalizada que é, mais do que tudo, manifestação de alienação, que o Brasil não é um bem comum, mas algo antes apropriado por privilegiados e hoje assaltado pelos

que conseguem tomar um pouco das mãos de tais privilegiados e ganhar, deste modo, o direito de também explorá-lo em seu próprio benefício.⁹⁵

Dentro de um Estado pluralista, democrático por direito, e contrário ao espírito monolítico e uniformizante do Estado não democrático. Então a escola deve estar engajada também na pluralidade de seus indivíduos. E nisso que o educador baiano se baseia para formular sua filosofia sobre a escola progressiva, em formato de livro, que terá breve explicação no próximo subcapítulo.

Para um estado democrático, de expansão escolar a todos, o educador baiano tem como premissa o seguinte fator: “A forma democrática de vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence” (Teixeira, 1968 p. 13). Antes a democracia estava direcionada entre as elites, as classes dominantes, e isso como aponta o educador baiano ia contra aos documentos legais que tinham como premissa a organização e participação de toda sociedade.

Sendo assim para entender as transformações que Anísio Teixeira promoveu dentro do Distrito Federal, deve se ter como compreensão o seguinte postulado:

A escola pública é o instrumento de integração e da coesão da grande sociedade, e se deve fazer o meio de transformá-la na grande comunidade. O Estado democrático não é apenas, o Estado que a promove e difunde, mas o Estado que dela depende como condição sine qua non do seu próprio funcionamento e de sua perpetuação. (Teixeira, 1968 p. 36)

Nunes (2011) retratou que durante sua administração na Diretora de Instrução Pública no Distrito Federal, na década de 1930, reinventou e ampliou o sistema escolar, “empurrou a escola para fora de si mesma, ampliando sua área de influência na cidade”, não se prendeu a uma cultura norte-americana e europeia para elaborar suas teorias e colocá-las em prática. E, pontuou a autora, “retirou o problema do governo da educação da tutela da Igreja [...] procurando quebrar as diferenças hierárquicas impostas por uma rígida divisão social” (Nunes, 2011).

A administração de Anísio Teixeira teve as seguintes práticas: criação de órgãos técnicos, “uma rede de órgãos consultivos e executivos para atuar sobre a fragmentação escolar” (Nunes, 2011, p. 294), diante do decreto 3.763, a fim de entender a realidade escolar. “Foram criadas várias divisões, numa organização complexa. [...] Os novos órgãos [...] começaram a funcionar oferecendo dados que

⁹⁵ TEIXEIRA, Anísio. **Educação e nacionalismo**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.34, n.80, out./dez. 1960. p.205-208.

conferiram ao Diretor possibilidade de planejar, orientar e coordenar efetivamente o sistema escolar” (Geribello, 1977, p. 65). Isso ajudou a enxergar as deficiências do sistema escolar, o sucateamento dos prédios, e sobre a questão dos recursos humanos. “Esses dados possibilitaram a adoção de uma série de medidas, visando solucionar os problemas” (Geribello, 1977, p. 65). Estes órgãos administrativos foram organizados da seguinte maneira: “a Direção geral, as Superintendências de Ensino Elementar, [...] de Educação Técnica Secundária e do Serviço de Extensão” (NUNES, 2011, p. 295). Ainda teve órgãos específicos para outras áreas, como de Desporto, Recreação e Jogos; Música e Arte; Desenho e Artes aplicadas e sobre o Ensino Particular.

Discurso de posse de Anísio Teixeira como Diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro:

Ao assumir o cargo de Diretor Geral de Instrução, no Distrito Federal, tenho perfeita consciência de suas graves responsabilidades. Por mais que me acabrunhassem, entretanto, essas responsabilidades, eu não me sinto livre para recusar o posto a que me chamou o honrado Interventor desta cidade. E não me senti livre, porque o Exmo. Sr. Dr. Pedro Ernesto pôs o convite tão nitidamente no terreno técnico e revelou uma compreensão tão alta da natureza do problema educacional e das suas exigências legítimas, que recusar seria desertar dos compromissos de coragem e de sacrifício, que assumimos todos os que batalhamos pela reconstrução do Brasil, através da educação. O Distrito Federal viu tendo, desde longa data, diretores de Instrução de reconhecida eminência intelectual, que têm deixado aqui traços fortes de inteligência e de ação. Ultimamente, com a transformação que se operou na finalidade da escola, solicitada pela civilização moderna para um papel maior na sociedade, os que acompanhamos com interesse as coisas do ensino vimos o modo porque o aparelho pedagógico do Distrito Federal respondeu a essa intimação de uma nova filosofia de educação e uma nova política de educação. Por intermédio dos seus diretores mais recentes, dentre os quais cumpre destacar Carneiro Leão e Fernando de Azevedo – a instrução pública, no Distrito Federal, encaminhou-se para a corrente mais avançada do pensamento educacional. Sentiram esses *leaders* da educação brasileira que, em um país jovem e de pequenas tradições educativas, tornava-se possível, por isso mesmo, obra radical de renovação. E se o primeiro realizou o trabalho carinhoso de amanho do terreno, agitando-o e revolvendo-o por meio de uma campanha inteligente e lucida, o segundo continuou o trabalho comum, ideia de um sistema escolar nas linhas harmoniosas e robustas que todos conhecemos. A reforma que se fez no Distrito Federal, em 1928, foi uma dessas obras audaciosas de previsão, que o engenho vigoroso e amadurecido de Fernando de Azevedo planejou com o traço largo e quente de quem rasga perspectivas para o futuro. Depois do lento trabalho de preparação que se vinha fazendo, foi possível lançar os alicerces de uma nova política educacional. O Rio de Janeiro recebeu essa obra como um fruto longamente elaborado, que vinha ao encontro de uma consciência educacional dinâmica e moderna, que a reforma avivou e fortaleceu. Longe, porém, está a obra de completa. A sedução que arrebatou Fernando de Azevedo, no seu ímpeto encantado de criação, cede agora lugar ao trabalho obscuro e penoso de adaptação e realização. A obra entrevista pelo sociólogo que gizou a nova orientação da

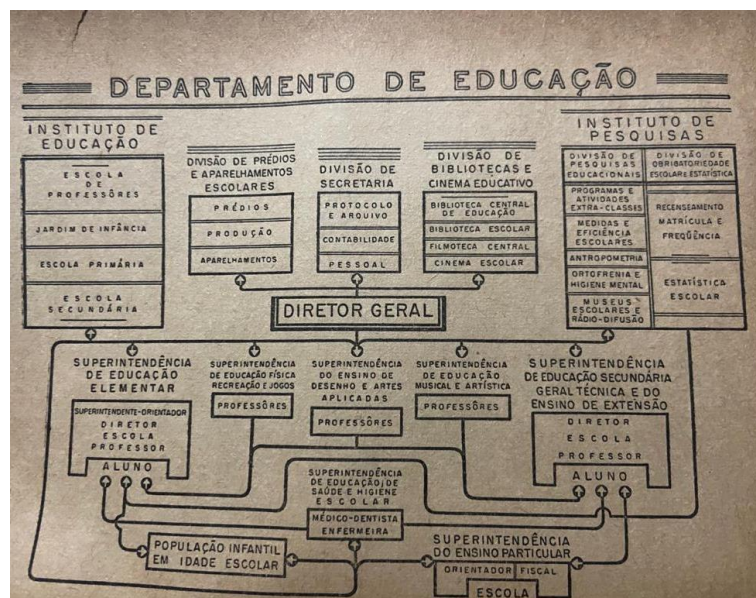
política educacional precisa, agora, da contribuição de outros técnicos para vir a realizar-se, na progressão natural de seus passos e seus estágios. Nesse sentido, o serviço de educação ganhou, recentemente, em algumas nações, pelos seus métodos de administração, pela precisão de suas medidas e pelo caráter das investigações em que se deve fundar, uma feição científica e progressiva. Mas, por isso mesmo, perdeu o seu caráter pessoal. Já se foi o tempo em que se podia administrar um serviço escolar pelas conjecturas mais ou menos autorizadas dos "experimentados". A autoridade pessoal cedeu lugar às conclusões dos inquéritos. Toda uma técnica se desenvolveu, que torna a obra mais segura, mais objetiva, mais científica. Por outro lado, porém, menos pessoal. A obra que temos de realizar aqui, portanto, é obra anônima de todos nós, que nós devemos esquecer de nós mesmos, para tornar a nossa colaboração mais solidária e mais fiel. E nesse trabalho de cooperação a hierarquia segue o caminho oposto da criação intelectual do plano, que foi o trabalho de alguns antecessores. O diretor do serviço educacional é, agora, o seu mais modesto operário. O mestre é quem realiza a obra de educação. O diretor é o simples servidor do mestre. Toda a administração não tem outro fim que o de dispor as condições de êxito para a obra, que é só do mestre: EDUCAR. É com esse espírito que chego hoje aqui. Não me perturbam as possíveis honras do cargo para que fui distinguido pelo Sr. Interventor do Distrito Federal, porque venho exercê-lo com a humildade profissional de quem percebe, por esse ângulo, as funções da administração escolar. São as reconhecidas credenciais do professorado público do Distrito Federal e a própria força dos novos ideias de educação, que me fortalecem, neste momento, em que assumo, perante o Sr. Interventor, o compromisso de corresponder à sua alta confiança, servindo sem desfalecimento a causa da instrução⁹⁶.

Diante dos problemas apresentados, “e para isso é que propusemos a organização inicial” (Teixeira, 1938, p. 123). A organização de núcleos para ajudar na reorganização educacional. Anísio Teixeira, em 1938, quando publicou o livro *Educação para Democracia: introdução a administração escolar*, onde pontua todas suas práticas e justificativas sobre sua gestão no Distrito Federal, de 1931 a 1935. “Só uma observação superficial desconheceria quanto o magistériourgia, em sua consciência do trabalho escolar, por essa assistência técnica e por um ambiente de mais atenção e melhor compreensão dos problemas e exigências do seu mister” (Teixeira, 1938, p. 129).

Organizei, assim, serviços de estudo, coordenação, controle e atuação direta ou indireta sobre a escola. A experiência vem surtindo os melhores resultados, embora sem a mesma celeridade em todos os aspectos, e é esse o fundamento documentado da consolidação que ora proponho, e que representa, a meu ver, um grande passo para a integração do magistério e de seus órgãos de assistência, orientação e administração, em uma consciência comum de trabalho, uma compreensão nítida da especialização de suas funções e um reconhecimento otimista de que o problema da organização e articulação eficazes de um sistema escolar pode vir a ser resolvido. (Teixeira, 1938, p. 130)

⁹⁶ TEIXEIRA, Anísio. **Discurso de posse do Diretor Geral de Instrução Pública.** *Boletim de Educação Pública*. Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, jan./jun. 1932. p.75-76.

A imagem a seguir contém a forma que Anísio Teixeira organizou os departamentos na Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal.



Fonte: Livro Educação para Democracia: Introdução a Administração Educacional, de Anísio Teixeira, de 1938.

Na compreensão do educador baiano, a escola elementar, comum a todos, e universal, deveria estar em consonância com o contexto social brasileiro. A escola tinha que subsidiar a inclusão de todos os alunos, respeitando suas individualidades, e todos os sujeitos participativos da ação educativa. A escola tinha que ter como premissa: a criança como centro⁹⁷.

“Enquanto foi a escola um simples aparelho seletivo, destinado a alguns, pouco importava a sua ineficiência para os que viessem a falhar. Tal mortandade era natural e aceita: estava dentro do espírito da escola, que visava recrutar os mais capazes de continuar a carreira de estudos. Operadas, porém, as recentes transformações sociais, a escola se tornou, na civilização contemporânea, uma necessidade absoluta de todos. [...]Não é difícil avaliar quanto a modificação veio influir no conceito de rendimento da escola. Antes, dado o caráter seletivo, a reprovação era quase o índice de qualidade do ensino. Se muitos falhassem, queria isto dizer que os critérios de julgamento eram realmente eficientes e se estava depurando, para a formação das elites intelectuais e profissionais, a fina flor da população. (Teixeira, 1938, p. 141-142)

Para Teixeira (1938) se a escola tinha o dever de educar a todos, pois todos os indivíduos de conhecimentos inerentes da cultura brasileira para o convívio cooperativo na sociedade. A reprovação do aluno já não era mais fator para classificá-lo como fracasso, mas sim a falha do sistema educacional no “preparo fundamental dos cidadãos” (Teixeira, 1938, p. 142). E para isso foi preciso a

⁹⁷ Objetivo central da Escola Progressiva.

reestruturação dos métodos pedagógicos, que advinha da administração educacional. “A administração deve conseguir uma organização de eficiência uniforme da escola, para todos os alunos, - organização e eficiência da massa” (Teixeira, 1938, p. 142). No Brasil ainda se encontrava dificuldades para readaptar o ensino primário em prol de atender todos os alunos.

Anísio Teixeira reorganizou outros segmentos, como o Ensino Primário ou Elementar. Que pode ser entendido da seguinte maneira:

Da aplicação a escola elementar do Distrito Federal de uma organização e administração renovadas dentro de uma política educacional bem planejada resultou uma progressiva graduação do sistema escolar, com atenção as diferenças individuais dos alunos; menor número de repetições; maior retenção do aluno através do período escolar, sem repetições e com o máximo de proveito individual; aumento da eficiência do ensino pela graduação de programas e homogeneidade das classes; e melhores oportunidades educativas oferecidas aos diferentes tipos de alunos. (Geribello, 1977, p. 69)

Teixeira (1938) defendia que o ensino brasileiro avaliava os alunos tomando critérios singulares, e não respeitando a particularidades de cada um. “A escola devia desenvolver o seu programa até o máximo de suas possibilidades, conservando-lhe, entretanto, a flexibilidade para atender a toda espécie de alunos. Não podia continuar a escola elementar a ser apenas instrumento de seleção” (Teixeira, 1938, p. 159). Logo, “destinando-se a escola a todos [...] e sendo todos alunos profundamente diversos em inteligência [...] a escola devia servir a cada grupo segundo suas possibilidades” (Teixeira, 1938, p. 159).

Anísio Teixeira procurava a renovação pedagógica com o objetivo de atender todos os alunos nas suas mais diversas particularidades. Pouco a pouco ele tentou ir enriquecendo o sistema escolar, no quesito de recursos humanos e materiais. Principalmente no que tange a formação pedagógica dos docentes. E isso foi possível graças aos órgãos técnicos especializados que criou dentro da diretoria de instrução do Rio de Janeiro. A reforma dos programas escolares, incluindo outras áreas, como música, desenho, arte e educação física davam a escola um novo formato, renovado, através da base científica.

Nas palavras de Darcy Ribeiro (2002), no livro *Anísio em Movimento* de João Augusto de Lima Rocha, que reúne uma coletânea de textos sobre o educador baiano, o sociólogo relatou que Anísio sempre esteve em prol da construção de escolas. As escolas que ergueu no Rio de Janeiro na sua gestão serviu de

inspiração para os futuros CIEPs. “A escola deveria ser integral [...]a fim de formar quadros aptos, [...]para a movimentação da indústria crescentemente complexa, [...]capazes de interpretar a complexidade engendrada pelos novos avanços” (Rocha, 2002, p. 102).

2.2. Escola Progressiva (1933)

Para o bom desenvolvimento de uma sociedade, de forma igualitária, que assume compromisso em promover condições iguais a todos seus cidadãos, levando em conta sua heterogeneidade que vem da questão de gênero (ponto discutido no Manifesto sobre não existir currículos diferentes), etnicidade, religiosidade e outras particularidades inerentes ao indivíduo, não pode apenas prezar pelo respeito. Mas deve também promover oportunidades, e um dos princípios básicos da democracia é a educação universal. Sendo a escola o primeiro lugar de socialização com as diferentes individualidades e a promoção da unidade destas. Uma escola dinâmica, cooperativa e consoante com o contexto social⁹⁸.

Anísio Teixeira publica no ano de 1933 o livro ***Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação***, que mais tarde recebe outro título: ***Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola***. Neste livro o autor tem como objetivo apresentar a essência da teoria da Educação Progressiva. Destacou a correspondência da educação com a sociedade⁹⁹, expõe uma analogia sobre as formas que os processos educacionais operam sobre os indivíduos e suas contribuições para estratificação social de forma global. Ressalta a importância, a necessidade, de se adotar uma filosofia para o fazer pedagógico, servindo de apoio para os educadores terem uma clareza sobre a questão humana e as diferentes particularidades de cada indivíduo.

TEIXEIRA (1933) descreveu que as transições que a sociedade vive, diante das inúmeras crises que surgem, as inquietações dentro da sociedade vão florescendo dentro de cada indivíduo, “preocupados com os valores que se vão perdendo nas idas e vindas da transformação social” (Teixeira, 1933, p. 1). Declarou

⁹⁸ ESTEVÃO, José Carlos. **Educação, Justiça e Democracia: Um estudo sobre as geografias da justiça em educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

⁹⁹ TEIXEIRA, Anísio. **A educação que nos convém**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.21, n.54, abr./jun. 1954. p.16-33.

que o ser humano acha que perde algo, cada vez que lhe são renovados hábitos e maneira de pensar. E ao invés de entenderem as transformações que permeiam a sociedade e sua vida, vão em buscar de culpados, que julgam como desestabilizadores da “verdadeira” ordem social.

Anísio (1933) justificou da seguinte forma:

E na sua necessidade de localizar os culpados dessas perdas, investe contra isso e contra aquilo. Mais do que tudo, costuma investir contra as escolas. Se há crise nas letras, se não escreve como dantes, se a língua evolui e perde antigos sabores primitivos e ingênuos, é que as escolas já não são as mesmas e urge reformá-las. Se há crise do “espírito”, como hoje diz, se os valores humanos, na sua perpétua transformação, conquistam novas formas, e velhas ilusões se vão desfazendo em troca de valores realistas e áspers, - é que as escolas estão a falhar na sua finalidade espiritual... e urge reformá-las. Se há crise de costumes e de maneiras e o homem, longe de se comprazer na velha dissimulação habitual, reorganiza os seus valores com brutalidade quase, encarando a realidade de face, - é que as escolas já não formam o caráter... e urge reformá-las ou antes obrigá-las a voltar aos velhos ídolos e velhas fórmulas. (Teixeira, 1933, p. 1-2)

É possível notar que Anísio Teixeira segue a mesma concepção de John Dewey sobre a questão das mudanças que ocorrem na sociedade, e como esses fatores contribuem para a experiência e a forma de agir dos indivíduos.

O homem gosta de pensar em termos de oposições extremadas, de polos opostos. Costuma formular suas crenças em termos de “um ou outro”, “isto ou aquilo”, entre os quais não reconhece possibilidades intermediárias. Quando forçado a reconhecer que não se poder agir com base nessas posições extremas, inclina-se a sustentar que está certo em teoria mas na prática as circunstâncias compelem ao acordo. (DEWEY, 1938, p. 3)

Teixeira (1933) ressaltou que as transformações acontecem diante de uma geração contemporânea¹⁰⁰ que é totalmente contrária a geração anterior, sendo esta última definida como “estável, conformada” (Teixeira, 1933, p. 2). E a culpa sempre recai na escola. Uma geração que não se conforma, que não se cala, começa a questionar tudo e todos. Até o teor dos livros são questionados. A crítica se faz presente e tudo deve ser questionado.

“Mas é evidente: semelhante educação está a modificar a nossa juventude. É a tal da educação nova, a tal liberdade e a tal expressão da própria personalidade – que explica os desvarios, as loucuras, as rebeldias [...] da juventude moderna” (Teixeira, 1933, p. 3)

Teixeira (1933) afirmou que não as escolas não têm responsabilidade nas transformações da alma da sociedade. São julgadas como os escritores do

¹⁰⁰ A geração de intelectuais, poetas, pintores da semana da Arte Moderna de 1922.

romantismo, que sempre foram, em partes, os culpados em perverter a sociedade. “Elas, como eles, refletem, tão somente, o que já vai pela própria sociedade” (Teixeira, 1933, p. 5). “A teoria da educação progressiva [...] sendo a tentativa de orientar a escola no sentido da revisão dos velhos conceitos psicológicos e sociais [...] estrutura-se primeiramente na natureza da civilização moderna em permanente mudança” (Geribello, 1977, p. 157). Diante de uma nova abordagem pedagógica, o educador defendeu as teorias psicológicas para a mudança educacional.

A defesa que Anísio Teixeira investiu na teoria da educação nova – 1933 –, ou progressiva, esteve fundamentada numa perspectiva de escola ativa, dinâmica, em constante movimento, que já se fazia presente na sociedade. E isso estava em consonância com as “transformações sociais da nova sociedade científica e tecnológica” (Geribello, 1977, p. 157). Era necessário rever os padrões da escola tradicional nos seus conceitos psicológicos e sociais. “A escola fundada nos programas de lições previamente traçadas e no regime do aprende ou serás castigado – ignorava, antes do mais, a complexidade do ato educativo” (Teixeira, 1933, p. 6)¹⁰¹. Emancipar e desenvolver-se é um aumento da compreensão do indivíduo no seu contexto histórico, é realizar e expandir-se. E nada disso se realiza sem que haja uma experiência em “dirigir, coordenar e comandar suas próprias forças de seu desejo, do seu pensamento e do seu corpo” (Teixeira, 1933, p. 10)

O ensino brasileiro, por isto mesmo que era um ensino quase que só para a camada mais abastada da sociedade, sempre tendeu a ser ornamental e livresco. Não era um ensino para o trabalho, mas um ensino para o lazer. Cultiva-se o homem, no melhor dos casos, para que se ilustrasse nas artes de falar e escrever. Não havia nisto grande erro, pois a sociedade achava-se dividida entre os que trabalhavam e não precisavam educar-se e os que, se trabalhavam, era nos leves e finos trabalhos sociais e públicos, para o que apenas requeriam aquela educação. Quando a educação, com a democracia desenvolver-se, passou a ser não apenas um instrumento de ilustração, mas um processo de preparação real para diversas modalidades de vida da sociedade moderna, deparamo-nos, sem precedentes nem tradições, com a implantação dos novos tipos de escola. Cumpria criar algo em oposição a tendências viscerais de uma sociedade semifeudal e aristocrática, e para tal sempre nos revelamos pouco felizes, exatamente por um apego a falsas tradições, pois não creio que se possa falar em coloniais, escravocratas, feudais num país que se fez livre e democrático. De qualquer modo, a nossa resistência aos métodos ativos e de trabalho sempre foi visível na escola primária, que, ou se fazia escola apenas de ler, escrever e contar, ou descambava para um ensino de letras, com os seus miúdos sucessos de crianças letradas.. [...] Todo o ensino sofria, assim, dessa diátese de ensino ornamental: no melhor dos casos, de ilustração e, nos piores, de verbalismo oco e inútil. A luta contra esse tipo de ensino

¹⁰¹ [...] e tudo que podia, realmente, conseguir, eram crianças hábeis no jogo da dissimulação, que procuravam cumprir – para evitar a pena ou ganhar o prêmio – com mínimo de responsabilidade voluntária. (TEIXEIRA, 1933, p. 6)

sempre foi, entretanto, vigorosa, mesmo ainda no tempo da monarquia, recrudescendo vivamente na república. Uma parte culta e mais lúcida do país tinha perfeita consciência do fenômeno e, nos centros que mais se adiantavam, como em S. Paulo e no Rio, o esforço por uma verdadeira escola primária, por escolas profissionais autênticas e por escolas superiores eficientes e aparelhadas, chegou a alguns resultados apreciáveis. [...]Nos fins da década de 20 e 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpitante e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a fornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, porém, sabe-se como elas começam, mas não se sabem como acabam. A primeira fase daquela fornada caracterizou-se por ímpeto construtivo e por esforço singular pela recuperação da escola, sem perda da prudência, que uma longa consciência de nossa pobreza em recursos humanos nos havia inculcado. Menos do que expansão quantitativa, lutamos por melhorar a qualidade de nossas escolas. Todo movimento era pela reforma de métodos e pela implantação de novos tipos de educação. Surgiu a universidade. Ensaçou-se um ensino médio flexível, com a integração do ensino geral com o técnico no Distrito Federal. A escola primária recuperou prestígio e deu-se início à reforma dos seus objetivos e processos de ensino. A vinda de professores estrangeiros para as novas escolas superiores, em S. Paulo e no Rio, era uma nota corajosa e promissora.¹⁰²

“A sociedade moderna, em contínuo movimento e permanente reconstrução, esteia-se em três grandes tendências” (Geribello, 1977, p. 115). Essas tendências são: a experimentação científica, o industrialismo e a democracia¹⁰³. Estas tendências estão inseridas dentro dos fundamentos adotados por Teixeira (1933) para Educação progressiva. E estes são: sociais e psicológicos. Como já haviam sido mencionados anteriormente.

Em primeiro lugar, Anísio Teixeira, não se fez muito congruente com a palavra “nova” designada para explicar a escola progressiva. A palavra foi necessária para uso da campanha no Manifesto dos Pioneiros em 1932, mas a melhor designação é progressiva. E para explicar isso o educador baiano utilizou Kilpatrick, um dos seus docentes na Universidade de Colúmbia. E adepto a Escola Progressiva.

E progressiva, por quê? Porque se destina a ser a escola de uma civilização em mudança permanente (Kilpatrick) e porque, ela mesma, como essa civilização, está trabalhada pelos instrumentos de uma ciência que ininterruptamente se refaz. Com efeito, o que chamamos de “escola nova”

¹⁰² TEIXEIRA, Anísio. **O ensino brasileiro**. Boletim da CBAI. v.7, n.10, 1953. p.1122-1124.

¹⁰³ Um estudo da vida moderna demonstra três fortes tendências – uma mudança na postura mental, a “industrialização” e a democracia. Essas tendências, consideradas através de uma determinada perspectiva, parecem emergir – pelo menos em grande medida – do pensamento testado o qual vimos discutindo. De certa forma, essas tendências talvez sejam mais verdadeiramente aspectos desse pensamento testado. No mínimo elas tem sido marcadamente modificadas por esse pensamento. Considerando através de outra perspectiva, essas tendências originam demandas bastante definidas pela educação moderna. (Kilpatrick, 1932, p. 30)

não é mais do que a escola transformada, como se transformam todas as instituições humanas, à medida que lhes podemos aplicar conhecimentos mais precisos dos fins e meios a que se destinam (Teixeira, 1933, p. 13)

Foi dessa forma que Anísio Teixeira fez a explicação sobre a designação da Escola Progressiva, “quanto ao nome e ao sentido do movimento que se processa em torno da escola” (Teixeira, 1933, p. 15). Diante das transformações que ocorrem na sociedade, “nos seus aspectos econômicos e sociais, graças ao desenvolvimento da ciência”¹⁰⁴, se faz necessário a transformação da escola¹⁰⁵. Sendo ela a serventia fundamental para estabilidade¹⁰⁶ social e “como de ponto de apoio para a sua projeção”¹⁰⁷. Anísio na sua trajetória, irá pontuar novamente sobre esta estabilidade em 1957, principalmente na questão da educação primária, que é uma das suas maiores defesas e uma das mais importantes fases da vida escolar.

A sociedade que sofre transformações científicas e tecnológicas (industrialização) corrobora para outras mudanças que ocorrem nos contextos familiares, nas comunidades, hábitos e costumes dos indivíduos. Dentro dessas mudanças é necessário apontar dois objetivos que devem ser alcançados, a fim de modificar o conceito da escola, sendo ela tradicional: “a) precisamos preparar o homem para indagar e resolver por si os seus problemas; b) temos que construir a nossa escola [...] para um futuro rigorosamente imprevisível” (Teixeira, 1933, p. 19).

Sobre as tendências, diretrizes, que fundamentam o direcionamento dessa escola, o quadro abaixo mostra a explicação de cada uma delas:¹⁰⁸

¹⁰⁴ TEIXEIRA, 1933. p. 15

¹⁰⁵ A escola tradicional nasceu em um mundo ainda de certa forma estável, no qual a educação se fazia com base em modelos ideais. Voltada para o passado, essa escola estava preocupada em transmitir a maior quantidade possível de conhecimento acumulado, valorizando, portanto, um ensino predominantemente intelectualista e livresco. As críticas à escola acadêmica surgem diante da impossibilidade de se continuar pensando em modelos num mundo marcado por transformações sociais, políticas e econômicas que atingem uma rapidez nunca experimentada. Preocupado com o presente e com o futuro, o homem contemporâneo deve se preparar para uma sociedade dinâmica, em constante mutação. Para tanto, precisa aprender a aprender, indo além da fixação de conteúdos predeterminados. Daí o interesse por métodos e técnicas, bem como uma ênfase maior nos processos de conhecimento do que no produto. Além disso, aspira-se ao acesso de todos ao saber, o que promoveria a mais ampla democratização do ensino e, conseqüentemente – segundo a crença de então – a mobilidade social. (ARRUDA, 1990. p. 167)

¹⁰⁶ TEIXEIRA, Anísio. **A escola brasileira e a estabilidade social**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.28, n.67, jul./set. 1957. p.3-29.

¹⁰⁷ TEIXEIRA, 1933, p. 15

¹⁰⁸ Se a natureza da civilização do nosso tempo é a de uma civilização esteada na experimentação científica, e, como tal, animada num permanente impulso de movimento e contínua reconstrução, nem por isso deixa de existir certas grandes tendências, mais ou menos fixas, que marcam as linhas gerais por onde nossa evolução se está processando (TEIXEIRA, 1933, p. 19)

DIRETRIZES	POR QUÊ?
EXPERIMENTAÇÃO CIENTÍFICA	O aprimoramento da ciência vem para a ruptura com o postulado tradicional que a antiga civilização tinha posto como verdade absoluta. O novo indivíduo que surge nessa sociedade “independente e responsável, é o que a escola progressiva deve preparar.” (Teixeira, 1933, p. 22)
INDUSTRIALISMO	Sendo prole da ciência, um novo olhar do intelectualismo humano. A sociedade está se integralizando com essa nova ordem, e o indivíduo deve preparar-se para entender essa nova forma dinâmico e orgânica ¹⁰⁹ .
DEMOCRACIA	Personalidade e cooperatividade, dois fatores que a diretriz democrática exige. A interação social, o respeito a diversidade (questão de individualismo) ¹¹⁰ e responsabilidade, principalmente para o trabalho do bem comum.

O educador baiano defendeu que a reorganização da escola é “trazer a vida para a escola”. O indivíduo deve ter uma plena e integral vida escolar. Só experimentando, de forma educativa, o indivíduo vai adquirir hábitos de interagir com diferentes sujeitos e principalmente sobre moral. A escola progressiva é a fomentação do trabalho cooperativo.

¹⁰⁹ A indústria está integrando o mundo inteiro em um todo interdependente. Não só a matéria prima, mas a ideia e o pensamento, hoje, são propriedades comuns de todo homem. (TEIXEIRA, 1933 p. 23)

¹¹⁰ TEIXEIRA, Anísio. **Notas sobre a educação e a unidade nacional**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.18, n.47, jul./dez. 1952. p.33-49.

Proporcionar a cooperação dentro do ambiente escolar gera mudanças necessárias, sendo elas psíquicas e culturais. O encontro com diferentes grupos proporciona uma disseminação cultural enriquecedora, desenvolve o respeito as diferentes individualidades e a boa convivência. Claro que precisam ser trabalhadas de forma organizadas esse processo de integralizar o indivíduo dentro de uma sociedade com uma diversidade mais intensificada.

A escola progressiva tem como princípio fundamental a criança, o discente como centro. O respeito pela personalidade, ou seja, individualidades. Dentro disso tem como objetivo a reconstrução dos programas escolares, integrar os conteúdos com o contexto social que os alunos estão inseridos e organizar as matérias de acordo com os fatores psicológicos da criança. “A tendencia de transformação se acentua no sentido de dar mais direitos à criança, de considerar mais atentamente os seus impulsos, as suas capacidades e suas diferenças, de fazer sua vida [...] uma coisa interessante” (Teixeira, 1933, p. 52). Logo, “a escola deve transformar-se para prover ambiente complexo, como ambiente da vida, onde a criança se desenvolva e se eduque” (Teixeira, 1933, p. 53).

É interessante observar como Anísio, ao descrever o que identifica como tendências gerais da civilização contemporânea – fundamentos sociais da educação progressiva –, utiliza indiferentemente as palavras tendências e diretrizes. Na verdade, para ele, é papel da educação progressiva confirmar as tendências de uma sociedade progressiva, dando assim a direção do processo de mudança. Por conseguinte, as tendências gerais da sociedade progressiva – ciência (enquanto aplicação do método científico a todos os setores da vida social) e democracia (enquanto modo de viver aplicado a todas as dimensões da vida humana) – viriam a se constituir não só nos fundamentos, mas também nos objetivos, ou melhor nas diretrizes da educação progressiva. Essas diretrizes deveriam nortear o processo de reorganização da escola. Devido a isso, Anísio criticava enfaticamente a visão simplista daqueles que consideravam que a mera expansão do sistema escolar, de qualquer escola, iria responder às necessidades da sociedade brasileira. (Mendonça, 2002; p. 50)

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico. Alargada, desse modo, na sua compreensão, não a podemos encontrar nos processos mecânicos da escola tradicional” (Teixeira, 1933, p. 54). A escola tradicional não se preocupa com as questões psicológicas, ou seja, as individualidades de cada criança, ignora a diversidade. Ao invés de abranger todas as diferentes particularidades, tenta incansavelmente padronizar os indivíduos.

2.3. A questão da universidade: UDF

Morosini (2005) descreveu que a vigilância do ensino superior, da época colonial até o início da república, sempre esteve no controle do governo central. De estrutura coerciva, pois foi uma maneira de garantir a centralização do poder da metrópole sobre a colônia. Em 1808 foi em que ocorreu a entrada do ensino superior no Brasil, isso se deu pela imigração da coroa Portuguesa para o estado brasileiro. Eram cursos não universitários, de forma bastante descontínua, e apenas de cunho profissionalizante. “Fortemente influenciado pelo modelo francês, o ensino superior brasileiro não superou a orientação clássica, nele prevalecendo a desvinculação entre teoria e prática” (Morosini, 2005 p. 299). A autora destacou que os cursos eram de ciências médicas (BAHIA), engenharia, ciências jurídicas, de agricultura e belas artes.

O período compreendido entre o final do século XIX até 1930 é movido por reformas consecutivas e desconexas, onde o sistema educacional continuava a orientar-se pela herança da escola jesuítica, o que na prática significava que a escola brasileira era de conteúdo intelectualista, alienada da realidade e sem vinculação com o mundo do trabalho (MOROSINI, 2005, p. 169-170 apud BERGER, 1976)

A Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências, são fundadas no ano de 1924, com o objetivo de formular um novo caráter para o ensino superior no Brasil, isso se desencadeia devido ao movimento positivista da época. “Isto se reflete na proposta de criação de universidades com consequente desenvolvimento de atividades de pesquisa” (Morosini, 2005 p. 309). Entre o período de 1930 até 1937, ocorre o movimento de democratização devido aos regulamentos discriminatórios que estavam no âmago das leis do ensino.

Diante desse contexto, onde vigora as ideias da democracia liberal, a educação superior tem o seguinte caráter:

A educação, onde predomina ideias do liberalismo propõe-se que seja oferecida à população em geral, pois existe a compreensão da educação não só como fator de incorporação de massas ao progresso do país, mas também como fator de propulsão de desenvolvimento pelo alargamento e circulação de elites. (MOROSINI, 2005 p. 309)

As seguintes medidas adotadas em torno das ideias do liberalismo, são:

Entre as primeiras medidas educacionais do pós-1930, é estabelecida a reforma do ensino superior assinado por Francisco Campos [...] e representada no Estatuto das Universidades Brasileiras (11/04/1930), que tem como modelo a Universidade do Rio de Janeiro (Decretos 19.850, 19.851 e 19.852: o primeiro decreto cria o Conselho Nacional de Educação; o segundo contém normas gerais para a organização das universidades, e o

terceiro legista especificamente para a Universidade do Rio de Janeiro). Por essa reforma a organização do sistema universitário do país tem como ponto de partida a criação de universidades pela justaposição de pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade De Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e/ou Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Na fase precedente, o ensino concretizava-se em cursos isolados. Porém, apesar da universidade se constituir numa figura que paira sobre os cursos que a compõem, estes se mantêm praticamente autônomos nas questões de ensino e isolados um dos outros. (Morosini, 2005, p. 310)

Morosini (2005) utilizou Fávero (1977) para explicar sobre as reformas feitas, pois tinham caráter dúbio, incongruente com as ideias que pregavam antes da Revolução de 1930. E ainda se mantinha um amparo a diretrizes humanísticas e elitistas. Porém, não descarta o mérito que devido as criações destas universidades, abriu-se perspectivas em torno do ensino superior. É dentro desta perspectiva ambígua, sem caráter com a pesquisa, e sem uma força de unidade nacional, que Anísio Teixeira vai propor e edificar a UDF em 1935.

Antes de descrever sobre a criação da Universidade do Distrito Federal por Anísio Teixeira, é necessário entender, através de seus escritos, como ele entendia a universidade e a sua função. Afinal, para o educador baiano “a universidade é [...] uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo” (Teixeira, 1938, p 101). O florescimento e desenvolvimento de uma nação é dado pela história da sua cultura, e esta história é isso se dá pelas Universidades. “Sempre a humanidade viveu utilizando a experiência do passado, mas essa experiência atingiu [...] tamanha complexidade intelectual, que sem as Universidades grande parte [...] teria se perdido e outra [...] nem chegaria ser formulada” (Teixeira, 1938, p. 101)

Existir em sociedade envolve, com efeito, imensas complexidades. Cada indivíduo nada mais sendo do que uma urdidura de laços sociais, toda a sua vida transcorre em um plano superior ao de sua própria existência física e os seus meios de expressão não podem ser outros que os das instituições da sociedade. (TEIXEIRA, 1938, p. 98)

O educador baiano expõe isso, sobre a existência dos indivíduos na sociedade, diante da existência das instituições que alargam as questões sociais, de sociabilidade. Aponta que primeiro vem a família, com a diretriz de perpetuar sua espécie, ou seja, é a primeira instituição que dá largada ao seu desenvolvimento pessoal. Logo, tem o Estado, que lhe expõe deveres e direitos, e orienta sua vida em grupo. E outra instituição, a Igreja, “que lhe dá o sentido profundo do seu

devotamento social” (TEIXEIRA, 1938, p. 98), e pôr fim a escola que abranda e socializa.

Uma dessas instituições se emancipa, mostra que o saber não é algo isolado, que se expande, e é a escola, “órgão supremo da direção intelectual da humanidade” (TEIXEIRA, 1938, p. 100), junto com as universidades. Já as outras instituições se mantem dependentes uma das outras. E dentro de um estado moderno o objetivo é promover e expandir o saber humano.

A condição essencial para a liberdade no Estado moderno está, com efeito, acima de tudo, na independência das instituições que o guardam, aplicam e promovem o saber humano, isto é, as profissões liberais e a universidade, em face do Estado, ao qual cabe velar por elas, mas jamais interferir em sua área de ação ou na consciência profissional dos seus agentes. [...] O saber organizado, constitui, verdadeiramente, a nova fonte do poder humano, dirigindo a ação e a conduta do homem, por intermédio das instituições sociais de sua criação. Pelo saber, pela ciência, obtém o homem poder para a consecução dos seus objetivos vitais e o põe em operação por meio das instituições sociais, cujo progresso promove por meio desse mesmo saber, autonomamente organizado e em condições de independência suficiente para se elaborar e renovar constantemente (Teixeira, 1969, p. 135-136)

Teixeira (1938) defendia que a universidade¹¹¹ era uma das instituições indispensáveis para o bom funcionamento da sociedade, ou seja, não há existência de um povo sem esta instituição. Uma sociedade sem universidade, não possui autonomia, apenas sobrevive como um espelho dos demais. A universidade tem uma função histórica, idêntica as primeiras escolas que surgiram, mantenedora dos valores humanos e o seu pleno desenvolvimento e a constante revisão dos saberes adquiridos. “[...] quando as instituições do saber estão com a independência salvaguarda e a livre circulação desse saber assegura a conduta deliberada [...] é que teremos um regime de liberdade” (Teixeira, 1969, p. 136).

Anísio Teixeira¹¹² fez essas considerações a fim destacar sobre a emancipação do indivíduo, sem estar subordinado a instintos, costumes e determinadas tradições. Valendo-se da forma de como a vida humana se organiza, a universidade se constituiu com a tarefa de entender o pensamento humano. Surgindo assim como um dos aparelhos essenciais para o Estado, em virtude do seu pleno desenvolvimento. “Daí a sobrevivência da universidade e a necessidade

¹¹¹ TEIXEIRA, Anísio. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82.

¹¹² MARINHO, Josaphat. **Anísio Teixeira: o educador da cidadania**. Salvador: Edições Cidade da Bahia, 2001.

de transformá-la, em definitivo, na instituição básica do progresso humano, no mundo contemporâneo, estendendo os seus efeitos por todos os níveis de cultura' (Teixeira, 1969, p. 139).

Outra consideração necessária e importante para compreender a complexidade da temática é o surgimento das universidades, indicativo do aparecimento de uma instituição que retirava funções da Igreja e do Estado. Esse ponto provocaria tensão e seria objeto de disputa em torno do poder. Para Anísio, a universidade tem papel complexo. Na sociedade moderna, é uma das instituições características e indispensáveis à existência de um povo. Sem universidades, os povos ficam sem existência autônoma, vivem como reflexo de outros povos. Ele acreditava que, além de constituir um centro de construção e transmissão de conhecimentos, a universidade tem de ser, dada sua natureza, um espaço da crítica e da inquietação, do questionamento do saber em busca de novos saberes. Tem de ser uma instituição que põe os saberes à prova e se movimenta com a vida e o mundo. Assim, era grande a preocupação dele com as universidades. Não por acaso, dedicou vários estudos e publicações à problemática do ensino superior e à reforma universitária. (Souza, 2018, p. 145)

“A função da Universidade é uma função única e exclusiva” (Teixeira, 1938, p. 102). Não está apenas em disseminar conhecimentos. Pois os impressos também fazem isso, ou seja, os livros. Não se trata apenas de perdurar o conhecimento humano. Pois voltamos no mesmo fator anterior, o livro também faz isso, conserva boa parte das experiências humanas. “Não se trata, somente de preparar práticos ou profissionais, de ofício ou de artes. A aprendizagem direta os prepara” (Teixeira, 1938, p. 102). Nas palavras de Anísio Teixeira (1938) a Universidade tinha como uma das seguintes funções:

Trata-se de manter a atmosfera de saber pelo saber, para se preparar o homem o que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente. (Teixeira, 1938, p. 102)

Teixeira (1938) a universidade é um grande apanhado de indivíduos que sabem com o elo com dos que desejam aprender. Existe todo um ritual de iniciação. E esse ritual, como todos em seus prelúdios, se faz dentro de um ambiente propício que incentive a imaginação. “Cultivar a imaginação é cultivar a capacidade de dar sentido e significado as coisas. A vida humana não é transcorrer monótono de sua rotina quotidiana, a vida humana é [...] a sublime inquietação de conhecer e de realizar” (Teixeira, 1938 p. 102). E essas inquietações procuraram seu lar e o encontraram, que é o lugar que acolhe todo o anseio do saber e a vontade de

compreender e aplicar, e ir cada vez mais descobrindo e melhorando seus entendimentos, é a Universidade.

Anísio Teixeira, já em 1964, fez essa mesma colocação em um dos seus periódicos:

As Universidades têm uma longa história, durante a qual passaram por transformações e vicissitudes. Em substância, entretanto, são hoje quatro as suas funções fundamentais, que, nas universidades brasileiras, se cumprem de modo fragmentado, incerto e às vezes acidentado. Destas grandes funções, consideraremos primeiro a da formação profissional. As universidades, de modo geral, salvo algumas exceções, têm como objetivo preparar profissionais para as carreiras de base intelectual, científica e técnica. No Brasil foram predominantemente isto. Presentemente, as universidades alemãs, inglesas e americanas mantêm este objetivo e os demais. Na Rússia, as universidades cuidam sobretudo do preparo de quadros de cientistas e de especialistas, achando-se as escolas profissionais separadas da universidade. Não é fácil caracterizar a segunda grande função. Seria a do alargamento da mente humana, que o contacto com o saber e a sua busca produzem nos que frequentam a universidade. É algo mais do que cultura geral. É a iniciação do estudante na vida intelectual, o prolongamento de sua visão, o alargamento de sua imaginação, obtidos pela sua associação com a mais apaixonante atividade humana: a da busca do saber. Todas as universidades preenchem esta função e se fazem, assim, como que noviciados da cultura. A terceira função é a de desenvolver o saber humano. A universidade não só cultiva o saber e o transmite, como pesquisa, descobre e aumenta o conhecimento humano. Este objetivo não é o mesmo do preparo profissional, não é o mesmo daquele alargamento mental da inteligência do aluno. A universidade faz-se centro de elaboração do próprio saber, de busca desinteressada do conhecimento, de ciência fundamental básica. Por último, mas não menos importante, a universidade é a transmissora de uma cultura comum. Nisto é que a universidade brasileira mais falhou. Além de profissional, a universidade brasileira, relativamente desinteressada pelo Brasil, não logrou constituir-se a transmissora de uma cultura comum nacional. A universidade não é só a expressão do saber abstrato e sistematizado e como tal universalizado, mas a expressão concreta da cultura da sociedade em que estiver inserida. E é por isto que vemos a universidade germânica cultivar e transmitir a cultura germânica; a universidade inglesa transmitir a cultura inglesa; a universidade francesa transmitir a cultura francesa; a universidade americana transmitir a cultura americana. A universidade brasileira tem que ser a grande transmissora da cultura brasileira. Esta cultura brasileira, concebida como modo geral de vida de toda a sociedade, é algo que está em processo, que se vem elaborando e que a universidade irá procurar formular, definir, tornar consciente e, deste modo, nela integrar todo o povo brasileiro. A universidade será assim um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira.¹¹³

¹¹³ TEIXEIRA, Anísio. **Funções da universidade**. *Boletim Informativo CAPES*. Rio de Janeiro, n.135, fev. 1964. p.1-2.

Teixeira (1938) defendia, que as Universidade que o Brasil necessitava era as que preparassem o quadro intelectual do Brasil, que até então estava apenas direcionado a formação do auto-ditadismo. “Escolas de educação, [...] ciências, [...] filosofia e letras, [...] de economia e de direito, [...] de artes, com objetivos desinteressados da cultura não podem ser demais no país” (Teixeira, 1938, p. 103). As universidades buscavam os desenvolvimentos de seus mais variados aspectos, a fim de emanar cientificidade, letramento literário e pensamento filosófico no Brasil. Porém, não basta apenas anexar mais e mais conhecimentos para emanar tais objetivos, mas sim da profícua coordenação intelectual, que a academia iria/irá desenvolver. “A universidade nos vem dar disciplina, ordem, sentido comuns e capacidade de esforço em comum. Nenhum ideal menor pode bastar às Universidades para que possam realizar aventura intelectual de difundir [...] o saber” (Teixeira, 1938, p. 107). A universidade deve ser o abrigo da liberdade. O saber deve ser expandido.

Uma das contribuições de Anísio Teixeira, além dos artigos escritos, sobre Universidade é a criação da Universidade do Distrito Federal no ano de 1935. E, sem dúvidas, a universidade do Distrito Federal (UDF) foi uma das suas mais ousadas criações no sistema educacional brasileiro, a nível superior. Mesmo o país se encontrando em momentos conturbados, o educador baiano criou a UDF¹¹⁴. “A Universidade do Distrito Federal (UDF), como ápice de um sistema de ensino organicamente articulado”¹¹⁵.

A universidade foi inaugurada no dia 31 de julho de 1935, tendo os seguintes cursos: Escola de Educação, de Ciências, de Filosofia e Letras, de Economia e Direito e Artes.

Para Anísio Teixeira, a criação da Universidade do Distrito Federal se constituía no ponto culminante de sua administração de 1931 a 1935. É que as inquietações do pensador só encontrariam condições de segurança, nas mais altas indagações do espírito, no clima da universidade. (Geribello, 1977, p. 76)

Nunes (2011) relatou que a universidade iniciou suas atividades, com condições insalubres, precárias. “Utilizava o espaço físico de instituições diversas” (Nunes, 2011, p. 308). A reitoria teve breve funcionamento na Escola de Educação, e

¹¹⁴ TARGINO, Itapuan Bôto. **Anísio Teixeira: Educador do século XX**. Paraíba: Ideia, 2001.

¹¹⁵ MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A Formação dos Mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil**. In: Seminário "Um olhar sobre Anísio". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC/, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

serviu de local para realizar os certames de ingresso. A universidade expirava e inspirava cultura, e os alunos integrados em ampliar os mais diferentes saberes. “Alunos de pintura, [...] também frequentavam aula de filosofia, crítica literária, música e história geral da civilização” (Nunes, 2011, p. 308). A UDF sofreu inúmeras represarias, principalmente da ordem católica. E mais adiante do ministro Gustavo Capanema, que trabalhou para sua extinção. Alegando que era uma instituição fora do padrão federal, inconstitucional, e totalmente indisciplinada.

Aliás, a UDF esteve condicionada a formação do magistério, devido a determinadas orientações do governo federal, “apenas puderam funcionar em seu interior cursos que forneciam licença para o magistério das escolas secundárias” (Mendonça, 2002, p. 35). Mas a UDF não tinha só a intenção de formar apenas o magistério para os diferentes níveis de ensino. Pretendia ser o locus, “de aglutinação de mestres, que por sua vez, seriam capazes de construir uma ciência e uma cultura verdadeiramente brasileiras por meio [...] da socialização do seu saber” (Mendonça, 2002 p. 35).

Assim, que o autoritarismo foi se alastrando, indo contra ao verdadeiro ideal da Revolução de 30, Anísio Teixeira sofre críticas dentro da Secretária Municipal, visto como opositor do governo. Assim ocorre sua demissão. Que será brevemente pautada no próximo capítulo. Sua criação, a Universidade do antigo Distrito Federal, “uma instituição de serviço nacional, devotada a solução de problemas, à apreciação das conquistas realizadas e não já apenas a pesquisa pura ou básica, mas a pesquisa dirigida e aplicada para o desenvolvimento” (Teixeira, 1969 p. 227), foi fortemente criticada pelos sujeitos que comungavam com os feitos antidemocráticos que iam se disseminando na política brasileira.

3. OUTROS LUGARES ADMINISTRATIVOS.

Este capítulo retrata sobre a atuação de Anísio Teixeira, após a redemocratização até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases. A nomenclatura do texto aqui parte da demissão do educador baiano, seu isolamento da administração educacional e sua volta após o fim do Estado Novo. E sempre reforçando o postulado sobre democracia. Que defendia e executou na sua gestão no antigo Distrito Federal. “Discordando dos rumos autoritários que a política brasileira ia tomando, ele retirou-se para a vida privada trabalhando, inicialmente na tradução de obras” (Saviani, 2019, p. 220). Porém, logo essa sua atividade foi interrompida, de acordo com a política repressiva que se instalou na época, a atividade intelectual, ainda mais em defesa da democracia, era contrário ao viés do Estado Novo.

O ideal, a aspiração da democracia pressupõe um postulado fundamental ou básico, que liga indissolivelmente educação e democracia. Esse postulado é o de que todos os homens são suficientemente educáveis, para conduzir a vida em sociedade, de forma que cada um e todos dela partilharem como iguais, a despeito das diferenças das respectivas histórias pessoas e das diferenças propriamente individuais. Tal postulado foi e é, antes de tudo, uma afirmação política. Não foi, de princípio, e não será ainda, talvez, uma afirmação científica... Funda-se na observação comum, esta, confirmada pela ciência, de que o homem é um animal extremamente educável, quiçá o mais educável ou o único verdadeiramente educável para justificar a sua aspiração de organizar a vida de modo a todos poderem dela participar, como indivíduos autônomos e iguais. A democracia é, pois, um programa evolutivo de vida humana [...] começou a ser tentado e, de algum modo, desenvolvido; mas está longe de ter completa consagração. Muito pelo contrário, ainda não conseguiu de todo vencer esquecer a fase controversa e negação, porque passa toda grande transformação histórica. (Teixeira, 1969, p. 205-206)

O educador baiano destacou isso a fim de não criar ilusões, sobre a dificuldade de se consagrar o postulado democrático que tem sua ligação com a educação. “A educação nas democracias, a educação intencional e organizada, não é apenas umas das necessidades desse tipo de vida social, mas a condição mesma de sua realização” (Teixeira, 1969, p. 206). As ideias revolucionárias de Anísio Teixeira, foram vistas de maneira bastante errôneas, diante de um país de uma cultura, mentalidade colonial, onde a Igreja ainda queria ser protagonistas nas decisões. Sofreu opressão dentro da esfera política, Anísio pediu demissão do seu cargo, após a Intentona Revolucionária. Essa revolução tinha o objetivo de destituir o governo Vargas. Anísio escreve uma carta ao prefeito reiterando sua demissão, e expondo os motivos de não permanecer no cargo. Esta carta se encontra no seu

livro que escreveu em 1938, onde retrata toda a sua gestão no Rio de Janeiro no período de 1931 a 1935.

É imprescindível destacar, que com a constituição de 1934, o plano educacional inserido nesta carta magna, adotava boa parte da política do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Colocando a União como orientadora das diretrizes e bases educacionais. A educação como direito universal, de todos. Sendo responsabilidade da família e do Estado. A elaboração de planos educacionais, abrangendo todos os níveis de ensino. Fiscalização periódica dos estabelecimentos educacionais. Erradicar as deficiências das redes estaduais de ensino. A obrigatoriedade do ensino primário, de turno integral, e assiduidade obrigatória. E o pós-ensino deste nível também deveria ser ofertado de forma gratuita. Os estabelecimentos de ensino privados são reconhecidos pela união, suas aulas deveriam ser ministradas através da língua nativa, portuguesa brasileira. A União e os Estados tinham o dever manter a estrutura e funcionamento de institutos educacionais nas mais diversas localidades. Surge a partir também da Constituição o Conselho Nacional da Educação, e seu plano educacional deveria ser autorizado pelo legislativo. O ensino religioso é facultativo. O dever da aplicação de recursos pela União e Municípios para educação, obedecendo a porcentagem estipulada, e nunca inferior a esta. Criação de um fundo para ajuda de custo de discentes em situação de vulnerabilidade.

Os rumos depois que o governo federal havia traçado foram contra a liberdade humana, onde se instalou uma política de coerção. “Era mais um testemunho da orientação democrática que Anísio imprimia a toda a sua obra educacional [...] adverso aos movimentos de violência e apaixonado apologista da verdadeira democracia” (Geribello, 1977, p. 79). Anísio não postulava suas ideias em consonância com a violência. Seu intento foi uma revolução educacional, democrática e laica¹¹⁶. O educador baiano foi contrário a tudo que era obtido pela coerção, abominava a opressão.

¹¹⁶ O processo de ruptura com o ensino religioso e a guinada em defesa do ensino público surgiu, tanto em Fernando de Azevedo quanto em Anísio Teixeira, no mesmo período. No primeiro começou a se manifestar à época da elaboração do inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo (1926), quando iniciou a campanha de criação de universidades. No segundo, o afastamento dos ideais educacionais tradicionais ocorreu quando viajou aos Estados Unidos e entrou em contato com as ideias de John Dewey. (COUTO, Diana P. et. al., 1995 p. 448)

A demissão de Anísio ocorre de 1935, ano que já começa uma grande tensão política no Estado brasileiro, que vai dar alicerce para o golpe de Estado no ano de 1937, onde foi instituído, de forma coercitiva, o Estado Novo. O objetivo desse estado de cunho coercitivo, foi destacado por alguns teóricos, como perigo comunista, e com receio que o comunismo se instalasse no território brasileiro, com ajuda dos militares, Vargas fecha a assembleia legislativa e decreta o Estado Novo. E teve o início Do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que tinha o objetivo de intervir nas mais variadas manifestações culturais.

O Brasil com a Revolução de 1930 emanava uma fluidez política de viés democrático. Porém, não foi isso que aconteceu. Depois de outorgada a constituição de 1934, em 1937 situa-se o Estado Novo. “Concorreram para o desfecho grupos situados no interior do governo, em especial no Exército, as vacilações dos liberais e a irresponsabilidade da esquerda” (Fausto, 2019, p. 301).

Fausto (2019) quando abordou esse período, fez um panorama de forma global, mostrando que em outras partes territoriais também estavam adotando modelos governamentais autoritários.

A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos e ideias totalitários e autoritários começaram a ganhar força na Europa. Em 1922, Mussolini assumiu o poder na Itália; Stálin foi construindo seu poder absoluto na União Soviética; o nazismo se tornou vitorioso na Alemanha, em 1933. A crise mundial concorreu também para desprestígio da democracia liberal. Esse regime estava associado no plano econômico do capitalismo. O capitalismo que prometera igualdade de oportunidades e abundância caíra em um buraco negro, do qual parecia incapaz de livrar-se. Em vez de uma vida melhor, trouxera empobrecimento, desemprego, desesperança. Os ideólogos autoritários ou totalitários consideravam a democracia liberal, com seus partidos e suas lutas políticas aparentemente inúteis, um regime incapaz de encontrar soluções para a crise. A época do capitalismo e da liberal-democracia parecia pertencer ao passado. (Fausto, 2019, p. 301)

Antes de se consolidar o Estado Novo, Getúlio Vargas decreta estado de sítio, algo amparado pela constituição, que dá mais autonomia e poder ao executivo, porém deve ser usado em casos de calamidades. E a calamidade que o governo provisório usa como justificativa era um atentado dos comunistas ao Estado brasileiro. A era Vargas é um período de ambiguidades, como muitos autores descreveram, pois muitos tinham Getúlio como uma figura carismática¹¹⁷, porém ele

¹¹⁷ GIORA, Regina Celia Faria Amaro. **Alguns aspectos da liderança carismática de Getúlio Vargas**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

derrubou a assembleia legislativa, incitou a violência e outras torturas durante seus longos 15 anos de governo¹¹⁸.

O Estado brasileiro foi todo reestruturado a partir do golpe, houve restrições nas liberdades individuais, o Ministério do Trabalho ficava com controle sobre os sindicatos. O Executivo abocanhava o poder judiciário. O governo operou como intervencionista forte na economia. Para isso foi criado o Conselho de Economia Nacional. O setor industrial, que continuava sendo promessa de fomento pela ditadura Vargas, incentivou a infraestrutura, como a criação Siderúrgica Nacional e Companhia do Vale do Rio Doce. “Altas aspirações e promessas, mas velocidade incerta” (Teixeira, 1969, p. 198). Depois concentrou forças na extração de minérios, que engordava a o ramo industrial bélico internacional. Outros feitos, foram a fábrica de motores e a hidrelétrica do Vale de São Francisco¹¹⁹.

A situação de que se encontra o Brasil faz com que o seu desenvolvimento esteja sob a influência de forças, que não são as mais aptas para a sua integração na civilização tecnológica e industrial de amanhã. A própria nascente classe média, cuja doutrina do [...] pluralismo econômico, político e social poderia servir de lastro ideológico ao movimento, não tem conseguido exercer influência que se possa considerar importante. Mais fortes, no comando do Brasil, são as forças autoritárias ou as forças desaparelhadas de doutrina do nacionalismo. Antes que se estabeleça um ambiente de maior nitidez e clareza política e melhor definição da doutrina democrático-liberal, pouco se poderá fazer pela educação nacional. (Teixeira, 1969 p. 203)

Foi um período transitório bastante longo, pois ainda se mantinha forte as bases da agroexportação. Mas houve iniciativas para os processos de urbanização e industrialização no país. Essas mudanças ecoam até hoje, com grandes mudanças, como é o caso das leis trabalhistas, carteira de trabalho. Os movimentos sociais do proletariado foram sendo silenciados com as leis trabalhistas, que foram criadas com este objetivo. Porém foi um período de forte repressão¹²⁰.

O levante comunista derrotado, além de reforçar o anticomunismo das elites civis e militares brasileiras, serviu para consolidar o poder pessoal de Getúlio Vargas no comando do Estado Brasileiro. Até os integralistas, que não tinham simpatia política pelo presidente, tiveram que se subordinar, momentaneamente, à sua autoridade e liderança na luta contra o inimigo comum de ambos, os comunistas. Os grupos liberais, sempre assustados

¹¹⁸ CAPELATO, M. H. R. **Estado Novo: Novas Histórias**. In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**/ (Org.) FREITAS, Marcos Cezar de. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

¹¹⁹ REIS, Carolina Cairota Gomes dos. **Autoritarismo, Cultura e Intelectuais no Estado Novo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 03, pp. 05-11. julho de 2019.

¹²⁰ CAPELATO, M. H. R. **Estado Novo: o que trouxe de novo?** In FERREIRA, J. & DELGADO, L.A.N. **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo** – Livro 2, Ed. Civilização Brasileira, pp. 109-143, 2003.

com qualquer desordem social que pudesse ameaçar suas propriedades, privilégios sociais e valores morais, apoiaram a repressão aos comunistas. Dentro do alto escalão do governo, a ameaça comunista serviu para justificar a opção daqueles que defendiam uma ordem autoritária escancarada, sobretudo oficiais militares de alta patente e alguns ministros. As poucas vozes liberais dentro do governo foram sendo marginalizadas politicamente. Entretanto, oficialmente, o governo Vargas prometia manter as eleições presidenciais em 1938 e fazer o país voltar a normalidade constitucional. Porém, a opção por promover um golpe de Estado realizado não para derrubar o presidente Vargas, mas para reforçá-lo dentro de uma nova ordem autoritária plena. (Napolitano, 2021, p. 110)

Foi nesse contexto histórico repressivo que Anísio Teixeira permaneceu afastado, exercendo outras atividades, porém não deixava de opinar sobre as questões políticas, sociais e educacionais do país. “Ocupou-se em atividades comerciais com o mesmo fervor e dedicação com que dirigira serviços de ensino” (Lima, 1978m, p. 142). Fez também traduções de livros. “Traduziu para várias editoras os autores Wells, Adler, Dewey” (Geribello, 1977, p. 30).

Umas das preocupações de Anísio Teixeira sempre foi em relação a tardia industrialização do Brasil. No que se configura a Proclamação da República até o golpe do Estado, a industrialização não tinha um forte amparo do Estado, devido a política das oligarquias. Não existia uma política contundente em relação ao setor industrial. A indústria só foi ter a devida atenção no governo Vargas, foi nesse período que começou a emergir transformações, principalmente na questão estatal.

Um país subdesenvolvido somente ingressa na era da civilização industrial quando alcança a autonomia política e econômica. E a autonomia somente ocorre mediante a ruptura político-econômica com a sociedade tradicional e com o sistema internacional dominante. Às vezes essa ruptura é total, como no caso da Rússia, em 1917, da China, em 1949, e de Cuba, em 1959. Outras vezes ela é parcial, como no caso dos Estados Unidos da América do Norte, em 1779; do Japão, com a Restauração Meiji, em 1868; da Alemanha, com Bismarck, em 1862; do Brasil, com Vargas, em 1930; da Índia, com Gandhi, em 1947; do Egito, com Nasser, em 1952. Pode ser paulatina ou drástica, predominantemente política ou ao mesmo tempo política e econômica. (Ianni, 1968, p. 7)

Ianni (1968) fez uma declaração sobre a questão da industrialização citando outras nações, mostrou que seu impulso e seu estado de atraso, ou parado, depende das questões políticas que estão assentadas na sua conjuntura. Aqui no Brasil a política agroexportadora foi uma das causas para o nosso atraso na indústria. Ainda se sofria com a herança colonial e do império. A política oligárquica perdurou durante os três primeiros decênios de República, ocasionando assim um atraso a questão industrial do país.

Ianni (1968) pontuou a forma que se dá essa ruptura, e elas se fizeram presentes dentro do contexto econômico brasileiro.

Em suma, a ruptura que propicia o progresso pode ser de dois tipos. Ela é revolucionária, ou total, quando altera os fundamentos estruturais da sociedade. Sempre implica na ascensão de uma nova classe ao poder, realizando e simbolizando o rompimento drástico dos vínculos externos e com a sociedade tradicional. A ruptura reformista, por outro lado, ocorre quando se alteram somente certos quadros institucionais, sem qualquer modificação estrutural básica. Implica na ascensão de outras facções da classe dominante ao poder, verificando-se a recomposição das forças políticas e econômicas. O golpe de estado, na grande maioria dos casos, é uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas. Por isso, envolve a restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas. Isto é, o golpe de estado sempre inaugura um estilo de poder autoritário e implica na cristalização da estrutura de apropriação. O desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, simbolizado na industrialização acelerada, foi o resultado de uma sequência de rompimentos políticos e econômicos internos e externos. Grosso modo, ocorreram entre a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de Estado de 1964. A democratização das relações políticas e sociais, a expansão do sistema educacional, a conquista de direitos políticos e benefícios sociais, por parte das classes média e operária, inclusive em certas regiões agrícolas, além de outras transformações institucionais importantes, foram a consequência e o componente da ruptura político-econômica ocorrida nessa época. Os acontecimentos que assinalam etapas e desdobramentos da ruptura das estruturas político-econômicas são: as crises da cafeicultura; a politização dos setores jovens das forças armadas em direção diferente da tradicional; o aparecimento de reivindicações de operários e setores sociais médios; o agravamento dos antagonismos nas camadas dominantes; a Guerra Mundial de 1914-18; a crise do capitalismo mundial iniciada com o crack de 1929; a Guerra Mundial de 1939-45. (Ianni, 1968 p. 8-9)

É fácil a análise sobre a conjuntura favorável que favoreceu a industrialização, desde a Primeira Guerra Mundial até a Segunda Guerra, no contexto brasileiro. A indústria se associou a política do café, e não de forma antagonista. Até porque o acúmulo de capital para fortalecer a indústria era proveniente do setor agrícola, e mesmo tendo um caráter antagônico com a política agrária, Vargas não fez nenhuma alteração na política rural. “[...] Características do Estado Novo, combinados [...] aspectos progressistas, [...] o impulso a industrialização, e conservadores, [...] técnicas de propaganda e coerção [...] integrou elementos [...] típicos, [...] comuns na evolução de países subdesenvolvidos” (Sola, 1990, p. 282). A forma governamental de coerção, que emergiu a partir de movimentos democráticos, se estruturou no seu decorrer um instrumento para acumular capital. Que foi em prol da classe média industrial, principiante e fraca. E essa fraqueza é “definida [...] pelo fato de se ver [...] a jogar, em suas lutas para romper o Pacto Colonial, com a colaboração de forças contraditórias: aquelas tradicionalmente ligadas ao

imperialismo [...], mas ainda capitalismo [...]e as massas” (SOLA, 1990, p. 283). A industrialização é feita por processos, um apanhado de mudanças, com uma direção e continuidade. “Seu sentido é dado pela transformação global de um sistema econômico-social de base não-industrial (no caso brasileiro: de base agrária-exportadora)” (Cohn, 1990, p. 283).

Dentro dessas contradições, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, crises internas, a vitória dos Aliados, as agitações pela redemocratização, os grupos políticos (partidos) e o queremismo, acontece o fim do Estado Novo. E o processo de redemocratização.

Se não foi decisiva para o desfecho da Segunda Guerra Mundial, a entrada do Brasil no conflito abalou a política interna. Os opositores liberais de Vargas e do Estado Novo se aproveitaram para apontar uma contradição fundamental do regime: qual a coerência ideológica de um governo que dominava um país de maneira ditatorial e ao mesmo tempo lutava ao lado das democracias liberais contra o nazifascismo na Segunda Guerra? Dentro do governo, a opção pelo lado Aliado marcou o afastamento de quadros importantes, identificados com o partido germanófilo (que defendia aliança com os alemães), como Francisco Campos, Lourival Fontes e Filinto Muller. Paradoxalmente, os comunistas, cassados e impiedosamente por Vargas e sua polícia desde o levante de 1935, passaram a apoiar o governo, em nome da união nacional contra o nazifascismo, considerado a maior ameaça ao socialismo da União Soviética, a pátria dos trabalhadores. Na visão do PCB, para vencer a Alemanha nazista qualquer aliança era válida. A aproximação do desfecho da guerra sinalizou para os Estados Unidos que o governo Vargas não era mais um aliado preferencial, pois o discurso nacionalista do Estado Novo para economia do país não se enquadrava no projeto de reorganização da economia mundial, baseada no livre-comércio e circulação de bens e capitais sem controle estatal, defendida pelos Estados Unidos. Para os trabalhadores brasileiros, a guerra causou muitos problemas. Além de serem recrutados para lutar na Europa, em 1942, a disciplina das fábricas ficou muito parecida à dos quartéis; férias e faltas foram proibidas e a jornada de trabalho foi aumentada para dez horas. Para os trabalhadores rurais que se transformaram nos soldados de borracha enviados aos confins da Amazônia, muitas vezes fugidos das implacáveis secas do sertão nordestino, as promessas de condições dignas de vida e moradia decente não se materializaram. Com o fim da guerra, acabaram abandonados a sua própria sorte. Por volta de 1943, Vargas estava começando a ser criticado por setores civis e militares que defendiam a realização de eleições e a volta aos marcos constitucionais liberais. Para contrabalançar a perda de influência junto às elites, Vargas buscava apoio no operariado urbano, grupo fundamental em futuras eleições. Mas essa manobra seria o começo do fim do Estado Novo. (Napolitano, 2021, p. 133-134)

O fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo são ratificados no ano de 1945. E com o findar da batalha bélica, surge a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e o nosso educador baiano é convidado para ser um dos membros dessa organização. “Dirigida por Julian Huxley. [...]O cientista e filósofo convidou diretamente Anísio [...]para Conselheiro de

Educação Superior no organismo internacional que acabara de ser criado” (Geribello, 1977, p. 31). E assim foi o retorno de Anísio Teixeira no cenário político e educacional, de maneira global e nacional, no ano de 1946.

Freitag (1980) descreveu que esse período no Brasil, com a sua redemocratização, gira em torno da luta da Lei de Diretrizes e Bases e com a Campanha pela Escola Pública. Pois com a constituição de 1946, foi defendida a necessidade de elaborar novas atualizações para leis do ensino brasileiro. Para que fossem excluídas as leis do Estado Novas, consideradas arcaicas. O texto da LDB só será promulgado em 1961, e Anísio Teixeira junto com outros personagens do campo político e educacional fazem considerações em torno da Lei de Diretrizes e Bases que está no seu período gestacional, e muito demorado. Pois o projeto durante seu percurso é posto de lado, engavetado.

O retorno à normalidade democrática consubstanciou-se na adoção de uma nova Constituição, caracterizada pelo espírito liberal e democrático de seus enunciados [...] que trata dos direitos e garantias individuais. [...] Com toda essa abertura democrática e liberal, a Constituição de 1946 estabelecia que à união cabia legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. E foi com esse espírito que ela propôs ainda os requisitos mínimos para que essas diretrizes e bases fossem estipuladas, consagrando todo capítulo [...] à educação e à cultura. [...] Distancia-se, portanto, a Constituição de 1946 da de 1937, com o fazer significativa concessão a iniciativa privada, quanto a liberdade de ensino [...] praticamente isentava os poderes públicos do dever de proporcionar e garantir a educação. Aliás, o direito à educação não estava mencionado na Constituição de 1937 até então vigente. [...] a constituição de 1946, nesse sentido, se aproximara muito da de 1934 inspirada nos princípios proclamados pelos pioneiros [...] outro cuidado presente nessa constituição e ausente na de 1937 é a previsão dos recursos mínimos destinados à educação, a fim de que o direito instituído fosse realmente assegurado. (Romanelli, 2014, p. 175-176)

Pode se notar, como Anísio Teixeira descreveu em sobre o financiamento da educação, “a democracia brasileira, pela constituição de 1946, não se revelou desatenta [...] estabelecendo um regime de porcentagens tributárias [...] financiar o sistema público de educação nacional” (Teixeira, 1953, p. 169). A carta magna de 1946, a Constituição, foi inspirada a partir de uma ideologia liberal-democrática. O liberalismo contido nela, nada havia ver com “filosofia liberal inspiradora da política econômica europeia dos séculos XVIII e XIX” (Romanelli, 2014, p. 176). Seus princípios foram assentados nos direitos e garantias intrasferíveis, não podiam ser deturpados e vendidos. Foram muito bem embasados de acordo com as manifestações democráticas emergidas no século XX. A Constituição de 1946 “se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites,

no antigo regime” (Romanelli, 2014, p. 176). É com essa carta, liberal e democrática, que o Ministro da Educação desta época, Clemente Mariani, organizou uma comissão de vários educadores, com o objetivo de propor uma Lei de Diretrizes e Bases para Educação. O projeto vai para Câmara, “um dos períodos mais fecundos da luta ideológica em torno dos problemas da educação, luta iniciada no final da década de 1920” (Romanelli, 2014, p. 177).

Nenhum outro dever é maior do que o da reconstrução educacional e nenhuma necessidade é mais urgente do que traçar os rumos da reconstrução e a de estudar os meios de promovê-la, com a segurança indispensável para que a escola brasileira atinja seus objetivos. [...]A organização dessa liberdade de progredir é um dos aspectos da solução legal do problema de educação. A lei deve estabelecer as condições e os mecanismos pelos quais se irá promover o progresso escolar, isto é, prover a administração e direção da educação de órgãos capazes de elaborar as soluções ou de promover o aparecimento dessas soluções e de acompanhar-lhes a execução, verificar-lhes a eficácia e aprová-las ou modificá-las. (Teixeira, 1953, p. 132-133)

Essas mudanças ocorreram na década de 1946, intitulada por Viana Filho (1990) como “Roda da Fortuna” para Anísio Teixeira. Redemocratização do Estado, novas diretrizes para educação, obedecendo os princípios da liberal democracia, convite para UNESCO e ainda o seu retorno ao sistema educacional da Bahia. É diante do governo de Otávio Mangabeira, “considerado um dos mais ilustres políticos baianos, subia ao governo de seu Estado cercado de prestígio e de crédito de confiança como poucos” (Geribello, 1977, p. 32). Surge então, pela segunda vez, administração educacional de Anísio na Bahia e o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a Escola Parque. “Dezoito anos decorridos desde seu afastamento dos serviços educacionais cariocas, voltava, pela segunda vez, a dirigir a instrução da sua terra, onde iniciara a carreira de educador” (Lima, 1976, p. 143)

Anísio Teixeira ao iniciar sua segunda administração educacional na Bahia, deparou-se com a mesma situação que encontrara na sua primeira gestão. Deplorável era seu estado. “A educação descera a níveis tão baixos, que o Estado passou a figurar, em 1946, no penúltimo lugar entre todos [...] média de 33 alunos por mil habitantes. [...] o déficit de matrícula [...] alcançara [...]73%” (Lima, 1976, p. 143). Não era uma questão apenas quantitativa, a qualitativa também não ficava de fora da deficiência do sistema educacional. No prelúdio de sua segunda administração, o educador baiano travou uma luta, da nova Constituição, na legislação do Estado da Bahia, para ter um capítulo inteiro para Educação e Cultura.

Teixeira (1968) no livro Educação é um Direito, onde relatou e justificou sua segunda administração¹²¹ educacional, expôs o capítulo da Educação e Cultura, da Constituição baiana de 1947, em contraste com seu anteprojeto a fim de reorganizar o sistema educacional da época. “Todo anteprojeto é uma afirmação da confiança que o Estado, em pleno desenvolvimento democrático, deposita na instituição que, [...] arma o povo para a conquista da igualdade fundamental, [...]a escola” (Teixeira, 1968, p. 105). A educação tem como objetivo munir o povo para sua luta diária, em virtude das complexidades de suas vidas. O educador mostra a ruptura com o sistema jesuítico que tentou se manter vivo e dominante¹²².

Em toda a cidade de Salvador o governo mantinha, apenas, dois estabelecimentos de ensino médio, o Instituto Normal e o Colégio Estadual da Bahia. Sem lei para decidir a criação de novos ginásios, Anísio Teixeira instalou nos bairros da Liberdade, Nazaré e Itapajipe três extensões do Colégio da Bahia, levando assim o ensino médio a zonas com alta demanda; instalou curso colegial no Instituto Normal; reaparelhou os gabinetes de Biologia, Química e Física do Colégio da Bahia onde fez construir um grande pavilhão, com moderníssimas instalações, anfiteatro etc., só para o ensino de Química. No interior, Anísio Teixeira fez funcionar cursos ginasiais nas escolas normais de Feira e Caetité; mediante vultosa subvenção levou a prefeitura de Ilhéus a instalar curso colegial no ginásio municipal; permitiu que a Cooperativa Ginásio de Cachoeira utilizasse Escola Industrial para ali fazer funcionar o curso ginasial (Oliveira, 2002, p. 79)

Segundo Teixeira (1968), recentemente, o Brasil havia saído de uma crise, a ditadura, e o momento ansiava por reestruturações e decisões enfáticas para reorganização do sistema escolar. “É tempo que alarguemos a nossa visão do problema educacional e projetemos algo de simples e ao mesmo tempo vigoroso, lançando as bases de uma escola brasileira” (Teixeira, 1968, p. 78). E essa escola

¹²¹ Os escritos de Anísio Teixeira sobre administração escolar resultam de suas experiências como administrador em órgãos da educação, em especial do período em que empreendeu reformas no sistema de ensino do Distrito Federal, enquanto Secretário da Educação. Anísio não chegou a escrever uma obra inteira sobre este assunto. Seus escritos sobre o tema encontram-se em periódicos e capítulos de seus livros. Teixeira parte do mesmo reconhecimento dos demais autores quanto às necessárias mudanças na estrutura escolar: as transformações operadas no âmbito da sociedade colocaram a escola no âmbito das necessidades sociais e individuais. O que era antes destinado a uma elite minoritária agora deveria estender-se para todos, ressaltando que não se trata apenas de escolas para todos. (DABRACH, Neila P.; MOUSQUER, M. E. D., 2009, p. 270)

¹²² Esse trecho vai servir de apoio para a finalização do prelúdio deste capítulo, porém convém colocá-lo aqui na sua íntegra: “De 1947 a 1951 Anísio Teixeira, voltando a administrar a educação no Estado da Bahia, procurou, de logo, reestruturar os serviços educacionais baianos para então instalar toda a dinâmica necessária a um satisfatório desenvolvimento educacional que o Estado estava, muito, a exigir. Em outro de 1947 [...] encaminhava a Assembleia Legislativa o projeto de Lei Orgânica que deveria dirigir o funcionamento do sistema educacional baiano. Não logrando aprovação do projeto, seguiu como pode dentro da arcaica estrutura da Secretaria (que era também de Saúde), pelos meios e modos que facilitassem atingir os objetivos visados. Mesmo assim foi marcante a segunda administração de Anísio Teixeira” (Oliveira, 2002, p. 79).

deveria gozar da experimentação mais vigorosa da sua própria cultura. Estabelecendo acesso gratuito em todos os níveis e dominada pela sociedade cultura brasileira, oriundas da cultura europeia.

Anísio Teixeira promoveu relatórios administrativos para apontar as mazelas do sistema educacional baiano. E tinha como objetivos: a) um diagnóstico das deficiências de recursos humanos e materiais e b) formular procedimentos, diretrizes e que se convertem-se em ação. Os relatórios iriam mostrar o déficit de matrículas e o número de prédios escolares de cada município. E defendendo a construção de outras, novas, unidades, com o objetivo de expandir e atender o número máximo de alunos. “O tempo fizera sempre mais fundas convicções de Anísio sobre o problema educacional, que considerava, acima de tudo, uma decisão política, devendo o Estado assegurar educação a todos, pois somente assim surgiria democracia” (Viana Filho, 1990, p. 115). Como o educador mesmo defendia: “democracia, é, assim, o regime em que a educação é o supremo dever, a suprema função do Estado” (Teixeira, 1968, p. 89)

“A expansão quantitativa e qualitativa da escola primária, que sempre constituiu a constante do pensamento educacional de Anísio Teixeira, foi notável” (GERIBELLO, 1977 p. 86). E isso é muito bem comprovado por relatórios e por bancos de dados informatizados atualmente. As matrículas aumentaram durante a gestão anisiana, prédios foram multiplicados e a formação docente teve grande destaque. Anísio Teixeira preserva a ideia de uma escola integral, tipo a plantoon, que havia visitado durante sua primeira visita ao Estados Unidos. Uma escola dinâmica, longe da estrutura antiga da escola tradicional.

Além das reformas em questão de estrutura e funcionamento do ensino básico, Anísio Teixeira criou a Fundação Baiana de Ciência. Mesmo o ensino superior ser de competência federal, porém o educador baiano foi ousado na sua criação, que compreendia três grandes áreas: Ciências Físicas, Biológicas e Sociais. Que coordenava assuntos referente a pesquisa, ensino, formação do magistério e experimentação.

Ao findar o governo de Mangabeira, “Anísio Teixeira pensou em retomar aos negócios particulares” (Geribello, 1977, p. 32), E esse ano marcava o retorno de Getúlio Vargas a presidência da República, escolhido através do sufrágio universal. Ernesto Simões Filho foi nomeado para chefiar a pasta do Ministério da Educação, o

então ministro, de origem baiana, resolve convidar Anísio Teixeira para ser diretor do Departamento Nacional de Educação. Em primeiro momento Anísio recusa a oferta, pois como o Ministério mantinha uma política centralizadora, não havia sentido em tal departamento. Porém, Ernesto Filho não desiste, diante desses imbróglis, surge a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que atualmente não adere mais a palavra CAMPANHA e sim a COORDENAÇÃO, “recorre novamente ao educador baiano que desta vez aceita o convite” (Geribello, 1977, p. 33).

O educador baiano se torna secretário geral da CAPES, desde a sua criação até o golpe militar de 1964. Ao assumir seu novo posto no governo federal, o educador baiano começou, de forma bastante veloz, a recrutar recursos humanos, organizar os serviços administrativos e fundamentar os documentos para a estrutura e funcionamento da CAPES. Porém junto CAPES, Anísio teve que assumir também o INEP, em virtude do falecimento do diretor que ocupava a pasta, sendo diretor também. “Por ser um órgão de estudos, interessa-se o educador baiano, aceitando a direção do INEP” (Geribello, 1977, p. 33).

Será exposto de forma sucinta, nos próximos subtítulos, as realizações de Anísio Teixeira, que já forma mencionadas brevemente, sobre seus novos feitos ao retornar para a administração educacional brasileira. “De 1947 a 1951 Anísio [...] procurou [...]reestruturar os serviços educacionais baianos para então instalar toda a dinâmica necessária a um satisfatório desenvolvimento educacional” (Oliveira, 2002, p. 79). Pois o sistema educacional baiano da época estava muito a exigir uma reformulação das diretrizes e expansão de prédios escolares.

3.1. A Escola Parque

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro, foi um dos empreendimentos mais caros da década de 1950, e para finalizar todo ele levou uma década. “Não se pode fazer educação barata. [...]Se é a nossa defesa que estamos construindo, seu preço nunca será demasiado caro, pois não há preço para sobrevivência” (Teixeira, 1967, p. 142). O educador baiano proferiu essa afirmativa diante da inauguração da Escola Parque, que não realidade, este nome faz parte de um dos pavilhões do Centro Educacional. Mas no decorrer dos anos começaram a se referir ao todo dele como

Escola Parque. Um centro de educação popular. “Plano ambicioso e jamais realizado. [...] Buscava-se resgatar a escola primária da simplificação que ameaçara destruí-la” (Viana Filho, 1990 p. 121-122).

Fixada, assim, a população escolar a ser atendida em cada centro, localizamos quatro pavilhões, como este, para as escolas que chamamos de escolas-classe, isto é, escolas de ensino de letras e ciências, e um conjunto de edifícios centrais que designamos escola-parque, onde se distribuiriam as outras funções do centro, isto é, as atividades sociais e artísticas, as atividades de trabalho e as atividades de educação física. [...] É uma escola parcial e para funcionar em turnos. Mas virá integrá-la a escola-parque. A criança fará um turno na escola-classe e um segundo turno na escola-parque. Nesta escola, além de locais para funções específicas, temos mais a biblioteca infantil, os dormitórios [...] e os serviços gerais de alimentação. Além da reforma da escola, temos o acréscimo deste serviço de assistência, que se impõe, dadas as condições sociais. A criança, pois terá um regime de semi-internato, recebendo educação e assistência alimentar. [...] Mais o internato. Serão as crianças chamadas propriamente de abandonadas, sem pai nem mãe, que passarão a ser não as hóspedes infelizes de tristes orfanatos, mas as residentes da escola-parque. (Teixeira, 1967, p. 145)

Surgira a ideia do Centro ao cuidar-se do problema da infância abandonada. [...] No mínimo as crianças brasileiras que logram a frequentar escolas estão abandonadas em metade do dia” (Viana Filho, 1990, p. 122). E dentro do período que não está na escola, é o suficiente para desfazer todo o trabalho educacional realizado durante seu turno, seja matutino ou vespertino. Este centro educacional entra em consonância com as diretrizes que Anísio Teixeira defendia para recuperação democrática educacional, após o Estado Novo. E a mais importante de todas era o fortalecimento da universalização educacional, oportunidades para todos. E ao ajustamento das escolas com o contexto do local onde estava situada. “Sendo de esperar que se transformasse em motivo de emulação e orgulho das comunidades a que servem e que, em seu turno, lhes dariam apoio estimulante” (Teixeira, 1967, p. 75). E respeitando as individualidades de cada indivíduo, a outra diretriz para recuperação democrática era “a flexibilidade necessariamente impressa ao processo educativo melhor o aparelharia para atender às diferenças individuais, inclusive quanto à marcha da aprendizagem dos alunos” (Teixeira, 1967, p. 76).

Essas diretrizes, que deveriam ser tomadas como ação, e não apenas ficar em debates, e junto com outras que poderiam surgir para agregar para a reconstrução educacional, “se destinariam a aumentar e até fortalecer mais ainda [...] o ímpeto [...] da expansão escolar” (Teixeira, 1967, p. 76). O educador baiano ainda acrescenta:

A sua distribuição inteligente iria, de qualquer modo, permitir o crescimento gradual dos sistemas escolares, transformados nos serviços maiores das comunidades, contando com o concurso de forças locais, forças estaduais e forças federais para o seu constante desenvolvimento. (Teixeira, 1967, p. 77)

“A dificuldade suprema é de a de criar um interesse comum pela renovação ou antes a reordenação das atividades educacionais que se dispersara e se confundiram, perdendo toda consistência e solidez” (Viana Filho, 1990, p. 120). A escola proposta e edificada por Anísio Teixeira, tinha como direcionamento criar hábitos laborais, a interação social entre diferentes grupos, instigar o pensamento intelectual, conscientizar, e não podia ficar limitada apenas a metade de um dia. Deveria ser de turno integral¹²³ tanto para ambos sujeitos que a compões, educadores e educandos. A escola parque foi a consolidação de muitas ideias defendidas por Anísio Teixeira. “Era um ensaio de mudanças sociais” (Viana Filho, 1990, p 123). Principalmente porque a construção deste centro foi “no coração das zonas mais pobres da cidade, até a admissão de 200 alunos internos, absolutamente carentes, [...] tudo visava uma transformação social” (Viana Filho, 1990, p. 123).

A imagem a seguir é um dos registros da Escola Parque onde tem como destaque o governador Mangabeira e o educador Anísio Teixeira:



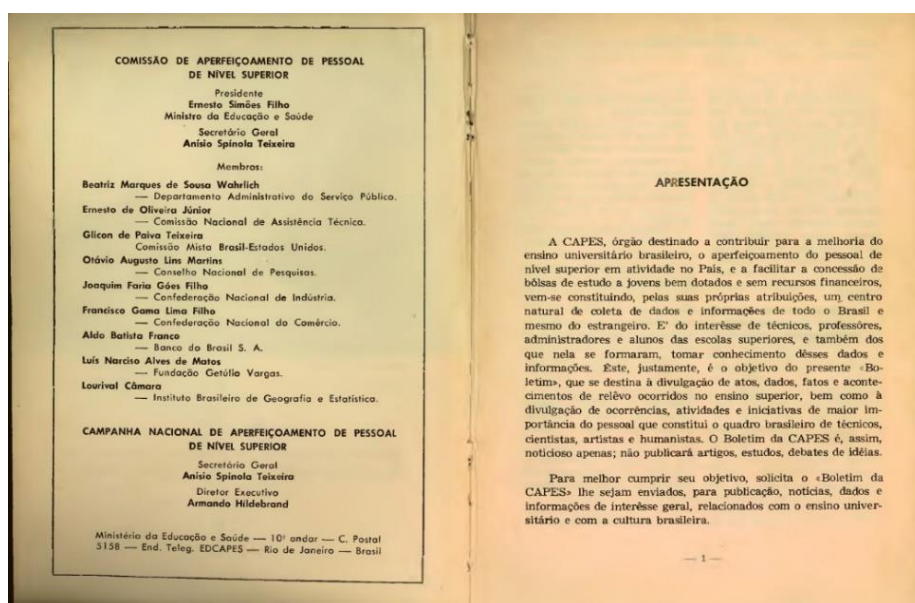
FONTE: Biblioteca Virtual Anísio Teixeira – Otávio Mangabeira e Anísio Teixeira na frente da Escola Parque

¹²³ CAVALIERE, A. M. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia (Ribeirão Preto) v. 20 (nº.46); maio-algo, 2010.

3.2. CAPES e INEP

A CAPES teve em sua criação a participação de Anísio Teixeira. Primeiramente o órgão recebera o nome de Campanha, e no decorrer da sua história troca definitivamente por Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior. Então o órgão nasceu com o dever para a contribuição do aperfeiçoamento, melhoria, das academias, universidades, brasileiras. E conceder bolsas de estudos para discentes que não possuíam recursos financeiros. “Era a CAPES instrumento, inédito entre nós, de formação cultural e profissional” (Lima, 1976, p. 155).

A imagem a seguir faz parte da paginação do *Boletim Informativo Capes*, que mostra de que forma foi organizada na sua inauguração. Esse boletim foi organizado para dar visibilidade das ações promovidas pelo órgão.



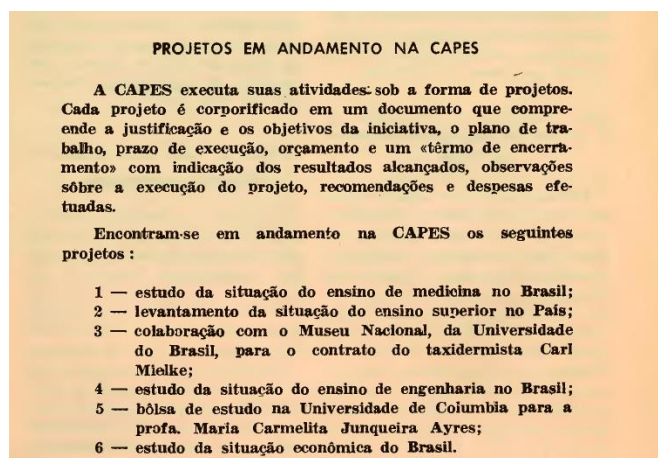
Fonte: Memória Capes - Boletim Informativo

A CAPES foi criada no ano de 1951, no mês de julho, através do decreto nº 29.741, seu presidente era o então Ministro da Educação, Ernesto Simões Filho, nomeado no segundo governo de Vargas. E convidou Anísio Teixeira para assumir a Secretaria Geral do então inédito órgão. E tinha outros órgãos representativos na sua composição. E tinha os seguintes objetivos:

- a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;
- b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no

país, para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais; c) promover, em coordenação com os órgãos existentes, o aproveitamento de oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, e seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo governo brasileiro; d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma de alíneas precedentes; e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas; f) promover a instalação de centros de aperfeiçoamentos e estudos pós-graduados¹²⁴.

Diante disso, a CAPES se empenhou a compor um quadro de vários tipos de especialistas nas áreas da educação e científica. A fim de promover uma atenção para resolver “as necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e cultural brasileiro” (Geribello, 1977, p. 93). Desde sua fundação a CAPES propõe atividades por meio de projetos. Sendo cada um desses projetos organizados em um plano de trabalho, com justificativas, os objetivos, e tempo estipulado para efetuar sua proposta, orçamentos, e por fim um desfecho expondo as observações feitas e resultados. Também surgiu com ela um boletim informativo, mostrando informações de suas atividades e das universidades ligadas ao órgão federal e privado. Anísio Teixeira sempre publicou artigos, de sua autoria, periodicamente. Promoveu críticas sobre o sistema educacional brasileiro, principalmente durante o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A imagem a seguir que faz parte do primeiro Boletim Informativo da Capes (1952) mostra os *projetos* que estavam em andamento na capes.



Fonte: Memória Capes - Boletim Informativo

¹²⁴ Memória Capes. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior **Bolem Informativo**. nº 1. dezembro/1952

“Enquanto Anísio Teixeira foi Secretário Geral, a CAPES esteve administrativamente ligada ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos dirigido também pelo próprio Anísio Teixeira” (Geribello, 1977 p. 94). O educador adotou essa vinculação para “atender aos problemas de administração da CAPES em sua fase preliminar de trabalho” (Geribello, 1977, p. 94).

O INEP sofreu várias transformações desde o seu nascimento, que data o ano de 1938. O primeiro diretor deste órgão foi Lourenço Filho. O órgão tinha as seguintes diretrizes: “de estudos, pesquisa, análises e assessoria para a fixação da política educacional do país [...]excetuando – se sua competência para a concessão de auxílios financeiros para a construção e equipamentos de escolas” (Oliveira, 2002 p. 81). A fim de promover a melhoria no sistema educacional dos municípios e estados, com proventos oriundos do Fundo Nacional da Educação.

Para realizar os estudos, as pesquisas e os diagnósticos que armariam o INEP para assessorar o governo na elaboração de uma política educacional, entendeu Anísio Teixeira que tais atividades não estar centralizadas no INEP, cuja infraestrutura era mais burocrática e técnica. Assim promoveu a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, com os objetivos de pesquisar, planejar, recomendar e sugerir, tendo em vista a reconstrução educacional do país, produzir ou promover a edição de livros, preparar material de ensino, estudos sobre todos os temas educacionais, desde a prática de ensino até o aperfeiçoamento do magistério, treinar e aperfeiçoar todos os valores humanos envolvidos no processo educativo. Não apenas criou os Centros como neles fez construir os edifícios necessários para a realização de atividades. (Oliveira, 2002, p. 81)

Um número bastante expressivo de docentes tiveram aperfeiçoamento e especialização nesses Centros Regionais. Anísio Teixeira construiu um programa para promover os professores serem habilitados em diferentes especializações. O INEP tinha o objetivo promover estudos sobre a educação brasileira cotidianamente. Pesquisas, coletas de dados e análises críticas eram o embrião para a funcionalidade perfeita do órgão. “Do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos espera-se, concluía Anísio, uma tomada de consciência da marcha da expansão educacional brasileira [...] que se possa medir a qualidade de nosso ensino” (Lima, 1976, p. 158).

3.3. LDB e Outro Manifesto

A questão da Lei de Diretrizes e Bases fica para finalização deste capítulo, pois ela surgiu em 1947, foi engavetada durante a sua tramitação e foi outorgada só no ano de 1961. Esta é a data limite da produção desta dissertação que analisa o pensamento de Anísio Teixeira na administração educacional¹²⁵, sendo um dos sujeitos participantes em torno do debate da primeira lei que regulamenta as diretrizes da educação brasileira, sendo um fator primordial para uma sociedade democrática.

A redemocratização que acontece em 1946 é o reinício das lutas, de viés ideológico, em prol do sistema educacional e com elas as celeumas em torno da LDB/1961. As discussões em torno da LDB começam durante a administração educacional de Anísio Teixeira na Bahia, no ano de 1947. Foi constituída uma Comissão para discutir o projeto de Lei. Clemente Mariani, que foi Ministro da Educação nesta época, convida Anísio Teixeira para fazer parte da comissão. Pois o educador baiano era e ainda seria um grande reformador democrático da política educacional.

E de fato em muito influiu Anísio Teixeira na elaboração do Projeto, através da infiltração e aceitação de suas ideias já amplamente divulgadas em seus escritos e na sua atuação administrativa [...]a preocupação do Estado em fundar e manter escolas, tornando-se-lhe um dever, defendendo-as, como propugna Anísio Teixeira, das influências imediatistas dos governos ou da influência profunda de ideologias partidárias, é uma resposta as premissas da filosofia educacional. (Geribello, 1977, p. 91)

De acordo com Romanelli (2014) a comissão foi presidida por Lourenço Filho, para estudar e elaborar um anteprojeto. Dessa comissão surgiu três subcomissões divididas nos diferentes níveis de ensino: primário, ensino médio superior. Com a finalização do anteprojeto, que é enviado em 1948, começa então uma extensa luta de prós e contras em torno da LDB. Até aquela época “jamais, na história da educação brasileira, um projeto de lei foi tão debatido e sofreu tantos reveses, quanto este” (Romanelli, 2014, p. 177). O produto final da LDB acontece em 1961, quando foi sancionada, que é exposto por inúmeros autores, como negativo no desenvolvimento do sistema educacional. Porém avaliam as lutas como positivas. Pois nela estavam os intelectuais revolucionários da década de 1930 junto com os

¹²⁵ SOUZA, R. A. **Anísio Teixeira e a Escola Pública: um estudo sobre sua atuação político-pedagógica na educação brasileira**. Cadernos de História da Educação – v. 10 nº1 – jan/jun, 2011.

da nova geração, que iriam promover outro Manifesto dos Educadores. E além destes intelectuais, houve outros sujeitos muito importantes: estudantes e o proletariado.

O decorrer da tramitação da LDB/1961 tem registrado no seu contexto histórico o desdobramento da economia para atender a urbanização e o setor industrial. E a LDB deveria ser feita em consonância com a estrutura econômica da época. “Nesse planejamento educacional, entram em cena sujeitos que se posicionaram de acordo com seus interesses mais díspares: de classe, religioso, cultural e econômico” (Santos; Silva, 2021, p. 93). Esta reforma educacional tinha que reestruturar organicidade social brasileira; a educação como dever do Estado; e ser impulsionadora do nacional-desenvolvimento.

Ao encarar os problemas educacionais da época, o educador baiano já dentro do governo federal, no ano de 1952, faz ponderações em torno da LDB/1961 se ela realmente discute os problemas da educação popular, pois no seu pensamento tudo se reuniria em apenas um bloco. Teixeira (1952) tinha como premissa a questão industrial e agricultura. Não bastava apenas a escola primária para corrigir as deficiências do sistema educacional, deveria se pensar também no ensino profissional. Ao alcançar este último, é indiscutível a necessidade das escolas superiores, universidades. E o ensino superior mostra que necessita do secundário, que é básico também, para poder existir. “De modo que o estudo do problema da educação leva à convicção de que não pode haver proeminência entre os ramos de ensino. [...] errará [...] o governo que tentar resolver apenas um.”¹²⁶

Porém o embate que travou em torno da LDB foi entre os defensores do nacional-desenvolvimento com um grupo do setor agrário, que ainda é pulsante na veia econômica do país. Este último traz consigo a Igreja, que entra em combate com Anísio¹²⁷ no decorrer da tramitação da LDB. É uma luta entre escola pública e escola privada, que se configurou da seguinte forma:

[...]Levou à defesa privatista dos grupos conservadores que circunscreviam em doutrinas que iam desde o direito e a liberdade da família de escolha de ensino até o financiamento público das escolas particulares, incisivamente das escolas confessionais. Por outro lado, os defensores da escola pública e laica, como Anísio, opunham-se a essa tese privatista em nome de um

¹²⁶ TEIXEIRA, Anísio. **Estudo sobre o projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.18, n.48, out./dez. 1952. p.72-123.

¹²⁷ NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos**. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 73, dezembro/2000.

Estado responsável diretamente pelos recursos públicos voltados à educação não privada (SANTOS; SILVA, 2021, p. 94)

Segundo Santos (2021) a necessidade de modernização emerge diante da luta entre o ensino público versus privado. Os liberais-democratas¹²⁸ defendiam que a modernização deveria estar vinculada com as questões educacionais. Pois o analfabetismo e as metodologias pedagógicas eram obstáculos para o desenvolvimento socioeconômico.

Se, para Anísio, a educação pública é um fenômeno estruturante a fim de viabilizar um projeto de nação desenvolvida, ele, igualmente, endossa a compreensão de que o estudo e o planejamento da modernização de um país, com seu viés de industrialização urbana, só são possíveis ao observar o seu impacto nas mudanças sociais, culturais e educacionais. Verificar essa imbricação dialética, em uma sociedade em transformação, é tentar analisar as diferenciações regionais e suas potencialidades, sem abstrair de sua dimensão institucional e individual. Por isso, a sua preocupação comum ethos de instituições plurais que unificam e impulsionam a diversidade do país. Em sua concepção liberal democrática, Anísio está ciente de que esse projeto de Estado, em processo de industrialização, lida com as contradições entre o moderno e a tradição: elementos da aristocracia rural e urbana, encarnados na ordem e na tradição da oligarquia, impedem uma ruptura ou tentam implementar um transformismo molecular societal sem alterar substancialmente as suas bases. (SANTOS; SILVA, 2021. p. 94-95)

O antigo debate sobre a laicidade entrou nas discussões sobre LBD/1961, porém de outra forma, pode-se dizer de vestimenta diferente. Essa vestimenta estava assentada no ensino privado, que foi mais expressivo em números de prédios na República Velha. Mas com a expansão gradual do ensino público, e o ensino religioso como facultativo, a Igreja se viu perdendo o controle sobre a vida das mais diferentes comunidades. E as escolas particulares queriam recursos provenientes do Estado. E antes disso, que o dever da educação deveria se dar através da família. A igreja queria manter “uma ordem social fundada numa organização dual de características aristocráticas” (Romanelli, 2014, p. 184).

Diante dessas forças, de cunho conservador, que abominavam a democratização da educação nacional, vários progressistas se uniram para criticar veemente e lutar contra essas ideias, para que não fossem colocadas na lei os anseios das antigas elites. Surge então outro Manifesto dos Educadores, novamente convocados, no de 1959, expondo todas as mazelas que os grupos de conservadores queriam impor na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Outra vez

¹²⁸ CHAVES, M. W. **O liberalismo em Anísio Teixeira**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 203-211, julho/2000.

estruturado por Fernando de Azevedo¹²⁹. “Sem abandonar a sua linha de pensamento original, deixa um pouco [...]a preocupação de afirmar os princípios da Escola Nova, para [...] tratar do social [...] dos deveres do Estado Democrático” (Romanelli, 2014, p. 185).

Caminhamos com muito ardor, mas, sem a escola, que tem vivido órfã de equipamentos modernos e de melhor técnica de ensino. Bradamos, em praça pública, que o petróleo é nosso, mas não forjamos, pela educação, armas indispensáveis a essa prerrogativa. Longe da escola, a sociedade modelou novos estilos de triunfo, na euforia do sucesso fácil, estimulando os aventureiros, premiando os ignorantes, facilitando a caminhada dos superficiais e propagando, com ótima acústica, a voz das mentiras sedutoras. E essa brutal inversão de fatores de vitória, peculiar às horas de transição social e econômica, afetou, pela raiz, a árvore da escola que muitos desejam que fosse de pequena estatura e de fácil escalada, com frutos doces e saborosos a serem colhidos antes de qualquer esforço. (Teixeira, 1956, p. 184)

Anísio Teixeira fez parte do novo Manifesto dos Educadores. LIMA (1978) expõe como o educador conceituou essa luta: “Raciocinava Anísio: não há nada mais fácil nem mais sutil que a inquietude. A sociedade brasileira lutava para manter seu velho dualismo. A nova classe média queria reservar-se traços e atitudes da antiga pequena aristocracia” (Viana Filho, 1976 apud TEIXEIRA, 1967 p. 179). O Estado se mostrou neutro, por respeito a diversidade religiosa e tolerância. O educador baiano foi fortemente atacado pelos Bispos¹³⁰ por suas colocações em torno da democratização do ensino público. “A escola privada, concluía Anísio, tranquiliza a má consciência das grandes sociedades de grandes desigualdades, que alimentam o medo, senão a hostilidade as camadas populares” (LIMA, 1976 p. 181).

A LDB/1961 entrou em pauta dentro da revolução brasileira¹³¹, com resquícios da Revolução de 1930. De cunho democrático. No setor político se deu com o voto livre e secreto. Na economia, ainda estavam no caminho para promulgar uma legislação de cunho social e com inúmeros projetos para impulsionar a industrialização. Porém, ainda era necessária a revolução de cunho educacional. “O instrumento da democracia [...]é, a educação de todos para a vida comum e a de alguns [...]para as funções especializadas da sociedade democrática e progressiva”

¹²⁹ JR BONTEMPI, Bruno. **O manifesto dos educadores de 1959 revisitado: Evento, narrativas e discursos**. Cadernos de Pesquisa, 51, 2021.

¹³⁰ SANFELICE, José Luís. **O Manifesto dos Educadores (1959): à luz da história**. Educação Social. Campinas, vol. 28, n. 99, p 542-557. maio/ago, 2007.

¹³¹ TEIXEIRA, Anísio. **Educação e nacionalismo**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.34, n.80, out./dez. 1960. p.205-208.

(Teixeira, 1956, p. 186). Mas a educação popular que deveria ser organizada a fim de atender as demandas econômicas e principalmente cumprir o papel político democrático, ainda não tinha sua organização perante a lei. Mesmo que o debate sobre educação a todos, seja algo tardio, deveria ser feito, ampliando e alcançando toda a sociedade brasileira.

O debate que movimentou sobre o processo em torno das Leis e Diretrizes e bases “constitui como que um grande fórum educacional, onde uma tomada de consciência, em escala nacional, [...]se processou, com expressiva clareza e autenticidade” (Abreu, 1961, p. 6). Foi um processo que mostrou a grande precariedade em torno da política educacional brasileira. Emergiu vários debates, as diretrizes de uma educação tradicional que foram veemente defendidas pelos sujeitos do conservadorismo, que saiu com grande triunfo na LDB/1961. Porém, teve avanços significativos em outros aspectos, principalmente na gratuidade e obrigatoriedade do ensino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta dissertação pretendeu analisar, expor e elucidar sobre as interpretações de Anísio Teixeira sobre filosofia educacional, política, educação e democracia, escola progressiva e experimentação científica. Ao apresentar o contexto anísiano na esfera educacional brasileira, de 1930 – 1961, o eixo foi contextualizar o pensamento social e democrático de Anísio Teixeira para a sociedade industrial brasileira numa abordagem educacional, histórica e filosófica.

É imprescindível não notar que o pensamento de Anísio Teixeira não se assentou apenas a Educação, mas também dentro das relações desta com os diferentes matizes da sociedade, orientada por um governo democrático e/ou autoritário. Que se processaram durante sua administração no sistema educacional. Anísio Teixeira trabalhou em cima da educação em consonância os diferentes elementos que compõe a cultura brasileira. Ele foi a procura, ao planejamento e a execução para firmar a garantia do Estado para promover a expansão, gratuidade e principalmente a obrigatoriedade de uma escola universal, pública, de qualidade e laica.

Anísio Teixeira estudou e excetuou inúmeros projetos para a melhoria da escola brasileira. Pois o bem comum, e o princípio democrático de uma sociedade que é a educação universal, é dar condições para que todos se desenvolvam intelectualmente e fisicamente. E principalmente defender o caráter social que a educação nacional precisava construir ou reconstruir. E esse reconhecimento do caráter social que a educação devia ter, está presente em todas as obras literárias do educador caetiteense.

Dentro da filosofia e história educacional de Anísio Teixeira defendeu que a educação democrática é que garante um bom desenvolvimento social e político. Educação para todos os cidadãos. Educação e Estado democráticos, são inseparáveis. Pois só a educação universal garante a democracia dentro da sociedade. O Brasil mostrou-se, para o educador, dentro de uma evolução significativa de integração social com a adoção da democracia. E para isso as constituições de 1934 e 1946 foram bastante veementes em promulgar a expansão de matrículas, prédios escolares, obrigatoriedade, gratuidade e o ensino laico.

Abordar a trajetória de Anísio Teixeira na atualidade vai de encontro com os últimos acontecimentos na história política, social, econômica brasileira. Anísio Teixeira defendeu veemente o progresso da ciência, a expansão do sistema educacional, acesso universal a todos, gratuita, obrigatória e laica. Incentivou a pesquisa, a criação de universidades, o acesso de bolsas para os que não tivessem condições de custear seus estudos. E defendeu principalmente a efetiva responsabilidade do Estado em relação a educação pública e o oferecer investimentos ao setor. Investimento severo na educação pública, para Anísio, não podia ser vista como cara, mas sim necessário, pois era fator fundamental do viés de uma sociedade democrática. E todos deveriam ter acesso, e não apenas para determinadas pessoas. Anísio foi um estadista da educação, democracia, laicidade e da industrialização.

Tal dissertação pretendeu mostrar as inúmeras teorias e ações de Anísio Teixeira, na reorganização educacional do Brasil. E sempre defendeu que as três esferas de governo público, federal, estadual e municipal, deveriam participar da política educacional de forma comum, solidária, coligadas entre si. E principalmente na questão de investimentos pecuniários. Por isso o educador baiano promoveu centros regionais de estudos para melhorar o sistema de educação.

A historiografia da educação está atrelada a filosofia, tal ciência que tem como objetivo principal a reflexão sobre as situações problemas da educação, a partir de um determinado contexto histórico. A História da educação tem o mesmo papel que a História geral, porém a primeira assume um foco direcionado a um determinado campo, o sistema educacional. Sem deixar de analisar e pontuar as questões econômicas, sociais e políticas. Ou seja, não se trata de uma memorização de acontecimentos, datas e determinadas ideias, mas sim uma investigação para compreender por que se deram tais posicionamentos em relação a educação.

Com base nessa compreensão dos estudos historiográficos da Educação, esta dissertação teve como objetivo analisar o pensamento dos processos democráticos da educação, na perspectiva de Anísio Teixeira, fundamentados dentro do surgimento de uma nova sociedade, a industrial. Foi necessário considerar os aspectos socioeconômicos da sociedade brasileira, antes desta nova sociedade emergir no processo de industrialização. O educador defendeu que para o

desenvolvimento de uma sociedade, que caminha para a industrialização, a educação democrática tem de ser o eixo norteador para tal feito. Anísio na sua trajetória, no campo educacional, promoveu diversos debates sobre uma educação democrática.

Analizou-se neste trabalho o pensamento filosófico de Anísio Teixeira nas questões sociais, econômicas e educacionais do Brasil, diante de suas obras sobre políticas educacionais. O autor pontuou nas suas produções científicas, os problemas e formas para superar estes determinados problemas, na esfera educacional e no novo modo de produção. Anísio propôs uma educação a fim de atender as mudanças que foram se alicerçando na sociedade brasileira. Para o educador as instituições educacionais deviam responder a essas variabilidades, e a questão dos valores humanos.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Jaime. **Anacronismo educacional da classe dominante brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 35, nº 86, p. 6-33, abr/jun. 1961.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- ASSUNÇÃO, K. R. dos S. **As contribuições do educador Anísio Teixeira para a formação do pensamento pedagógico da educação brasileira**. Travessias, Cascavel, v. 8, n. 1, 2014.
- AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BITTENCOURT, Agueda B. **Trajetória de herdeiro entre dois projetos políticos**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.35, n.1, p. 099-112, jan./abr. 2009.
- BRANDÃO, Zaia. MENDONÇA, A. W (org.). **Uma tradição esquecida: Por que não lemos Anísio Teixeira**. RJ: Forma & Ação, 2008.
- BRIQUET, Raul. **História da Educação: Evolução do pensamento educacional**. São Paulo: Renascença S.A., 1946.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. **Instituições culturais e educação superior do Brasil: resumo histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- CAPELATO, M. H. R. **Estado Novo: o que trouxe de novo?** In FERREIRA, J. & DELGADO, L.A.N. **O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Livro 2**, Ed. Civilização Brasileira, pp. 109-143, 2003.
- CAPELATO, M. H. R. **Estado Novo: Novas Histórias**. In. **Historiografia Brasileira em Perspectiva/** (Org.) FREITAS, Marcos Cezar de. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- CARONE, Edigard. **A Primeira República**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CAVALIERE, A. M. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia (Ribeirão Preto) v. 20 (nº.46); maio-ago, 2010

CHAVES, Miriam Waidenfeld. **A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey**. Rev. Bras. Educ. [online]. 1999, n.11, pp.86-98.

CHAVES, M. W. **O liberalismo em Anísio Teixeira**. Cadernos de Pesquisa, nX}110, p. 203-211, julho/2000.

COHN, Gabriel. **Problemas da industrialização no século XX**. In: MOTA, G. (org.). Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

COUNTS, George S. **Educação para uma sociedade de homens livres na era tecnológica**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 28, nº 68, p. 65-86, out/dez. 1957.

COUTO, Diana P.; LEAL, Maria Cristina e PIMENTEL, Marília de Araújo Lima. **Trajetórias liberal e radical em defesa do sistema de ensino público no Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. educ. [online]. 1995, vol.03, n.09, pp.443-456.

CUNHA, Marcus V. da; PIMENTA, Carina. **A relação entre filosofia e pedagogia no pensamento de John Dewey**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução de: Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, John. **Vida e educação**. Tradução e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

ESTEVÃO, José Carlos. **Educação, Justiça e Democracia: Um estudo sobre as geografias da justiça em educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. In: MOTA, G. (org.). Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

FAUSTO, Bóris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, Tomo III (O Brasil Republicano), 1997.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2019.

FÁVERO, Altair A.; TONIETO, Carina. (org) **Leitura sobre John Dewey e a educação**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

FILHO, Luis Vianna, (1908 – 1990). **Anísio Teixeira: a polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2003.

GANDINI, Raquel P. Chainho. **Tecnocracia, Capitalismo e Educação em Anísio Teixeira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

GERIBELLO, Wanda Pompeu. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra**. São Paulo: Atlas, 1977.

GIORA, Regina Celia Faria Amaro. **Alguns aspectos da liderança carismática de Getúlio Vargas**. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória UNICAMP: jul./dez. [1]: Resgate n. 1, 1990.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JR BONTEMPI, Bruno. **O manifesto dos educadores de 1959 revisitado: Evento, narrativas e discursos**. Cadernos de Pesquisa, 51, 2021.

KILPATRICK, W. H. **Educação para uma sociedade em transformação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Coleção Humanística)

LIMA, Francisco Lopes de. **Educar para democracia como fundamento da educação no Brasil do século XX: a contribuição de Anísio Teixeira**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 225-239, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira: estadista da educação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARINHO, Josaphat. **Anísio Teixeira: o educador da cidadania**. Salvador: Edições Cidade da Bahia, 2001.

MEDEIROS, Marilu Fontoura de; MARTINS, Ana Maria Petersen. **O educador negado: reflexões e possibilidades de resgate do pensamento pedagógico de Anísio Teixeira**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v.21, n.2, p.79-108, jul/dez, 1995.

MENDONÇA, Ana Waleska, BRANDÃO, Zaia (Org.). **Por que não lemos Anísio Teixeira? Uma tradição esquecida**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997

MENDONÇA, Ana Waleska. **Anísio Teixeira e a Universidade de Educação**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A Formação dos Mestres: a contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil**. In: Seminário "Um olhar sobre Anísio". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de

Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC/, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

Memória CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior . **Bolem Informativo CAPES**. nº 1. dezembro/1952.

MIGUEL, Maria E. B.; VIDAL, Diana G.; ARAUJO, José C. S. **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas – SP: Autores Associados; Uberlândia – MG: EDUFU, 2011.

MOROSINI, Marília C. **O ensino superior no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria.; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: Poesia da Ação**. Revista Brasileira de Educação. 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. 1a. 5ª reimpressão ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

NUNES, Clarice. **Modernidade pedagógica e política educacional: a gestão de Anísio Teixeira na Secretária Municipal da cidade do Rio de Janeiro (1931 – 1935)**. In: MIGUEL, Maria E. B.; VIDAL, Diana G.; ARAUJO, José C. S. **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas – SP: Autores Associados; Uberlândia – MG: EDUFU, 2011.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos**. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 73, dezembro/2000.

OLIVEIRA, Hildérico P. de. **Anísio Teixeira e fundação que tem seu nome**. In: ROCHA, João A. de Lima. (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

PAGNI, Pedro A. **Leitura sobre as contribuições de John Dewey para educação**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

PALMA FILHO, J. C. (organizador). **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.

PAULO, André L. **As estratégias de administração das políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. – 2d. São Paulo: Ática, 1985.

PILETTI, Nelson. **A reforma da educação pública no Distrito Federal, 1927-1930: algumas considerações críticas**. Rev. Fac. Educ. v.20 n.1-2 São Paulo dez. 1994.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora. Brasiliense, 2004.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Editora. Brasiliense, 2004.

REBUÁ, E.; SEMERARO, G.; D'ANGELO, M.; Gomes, R. (orgs.) **Pensamento social brasileiro: matrizes nacionais populares**. São Paulo: Ideias & Letras, 2017.

REIS, Carolina Sciarotta Gomes dos. **Autoritarismo, Cultura e Intelectuais no Estado Novo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 03, pp. 05-11. julho de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **Depoimento** ROCHA, João A. de Lima. (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **As américas e a civilização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

RIBEIRO, Darcy. **Configurações Histórico-Culturais dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

ROCHA, João A. de Lima. (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANFELICE, José Luís. **O Manifesto dos Educadores (1959): à luz da história**. Educação Social. Campinas, vol. 28, n. 99, p 542-557. maio/ago., 2007.

SANTOS, Wilson da Silva. **O liberalismo em Anísio Teixeira: os fundamentos para uma educação pública**. Campinas, SP. Tese de doutorado. 2016.

SCHAEFFER, Maria Lúcia Garcia Pallares. **Anísio Teixeira: formação e primeiras realizações**. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1988. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Wilson da Silva; SILVA, Genilson Ferreira da. **Anísio Teixeira: um estadista intelectual em defesa da educação pública durante a tramitação do projeto de lei de diretrizes e bases (1948 –1961)**. Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, v. 1, n. 7, p. 92-114, jan./jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História da Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5. ed – Campinas, SP: Autores Associados, 2019. (Coleção memória da educação)

SAVIANI, D.; ALMEIDA, Jane S. de; SOUZA, Rosa F. de; VALDEMARIN, Vera T. **O legado educacional do Século XX no Brasil**. 3. ed – Campinas, SP: Autores Associados, 2019. (Coleção memória da educação)

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SEVERINO, Antônio J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986. Temas básicos de educação e ensino.

SOLA, Lourdes. **O golpe de 37 e o Estado novo**. In: MOTA, G. (org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

SOUZA, Márcia C. S. Cabrera de. **Anísio Teixeira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública (1924 – 1964)**. Uberlândia: MG – Tese de doutorado, 2018.

SOUZA, R. A. **Anísio Teixeira e a Escola Pública: um estudo sobre sua atuação político-pedagógica na educação brasileira**. *Cadernos de História da Educação* – v. 10 nº1 – jan/jun, 2011.

SOUZA, Rodrigo A. **O lugar do pensamento de John Dewey na historiografia da educação brasileira**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

SOUZA, Roberto J. P. Lago de.; SANTOS, José F. de. **Anísio Teixeira: difusor do pensamento deweyano no Brasil**. *Caderno PAIC*, 14(1), 721–731. 2013.

STEPHANOU, Maria.; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **Anísio Teixeira: Educador do século XX**. Paraíba: Ideia, 2001.

TAVARES, L. H. D. **A Reforma Educacional Baiana de 1925**. *Universitas*, [S. l.], n. 1, p. 119, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/26>. Acesso em: 13 out. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. **Aspectos Americanos de Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. – 3d. São Paulo. Editora Nacional, 1938.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e a crise brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

TEIXEIRA, Anísio. **Por uma escola primária organizada e séria para formação básica do povo brasileiro**. Educação e Ciências Sociais. v.3, n.8, 1958. p.139-141.

TEIXEIRA, Anísio. **A propósito da "Escola Única"**. Revista do Ensino. Salvador, v.1, n.3, 1924.

TEIXEIRA, Anísio. **Falsa elite**. Boletim Informativo CAPES. Rio de Janeiro, n.60, nov. 1957. p.1-2.

TEIXEIRA, Anísio. **Notas sobre a educação e a unidade nacional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.18, n.47, jul./dez. 1952. p.33-49.

TEIXEIRA, Anísio. **A escola pública universal e gratuita**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.3-27.

TEIXEIRA, Anísio. **A escola brasileira e a estabilidade social**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.28, n.67, jul./set. 1957. p.3-29.

TEIXEIRA, Anísio. **Unidade do Brasil**. Boletim Informativo CAPES. n.132, nov.1963. p.1-4.

TEIXEIRA, Anísio. **Estado atual da Educação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v.39, nº 89, jan./mar. 1963.

TEIXEIRA, Anísio. **Por uma escola primária organizada e séria para formação básica do povo brasileiro**. Educação e Ciências Sociais. v.3, n.8, 1958. p.139-141.

TEIXEIRA, Anísio. **Funções da universidade**. Boletim Informativo CAPES. Rio de Janeiro, n.135, fev. 1964. p.1-2.

TEIXEIRA, Anísio. **Estudo sobre o projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.18, n.48, out./dez. 1952. p.72-123.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino brasileiro**. Boletim da CBAI. v.7, n.10, 1953. p.1122-1124.

TEIXEIRA, Anísio. **Discurso de posse do Diretor Geral de Instrução Pública**. Boletim de Educação Pública. Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, jan./jun. 1932. p.75-76.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação que nos convém**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.21, n.54, abr./jun. 1954. p.16-33.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e nacionalismo**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.34, n.80, out./dez. 1960. p.205-208.

TEIXEIRA, Anísio. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82